O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Sexta-feira 3 de MARÇO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47253
estadão.com.br

INÊS249

WERTHER SANTANA /ESTADÃO

Pinacoteca manda visitante não usar celular por risco de furto

Um dos principais museus do centro de São Paulo, a Pinacoteca enfatiza na entrada principal o perigo de usar celular nos arredores da instituição, perto da Estação da Luz. E adverte não ter parceria com estacionamentos ou guardadores de veículos. __A15

E&N Ritmo econômico __B1 a B3

PIB sobe 2,9% em 2022, mas serviços e juro alto pioram projeções

ANO A ANO

EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO BRASIL, EM PORCENTAGEM

FONTE: IBGE

Crescimento da economia foi puxado por consumo das famílias e serviços. A retração de 0,2% no 4.º trimestre, a alta dos juros e a estabilização dos serviços apontam para um ritmo mais fraco em 2023.

Celso Ming __B2
A fraqueza do PIB

Rolf Kuntz __B3
Retrocesso industrial

Jato da FAB e diárias __A7

Juscelino sairá do governo se não provar inocência, diz Lula

__ Ministro terá de explicar uso de recursos públicos em agenda privada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou o ministro Juscelino Filho (Comunicações) para uma reunião na próxima segunda-feira. Ontem, em entrevista à BandNews FM, Lula afirmou que "garante a todo mundo a presunção de inocência", mas "se ele não conseguir comprovar sua inocência, não poderá continuar no governo". Na segunda-feira, o **Estadão** informou que o ministro recebeu diárias e usou jato da FAB para ir e voltar a SP, onde participou de leilão de cavalos. Ontem, em nota, Juscelino admitiu que teve apenas dois dias de agenda de trabalho em SP, embora tenha solicitado diárias e avião da FAB para quatro dias e meio, e afirmou que vai devolver o dinheiro. Ele disse ter tomado a decisão após "averiguação nos últimos dias acerca do que ocorreu com a viagem de SP".

> *"Tentei esta semana conversar com Juscelino, mas ele está no exterior a serviço do ministério"*
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente da República**

Lista tríplice para o MP é descartada

O presidente Lula descartou escolher o sucessor de Augusto Aras com base em lista tríplice. Sobre Cristiano Zanin, disse que sua eventual indicação ao STF seria merecida. __A8

A contragosto dos EUA __A11

Brasil participa de celebração em navio de guerra iraniano atracado no Rio

Representantes da Marinha e do Itamaraty estiveram em comemoração dos 120 anos de relações do Brasil com o Irã.

Questão fundiária __A9

Governo poupa MST após invasão de áreas produtivas no sul da Bahia

Justiça determina reintegração de posse de uma das três fazendas de eucaliptos da empresa Suzano invadidas.

MARTIAL TREZZINI / EFE – 13/7/2011

Wayne Shorter 1933-2023 __C6 e C7

Ícone do jazz, ele criava música no palco

Dono de 12 estatuetas do Grammy, Wayne Shorter redesenhou o jazz e influenciou gerações de músicos.

Regime do Brexit __A13
Desabastecimento aperta e britânicos racionam legumes

Portugal __A16
Lei facilita residência automática para brasileiros

C2 Música __C1
Nova sala de concertos será construída em Heliópolis

Com mais de 16 anos __A14

Uma em cada três brasileiras já sofreu violência física ou sexual

Pesquisa aponta alta da violência contra a mulher em 2022. Índice brasileiro supera a média global.

Notas e Informações __A3
Ideologia do MST, um latifúndio improdutivo

Eliane Cantanhêde __A8
Invasões de terra e deslealdade

Elena Landau __ B6
Sobre legalizar o jogo e taxar sites de aposta

Tempo em SP
19° Mín. 32° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Líder do União Brasil ignora apelos do governo sobre retirada de nomes de CPMI

O líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), diz que não vai pedir para os integrantes do partido retirarem suas assinaturas da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) dos Atos Antidemocráticos, como deseja o governo. "Nem para colocar, nem para retirar", disse Elmar, ao ser questionado se pretende fazer algum apelo aos correligionários. Na última reunião de líderes da Casa, governistas pediram aos integrantes de partidos da base aliada, como o União, que orientassem os membros de suas bancadas a desistir da CPMI. Elmar não estava. Ainda assim, aliados do Palácio do Planalto contavam que ele poderia ajudar, assim como PSD e MDB, que também têm ministérios no governo.

● **FOCO.** Apesar de a comissão ser mista, os esforços do governo estão todos voltados para a Câmara. Os líderes da base governista no Senado não foram sequer procurados. A bancada do MDB, por exemplo, liberou cada senador a agir como preferir.

● **PRAZO.** Para governistas, como a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a CPMI é uma estratégia de "criar um palanque oposicionista" para drenar a energia dos governistas em temas prioritários. A avaliação entre aliados de siglas da base é que falta estratégia ao governo. A recomendação é trabalhar duro pela retirada de assinaturas nas duas Casas imediatamente.

● **MENU.** As centrais preparam uma "sardinhada" na porta do BC na Paulista no próximo Copom, dia 21. Vão assar 300 kg de peixe em protesto aos juros. A intenção é dizer que "enquanto os tubarões lucram com os juros altos, o povo só come sardinha".

● **PENEIRA.** O Desenvolvimento Social vai lançar, semana que vem, campanha sobre o cadastro único do Bolsa Família e convocar pessoas que estejam recebendo sem merecer a se desligar. A suspeita é que casais tenham se cadastrado separadamente no Auxílio Brasil e agora constam como famílias unipessoais. Para que os dois não percam, o governo vai sugerir a regularização.

● **LUPA.** Foram identificados 5,5 milhões de beneficiários de famílias unipessoais, o que é fora do padrão do Bolsa Família – no passado, eles giravam em torno de 10% dos atendidos (o que daria pouco mais de 2 milhões).

● **DONO.** Tarcísio de Freitas pressionou o prefeito de Bertioga, Caio Matheus (PSDB), a liberar o Minha Casa Minha Vida inaugurado ontem para desabrigados. "Não faz sentido esses imóveis estarem vazios", disse. Os beneficiários, porém, foram cadastrados por ONGs de moradia.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento Social

● **ÁRBITRO.** Paulo Teixeira contratou a juíza aposentada Cláudia Dadico para mediar conflitos entre o MST e proprietários de terra, a exemplo do que ocorre no sul da Bahia neste momento e envolve a Suzano.

● **#PAZ.** O ministro do Desenvolvimento Agrário promete ir à posse do novo líder da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (PP-PR), dia 7, para apaziguar a relação. Deputados ligados ao agro não gostaram de falas de Teixeira em apoio ao MST e de outra em que ele criticou as titulações de terra do Incra sob Bolsonaro.

PRONTO, FALEI!

Paulo Teixeira
Ministro do Des. Agrário

"Houve invasões de terra organizadas pelo Zé Rainha no que ele chamou de 'carnaval vermelho'. Mas já chegou a Quarta-Feira de Cinzas, né?"

CLICK

Instagram/@baleia.rossi - 02/03/2023

Eduardo Leite
Governador do RS (PSDB)

Presidente do PSDB, reuniu-se com Baleia Rossi, que comanda o MDB, com o qual negocia uma possível federação que una o chamado centro democrático.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

A ideologia do MST, um latifúndio improdutivo

As recentes invasões são caso de polícia, mas também de política. O País demanda que o presidente as condene como o que são: atentados contra o setor mais produtivo da economia

Como se sabe, a narrativa conjurada por Lula da Silva nas eleições de 2022 é de que ele seria a única alternativa para salvar a democracia do autoritarismo. Ele e seu partido seriam menos os chefes do que abnegados servos de uma "frente ampla democrática" destinada a conciliar uma sociedade profundamente dividida.

Traduzido para o campo, esse discurso implicava um *rebranding* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Ele já não seria um aparelho revolucionário socialista guiado pelo lema "ocupação é a única solução", mas um conglomerado pacífico de cooperativas, repetidamente celebrado como "o maior produtor de arroz orgânico desse país". Mentiras deslavadas, como quando Lula disse em um dos debates eleitorais que o MST nunca invadiu uma propriedade produtiva, foram descontadas como peças de retórica toleráveis em nome da redenção da democracia.

Mas as fissuras na narrativa estavam lá para quem quisesse ver. A desconfiança do agronegócio era tratada como mero preconceito de classe. Nos cercadinhos de Lula, pululavam referências ao agro como vilão ambiental. De vez em quando, o conciliador deixava transpirar velhos cacoetes. O "capiau" paulista seria "ignorantão" e "chucro" – mas, como o insulto aludia a Jair Bolsonaro, foi contemporizado. Falando sobre o agronegócio ao *Jornal Nacional*, escapou um "fascista e direitista" – mas seria só "um setor".

Já no poder, a narrativa começou a ruir, com o desmembramento esquizofrênico da pasta da Agricultura em um Ministério da Agricultura e outro do Desenvolvimento Agrário. Agora, as fissuras ameaçam abrir-se em crateras.

Nesta semana, 1,7 mil militantes do MST invadiram três fazendas de eucaliptos na Bahia. De improdutivas, nada têm. Pelos dados da proprietária, a Suzano, só na região ela gera 7 mil empregos e beneficia 37 mil pessoas pelo efeito renda. Mas, como deixou transparecer a líder do MST na Bahia, Eliane Oliveira, o objetivo não era mesmo denunciar latifúndios improdutivos, mas só chantagear o governo para ocupar cargos no poder: "O MST acendeu o alerta amarelo diante da demora do governo federal em nomear a presidência do Incra (*Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*)".

Nos governos Temer e Bolsonaro, e a rigor já no governo Dilma, o Incra vinha se dedicando cada vez menos a aumentar o número de assentamentos e cada vez mais a melhorar as condições de vida das famílias, transformando os assentamentos em comunidades capazes de alcançar mais produção e renda, por meio de programas de capacitação, ofertas de insumos e melhorias de infraestrutura e moradia. Essas medidas vinham combinadas a políticas de titularização, que só nos últimos 4 anos emitiram o dobro dos 200 mil títulos emitidos em 13 anos da gestão lulopetista.

Com a titularização, os assentados tornam-se agricultores familiares, capazes de decidir os rumos de sua propriedade e colher os frutos de seu trabalho. Mas, com isso, deixam de ser massa de manobra do MST e objeto de tutela política do PT. Um Incra autônomo, por sua vez, já não serve para rotular automaticamente toda terra invadida pelo MST como "latifúndio improdutivo".

A invasão é, antes de tudo, um caso de polícia – a ver se o governo petista da Bahia agirá prontamente para restabelecer os direitos de propriedade violentados. Mas é também um caso de política. O PT tem uma inegável ligação umbilical com o MST. Foi o "exército do Stédile", referindo-se ao chefão do MST, João Pedro Stédile, que Lula ameaçou botar na rua quando contrariado com o impeachment de Dilma Rousseff; e foi esse exército que ergueu barracas ao redor da carceragem da Polícia Federal de Curitiba, onde se hospedou Lula por 500 e tantos dias. O Brasil tem pressa de saber se seu presidente, o autodeclarado líder da "frente ampla democrática", condenará, sem adversativas, as manobras do MST como aquilo que são – crimes contra o setor mais dinâmico e produtivo da economia nacional – ou se passará a mão na cabeça dos arruaceiros, seja omitindo-se, seja apelando para justificativas que ofendem a inteligência alheia.

É mais um teste que se coloca ao figurino democrático do PT. Será uma surpresa se o partido passar.●

A inacreditável volta do Imposto de Exportação

Taxar exportações é medida anacrônica e medíocre, sobretudo para fins fiscais. Espanta que o governo Lula tenha optado por proposta como esta num momento de tantas incertezas

O governo conseguiu sair da enrascada em que havia se metido ao prorrogar a equivocada desoneração dos combustíveis, adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na véspera da eleição, e felizmente determinou a volta da tributação sobre gasolina e etanol. No anúncio da medida, no entanto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que as alíquotas serão mais baixas e, para compensar a perda, o governo vai ressuscitar a taxação de exportações – desta vez, sobre o óleo bruto.

O Imposto de Exportação (IE), como todo tributo regulatório, pode ser cobrado de forma imediata, sem respeito ao princípio da anterioridade. Essa situação peculiar se deve ao fato de que esse tipo de tributo, mais do que intenções meramente arrecadatórias, tem o objetivo de induzir o comportamento dos agentes e estimular ou reprimir o consumo de algum item. O governo, no entanto, não escondeu qual era o principal motivo a justificar a criação do Imposto de Exportação sobre o petróleo: arrecadar os R$ 6,66 bilhões de que o Executivo abriu mão ao não ter coragem de aplicar integralmente as alíquotas de PIS e Cofins sobre gasolina e etanol em vigor até meados do ano passado. Ou seja, o objetivo é exclusivamente arrecadatório – razão pela qual não será surpresa se o caso for parar na Justiça.

Há inúmeros motivos para ser contra a aplicação do Imposto de Exportação. Embora sua existência tenha sido assegurada pela Constituição de 1988, o imposto não faz parte da tradição tributária brasileira e foi utilizado pouquíssimas vezes ao longo da história – como na crise mundial de 1930, época em que incidiu sobre o café. Na atualidade, trata-se de um imposto em completo desuso – afinal, em um mundo globalizado, o esforço da maioria dos países é reduzir custos internos para ampliar a competitividade de seus produtos e serviços.

Sempre há exceções a regras universais, e o País acaba de se juntar a uma das mais célebres delas. A Argentina adotou não só esse tipo de imposto, como também cotas máximas para vendas externas, em tentativas malsucedidas de garantir o abastecimento e conter os preços de itens como trigo, carne e soja. No Brasil, o Congresso chegou a levantar discussões sobre o Imposto de Exportação em junho do ano passado, mas ficou muito claro tratar-se apenas de um blefe com outros objetivos implícitos – pressionar a Petrobras a espaçar os reajustes e aprovar a lei complementar que impôs um teto na cobrança de ICMS sobre combustíveis.

Oficialmente, a tributação sobre a exportação de petróleo foi gestada para ser temporária, tanto que o governo não conta com a aprovação da Medida Provisória pelo Congresso. Pode até ser verdade. Mas o simples fato de que o imposto foi considerado uma alternativa viável por um governo que iniciou o mandato há dois meses abre um precedente muito perigoso para todos os setores que sustentam a pauta brasileira de exportações, como o agronegócio e a indústria de mineração.

O fato de que o Brasil se tornou um grande exportador de petróleo não é acidente do destino, mas resultado direto de investimentos, eficiência e baixo custo de produção. O mesmo raciocínio que vale para a produção de commodities agrícolas e de minério de ferro. Por isso, taxar as exportações, mais do que algo anacrônico, é também uma medida medíocre, sobretudo para fins fiscais. O saldo comercial positivo, aliado ao Investimento Estrangeiro Direto (IED), é o que compensa o déficit no balanço de pagamentos e tem sido fundamental para manter o câmbio relativamente estável. Com o Imposto de Exportação, o governo contribuiu para minar os dois de uma só vez.

Impressiona, portanto, que o governo Lula tenha levado a termo uma proposta como esta em um momento de tantas incertezas na economia. Para além de penalizar um dos setores que mais contribuem para a atração de investimentos, a geração de empregos e o crescimento, o governo subestima o impacto que esse anúncio pode ter sobre as expectativas dos agentes econômicos dos mais diversos setores. Ainda há tempo para assumir o erro e reverter a medida.●

ESPAÇO ABERTO

Os paradoxos da folia do carnaval

Flávio Tavares

Vivemos num mundo de paradoxos. O que se festeja pode também ser destrutivo, tal qual uma faca de dois gumes, usada na cozinha para facilitar a preparação de alimentos e que acabe por ferir a mão.

No sábado de carnaval, as escolas de samba desfilaram em São Paulo em plena chuva, mas com extrema e profunda alegria, com seus integrantes cantando continuamente, como se a água ativasse a folia e funcionasse como uma espécie de dínamo ou alavanca. A poucas dezenas de quilômetros dali, no litoral norte paulista, as chuvas torrenciais devastavam morros, destruíam casas nas encostas e matavam os moradores.

A mesma água que na Capital do Estado tornava os foliões ainda mais resistentes destroçava no litoral e levava tudo de roldão, mostrando a fraqueza das precárias construções erguidas junto da encosta dos morros. Indago: a água seria inocente no desfile carnavalesco, mas criminosa em São Sebastião e em outros municípios do litoral norte?

Ou o que difere é nosso comportamento ou nossa percepção do cotidiano?

Nas festas (e o carnaval é a grande festa popular) nos dispomos a enfrentar até o que exista de pior. Por isso não vimos nenhum integrante das escolas de samba queixar-se da chuva, muito menos ainda protestar por se molhar no desfile. Parecia, até, que a chuva lhes dava mais energia.

A chuva era uma só. O diferente (ou até oposto) era nosso comportamento. As moradias afastadas das áreas de risco, como encostas de morro, nada sofreram. Continuaram incólumes, porque tinham sido erguidas de forma sólida em locais adequados. Nos quatro municípios mais afetados (São Sebastião, Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela) ou em outro qualquer lugar do litoral norte, os prédios distantes das encostas de morro não sofreram danos.

A destruição e a morte, porém, chegaram com fúria aos mais pobres. Os danificados foram exatamente aqueles cuja condição social facilita que passem a ser presa fácil da atitude perversa da politicalha das autoridades, que tudo permite em troca de votos.

> *A mesma água que na Capital do Estado tornava os foliões ainda mais resistentes destroçava no litoral e levava tudo de roldão*

A começar pelo código de atitudes municipal, a lei é feita para proteger toda a sociedade e a cada cidadão individualmente. A eventual rigidez da lei não é um castigo imposto, mas, sim, uma forma de nos proteger dos desastres. Há, porém, uma tendência a burlar a lei, passando por cima dela quando seja exigente, como foi o caso no litoral norte paulista.

A TV e os jornais mostraram depoimentos de moradores dizendo que sabiam do risco de estar próximos às encostas. Nunca pensaram, porém, que o dano fosse tanto e tão brutal, como a morte ou a perda da própria vivenda ou dos seus móveis e utensílios.

No fundo, todos desconheceram as advertências da ciência sobre o perigo das mudanças climáticas que, em verdade, já se transformaram em crise. De um modo geral, só percebemos o perigo depois que os desastres aparecem como fato consumado. Antes disso, buscamos o costumeiro "jeitinho" de inventar (ou fantasiar) que o perigo não existe ou que, se existir, pode ser remediado. Sucede, porém, que não há antibióticos para os desastres naturais.

Todos sabem disso, a começar pelos governantes ou pelo povo em si mesmo, mas nos fazemos de surdos e cegos. Costumamos apelar a um "pistolão" ou "padrinho" na política para burlar a lei e construir a moradia na encosta do morro, às vezes até com inadequado material de segunda classe. Esse hábito está em todas as classes sociais, inclusive entre os mais abastados, onde pode se transformar em corrupção direta de grandes negociatas.

No entanto, é entre os mais pobres que aparece como perversidade, tal qual no caso do litoral norte paulista. Aí, a politicalha fez vista grossa para a construção de moradias em locais inadequados, junto de morros que, em chuvas torrenciais, podem deslizar sobre si mesmos. Ser "bonzinho" e licenciar este tipo de construções passa a ser uma forma de arrebanhar votos nas campanhas eleitorais.

A chuvarada que, em São Paulo, transformou o litoral norte em "litoral da morte" (em que o desmatamento e a impermeabilização do solo facilitaram os deslizamentos) contrasta com a longa estiagem no Sul do País, principalmente no Rio Grande do Sul, afetando uma região produtora de alimentos.

É a cicatriz visível das mudanças climáticas transformada em crise, como há tempos nos advertia a própria ciência. A crise do clima é provocada diretamente pela ação humana, ao derrubar bosques e florestas, como na Mata Atlântica e na Amazônia. Há, no entanto, outras ações, como a desenfreada urbanização que impermeabiliza solos, agravando a inundação. Em São Sebastião, por exemplo, a área urbanizada cresceu 345% desde 1985. A cifra, por si só, já mostra o horror.

Esquecemos, porém, até os números que deveriam nos servir de advertência. Tudo é tão paradoxal que, diante das mudanças climáticas, nos portamos como uma pedra muda que não escuta, não percebe, não raciocina e nem sequer entende... ●

JORNALISTA, ESCRITOR, PRÊMIO JABUTI DE LITERATURA 2000 E 2005, PRÊMIO APCA 2004, É PROFESSOR APOSENTADO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Áreas de risco

Controle permanente

Ótima a iniciativa de construir habitações para aqueles que, por falta de condições, ocupam áreas de encostas sujeitas a catástrofes climáticas. Realocar a população em áreas urbanizadas e seguras é fundamental. Contudo, o poder público deve manter controle permanente dessas novas áreas, impedindo puxadinhos e proibindo a reocupação das áreas condenadas. Caso contrário, de nada adiantará. Vide a expansão da ocupação dos morros ou mesmo de áreas onde houve tentativas de reurbanização pelo País afora. A presença do Estado deve ser permanente.

Miguel Trefaut Rodrigues
mturodri@usp.br
São Paulo

Questão fundiária

Teste de limites

O ataque do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a fazendas produtivas na Bahia é um teste de limites dos radicais de esquerda para ver até onde podem chegar no governo Lula. Só prejudica o governo e aumenta a polarização política no País. É o 8 de Janeiro com sinal ideológico contrário. O Ministério da Justiça e o Poder Judiciário não podem ser pusilânimes diante dessas invasões.

Radoico Câmara Guimarães
radoico@gmail.com
São Paulo

Forças Armadas

Reconscientização

Não há motivo para melindres por causa da divulgação de trecho do discurso do comandante do Exército, general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, em que ele afirma que a vitória de Lula nas urnas foi "indesejada" para "a maioria" dos fardados, mas "infelizmente" ocorreu. Para começar, todos sabem, os petistas inclusive, que Lula foi eleito com a contribuição decisiva de parte do eleitorado que, "infelizmente", votou nele para derrotar Bolsonaro. A questão dos militares é outra: Bolsonaro fez de tudo e mais um pouco para seduzir as Forças Armadas com cargos e benesses e, assim, tentar realizar seu projeto autoritário de poder. O tiro saiu pela culatra, mas muitos deles se contaminaram com a ideia de que Bolsonaro representaria o bem e o descondenado Lula, o mal; portanto, para estes, o resultado das urnas foi, de fato, indesejado. O que precisa acontecer de agora em diante é a reconscientização do que Ribeiro Paiva afirmou neste mesmo discurso de 18 de janeiro: "Ser militar é ser uma instituição de Estado, apolítica e apartidária". Os limites são claros. Não há mais espaços para aventuras.

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

Ruy Barbosa

Tributo

Júlio Mesquita foi o paladino das virtudes republicanas. O apoio a Ruy Barbosa, as origens da Universidade de São Paulo (USP) não podem ser esquecidos das elites brasileiras. Foi importante o artigo do presidente do Senado, o eminente senador Rodrigo Pacheco (*Cem anos da morte de Ruy Barbosa*, **Estado**, 1/3, A6). Mas o maior tributo que o Senado prestaria a Ruy seria a publicação das suas obras completas. Aliás, a Fundação Casa de Ruy Barbosa deveria ser dirigida por um constitucionalista, para se dedicar à divulgação da sua obra, ou um intelectual do nível de Jacobina Lacombe.

Paes Landim, ex-deputado federal
juridico.paeslandim@gmail.com
Brasília

Política

Antídoto ao populismo

O escritor venezuelano Moisés Naím (**Estado**, 26/2, A13) lança o conceito de "necrofilia política" como sendo o apego a ideias mortas, que, apesar de já testadas com comprovado fracasso, voltam a ser empregadas, trazendo sempre "mais corrupção, desigualdade, pobreza, sangue, suor e lágrimas". Como antídoto a isso, a cidadania consciente poderia valer-se do chamado "pragmático-memorialismo", entendido como "o método intelectual de trazer, para o cerne decisório dos agentes públicos ou como adjutório na construção do pensamento acadêmico, a experiência histórica havida" (*Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura*, n.º 60, página 19). Por outras palavras, longe de incidir num erro fático que a desmemória coletiva insiste em repetir, se deveria encaminhar a solução de situações presentes recorrendo a valorizações extraídas de fatos passados. Se assim fosse, tanto o populismo argentino como o brasileiro, em algum momento, deixariam de ser periodicamente ressuscitados, para felicidade dos povos envolvidos.

José D'Amico Bauab
josedb02@gmail.com
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Gasolina na fogueira do aquecimento

Fernando Gabeira

Ao completar o segundo mês de existência, o governo Lula viveu um dilema: taxar de novo a gasolina ou abrir mão de R$ 28 bilhões em impostos.

Alguns setores da imprensa apresentaram a encruzilhada como se fosse um espaço onde lutavam a ala política e a econômica. Fiquei surpreendido com o tratamento. Será que me comportei como um tecnocrata quando, lá atrás, critiquei a decisão de Bolsonaro de isentar o combustível de impostos federais? Parecia para mim um absurdo fazer com que os pobres financiassem os ricos, os pedestres pagassem pela gasolina dos motoristas. Além disso, havia o argumento ecológico, o estímulo ao uso de combustíveis fósseis e, consequentemente, um calorzinho a mais no aquecimento global.

O novo governo assumiu com dois compromissos claros: favorecer os mais pobres e contribuir no combate ao aquecimento global. Apesar de entender os argumentos da chamada ala política, seria difícil para ela defender a dupla incoerência ao manter a desoneração do combustível.

Mas existe um outro fator que costumava balizar as decisões políticas. A análise da conjuntura, mesmo que não seja perfeita, era um instrumento de importância. Estes dois primeiros meses de governo foram cheios de surpresas – a maioria delas muito onerosa. Para começar, houve o quebra-quebra de 8 de janeiro. Foi preciso reconstruir as áreas atingidas e os prejuízos não se limitam a isso: prisões subitamente cheias, criação de força-tarefa para colher depoimentos e todo o esforço político para reforçar a democracia. É possível que parte desse dinheiro volte aos cofres públicos. Mas depende da justiça e leva bastante tempo.

Logo em seguida, veio a tragédia Yanomami. Foi necessária uma grande mobilização para evitar o extermínio de uma das mais importantes etnias amazônicas. Isso também representa custos em deslocamento, diárias, gasolina de aviação, hospitais de campanha, deslocamento de tropas.

As surpresas não pararam aí. Caiu o temporal no litoral norte de São Paulo. De novo, era preciso mobilizar no mínimo R$ 10 milhões para os custos de emergência, sem contar os gastos futuros e também o esforço de deslocar o maior navio da Marinha, com um hospital a bordo e grande tripulação.

No momento mesmo em que se vivia a tragédia no litoral de São Paulo, uma comissão oficial se deslocava para o Sul do País, onde uma seca impiedosa atinge a maioria dos municípios do Rio Grande. Só neste caso foi preciso mobilizar R$ 430 milhões para a assistência emergencial.

O episódio desta semana pode servir para esquentar o outro debate que vem por aí e que terá consequências decisivas no futuro da economia

É possível dizer que esse pequeno inventário é uma visão estreita dos gastos, que existem outras grandes despesas, como as com os juros ou mesmo as emendas parlamentares, que realmente fazem a diferença. Mas a verdade é que essa sucessão de problemas – muitos deixados por Bolsonaro – não permitiu que o governo avançasse no ritmo desejado.

A política externa foi exceção. Lula foi ao Cairo falar sobre meio ambiente, visitou a Argentina e o Uruguai, encontrou-se com Biden nos EUA, vai à China em março e possivelmente visite a África. Não há nenhum presidente no mundo viajando com essa frequência. Mas isso pode ser atribuído ao isolamento em que Bolsonaro lançou o País.

Mas todas as viagens, além do discurso político, se esforçam também para atrair em investimentos, melhorar as relações comerciais – enfim, são um esforço para abrir um novo ciclo econômico.

Dentro desse contexto, abrir mão de R$ 28 bilhões nos impostos parece ser um luxo que esnoba a própria conjuntura difícil, pois grande parte das despesas iniciais do governo não estava no radar da equipe de transição, era imprevista.

A reflexão que extraio deste episódio do combustível é a de que o debate ficou um pouco mais pobre. Na verdade, o que estava em jogo eram duas visões políticas que poderiam ser desenvolvidas à exaustão, mas nunca reduzidas a um choque entre guardiões da popularidade e tecnocratas apegados exclusivamente ao equilíbrio fiscal.

A maneira como se arrecada e se gasta o dinheiro a partir de um programa consagrado nas urnas é, na verdade, um tema político. Bolsonaro fez demagogia com o preço da gasolina e, no entanto, não se elegeu. Mesmo se analisarmos em termos puramente econômicos, o preço da gasolina não é um fator decisivo no crescimento de um país. Se fosse assim, a Venezuela, que tem o menor preço do mundo, seria uma potência mundial e Hong Kong, que tem o maior preço do mundo, estaria em grandes dificuldades.

Dizem alguns economistas que o grande trunfo do novo governo será a reforma tributária, que pode ter um peso estimulante na economia, como foi o Plano Real. O fato de distinguir combustíveis fósseis de biocombustíveis na tabela de taxação mostra que o governo ao menos se abre para um ângulo decisivo na reforma que virá. Ela não será apenas moderna por combater desigualdades e suprimir gastos inúteis, mas também por aceitar a realidade ambiental num planeta em crise.

O episódio desta semana pode ao menos servir para esquentar o outro debate que vem por aí e, certamente, terá consequências decisivas no futuro da economia. Que seja o mais amplo e acessível à sociedade e nos ajude a crescer, algo que não fazemos, de verdade, há muitos anos. ●

JORNALISTA

TEMA DO DIA

IARA MORSELLI/ESTADÃO

Alerta

Regina Duarte recebe punição do Instagram após compartilhar informações falsas

'Esta conta publicou repetidamente informações falsas', diz o alerta mostrado pelo Instagram toda vez que um usuário tenta seguir a conta da atriz e ex-ministra do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Isso é pouco! Quem publica 'fake news' tem que ser banido das redes."
HUMBERTO SANTOS

● "Absurdo. Ela sempre foi uma pessoa respeitável, estou com ela."
ROSAURA BERGER

● "Como pode uma atriz talentosa chegar a esse ponto, destruindo tudo que construiu."
NUBIA BARBOSA

● "Está na hora de acabar com o cancelamento e censura! Cada um exercita sua expressão e, se não é como a tua, troca o canal!"
MAURO CUNHA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

RÔMULO FIALDINI/GULA GULA/DIVULGAÇÃO

Paladar

Veja 3 restaurantes que ficam em casas antigas de SP. ●
https://bit.ly/41vge8a

The New York Times

É difícil falar de sexo com seu parceiro? Confira dicas. ●
https://bit.ly/3kwxsBs

Newsletter

'Pílula': dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHP0

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Governo

Lula afirma que vai demitir Juscelino caso ministro não prove inocência

Presidente diz que titular das Comunicações que usou avião da FAB e diárias para ir a eventos de cavalos, sua paixão, tem direito a se defender; auxiliar devolve valores

JULIA AFFONSO
TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que, se o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, não conseguir comprovar sua inocência, não poderá continuar no governo. Em entrevista à BandNews FM, o presidente disse que convocou Juscelino para uma reunião na próxima segunda-feira, assim que o ministro chegar do exterior, para que possa definir o futuro de seu subordinado. O **Estadão** revelou que Juscelino recebeu diárias e usou jato da FAB para ir e voltar de Brasília a São Paulo, onde participou de leilões de cavalos.

"Eu tentei nesta semana conversar com o Juscelino, mas ele está no exterior a serviço do ministério num encontro de telecomunicações. Eu já pedi para o (*ministro da Casa Civil*) Rui Costa para convocar ele para segunda-feira para a gente ter uma conversa porque ele tem direito de provar sua inocência. Mas, se ele não conseguir provar sua inocência, ele não pode ficar no governo. Eu garanto a todo mundo a presunção de inocência", afirmou o presidente agradecendo a pergunta sobre o tema.

O ministro rompeu o silêncio sobre o assunto ontem. Em nota oficial, admitiu que teve apenas dois dias de agenda de trabalho em São Paulo, embora tenha solicitado diárias e avião da FAB para quatro dias e meio de compromisso, e informou que vai devolver o dinheiro que recebeu irregularmente, sem declinar o valor. Juscelino disse que tomou a decisão após uma "averiguação nos últimos dias acerca do que ocorreu com a viagem de SP".

Como mostrou o **Estadão**, o ministro alegou ao governo que tinha compromissos "urgentes" para ter direito a R$ 3 mil de diárias e a jato particular entre os dias 26 e 30 de janeiro. Dos quatro dias de viagem, contudo, em três deles se dedicou a negócios relacionados aos seus cavalos de raça.

Juscelino foi a dois leilões, a uma festa em homenagem aos cavalos e inaugurou uma praça dedicada ao Roxão, um animal de seu sócio, na cidade de Boituva (SP). Todos os compromissos envolvendo cavalos foram omitidos da agenda oficial do ministro, embora sua presença tenha sido bancada com dinheiro público. Na inauguração da praça, Juscelino se apresentou como "integrante da equipe do presidente da República". A presença de um "ministro de Estado" também foi destacada pelos leiloeiros nos eventos equestres conforme mostram vídeos.

"Na função de ministro de Estado, agora no Poder Executivo, tenham certeza, cada um de vocês, apaixonados pelo cavalo quarto de milha, do meu compromisso, enquanto estiver com uma função pública, de poder defender cada vez mais o cavalo", disse ele ao receber uma homenagem durante sua estadia em São Paulo.

VERSÃO. No esclarecimento, o ministro disse que "desconhece o suposto 'caráter de urgência' destacado pelo jornal" para a viagem. No entanto, documentos oficiais mostram que ele mentiu no comunicado. A urgência está registrada no Portal da Transparência, abastecido com informações do próprio ministério.

Sobre o uso da FAB na volta para Brasília na segunda-feira, 30 de janeiro, o ministro disse na nota que "retornou em voo compartilhado solicitado pelo Ministério do Trabalho" e que, portanto, não haveria "cometimento de qualquer ilegalidade". Juscelino, porém, informou ao governo que estava, nesta data, em "serviço", o que ele mesmo reconhece que não procede. A própria nota oficial e a agenda pública dele registram que o último compromisso de trabalho em São Paulo na ocasião havia sido na manhã de sexta-feira, dia 27.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Lula quer ouvir ministro; reunião foi marcada para segunda-feira

> ***"Se ele não conseguir provar sua inocência, ele não pode ficar no governo. Eu garanto a todo mundo a presunção de inocência"***
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente**

Sobre os compromissos com cavalos, a nota informou que "o ministro usufruiu, sim, do seu direito de desfrutar do seu período de folga para participar de qualquer compromisso, no caso em questão". Foi o próprio que pediu ao governo diárias referentes aos quatro dias que passou em São Paulo e avião da FAB para ir e voltar do Estado, o que cobre o período relacionado a todos os seus compromissos privados.

PRESSÃO. Parlamentares do PT têm pedido a troca do ministro indicado para o cargo pelo União Brasil. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que foi líder do partido na Câmara entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2023, afirmou que "ninguém defende pegar avião da FAB para fazer atividade privada", expondo o constrangimento. Colegas de partido de Juscelino engrossam o coro e dizem que ele não teria o apoio hoje nem de 30 deputados. "Ele tem que responder", disse o deputado Carlos Henrique Gaguim (União Brasil-TO).

Em nota divulgada ontem, o Instituto Não Aceito Corrupção pediu a demissão do ministro por considerar que ele "violou o Código de Ética da Administração Pública e cometeu crimes".

Juscelino comanda uma das pastas mais importantes do governo, com orçamento de R$ 3 bilhões para este ano. Antes de chegar ao cargo, indicado por um consórcio do Centrão, não tinha experiência com o setor.

BOLSONARO. O **Estadão** também revelou que Juscelino nomeou um sócio de empresário aliado do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, para chefiar a diretoria que cuida de rádio e TV privadas. O indicado não tem experiência nessa área.

Pouco antes de virar ministro, Juscelino mandou dinheiro do orçamento secreto para asfaltar uma estrada que corta a própria fazenda em Vitorino Freire (MA), local onde está o haras que guarda seus animais. Enquanto isso, um terço da população da cidade governada por sua irmã vive em ruas de terra. O **Estadão** identificou ao menos 12 cavalos de raça pertencentes ao ministro no valor de R$ 2 milhões que ele escondeu da Justiça Eleitoral.

Durante a entrevista para a Band, Lula também falou sobre o caso da ministra do Turismo, Daniela Carneiro, a Daniela do Waguinho. A proximidade dela e do marido, o prefeito de Belford Roxo, Wagner Carneiro, com suspeitos de atuarem na milícia foi revelada pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Lula afirmou que o caso da ministra e de Juscelino são distintos. "A Daniela é diferente. Você não pode condenar uma pessoa porque está em cima de um palanque com alguém indesejável", disse.

O petista afirmou também acreditar que o caso da ministra não seja "maior do que isso (*as fotos*)". "Eu tenho uma gratidão pela Daniela, porque foi a única deputada da Baixada que me apoiou de verdade. E pagaram um preço muito caro. Perseguição, xingamento, ele teve de mudar de cidade para dormir", disse. "Então, eu tenho de ter consideração." ●

3 perguntas para...

BRUNO BRANDÃO
Diretor da Transparência Internacional

● Como avalia os atos de Juscelino Filho?
Todas as evidências apontam para atividades ilícitas absolutamente incondizentes com o padrão de conduta esperado de uma autoridade do mais alto nível. O que se espera de um governo comprometido com padrão ético é a suspensão imediata dessa autoridade até que os fatos possam ser esclarecidos.

● A postura do governo teria de ser outra?
Desde a primeira revelação, que já era bastante grave, de uso espúrio de recurso público em uma das localidades de maior vulnerabilidade social. Depois, a situação se agrava com novos indícios de que isso é padrão de conduta recorrente desse ministro. Não é um caso isolado ali.

● O caso afeta a imagem do Brasil no exterior?
Isso seria uma mácula em qualquer governo e, nessas circunstâncias específicas, em um novo governo que vem com a promessa de um padrão mais elevado de ética pública. Outro aspecto é que as pautas em que o Brasil vem se colocando como protagonista, como a questão ambiental, são vinculadas à questão da integridade pública. Os países estão olhando como o Brasil vai se comportar. ● J.A.

Eliane Cantanhêde

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; *Twitter:* @ecantanhede

Invasão e deslealdade

A política externa avança, com o áudio do presidente Lula com o ucraniano Zelenski e o encontro do chanceler Mauro Vieira com o ministro russo Serguei Lavrov, mas a política interna vai aos trancos e barrancos. Lula está espremido entre esquerda, com PT e MST no ataque; e direita, com o União Brasil trazendo muitos problemas e nenhuma solução.

Qual o objetivo do MST ao invadir três fazendas produtivas da Suzano Papel e Celulose na Bahia, quando o governo mal completa dois meses? Enfraquecer Lula? E fortalecer a guerra ideológica que desaguou na ação terrorista de 8/1 contra os três Poderes?

E quem imaginou um movimento combinado nos ataques da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se enganou. Ela bombardeou em público o fim da desoneração dos combustíveis, considera os dividendos da Petrobras "indecentes" e quer porque quer mudar a política de preços da companhia. Com termos duros.

"É mais fácil aguentar o Congresso do que a Gleisi", dizem aliados de Haddad, que Lula escolheu como candidato à Presidência em 2018 em detrimento de Gleisi e virou o principal ministro, enquanto ela ficou fora, no PT. A crise dos combustíveis não foi a primeira nem será a última entre eles.

> ***De um lado, PT e MST; de outro, União Brasil e a direita do 'toma lá' sem o 'dá cá'***

Na outra ponta, a "frente ampla" inclui a direita do toma lá, dá cá. Exemplo: União Brasil. No "toma lá", Lula pôs três enrolados no Ministério: os deputados Juscelino Filho, nas Comunicações, Daniela Carneiro, no Turismo, e o ex-governador Waldez Góes (este indicado, mas não filiado ao UB), no Desenvolvimento Regional. E o "dá cá" não rolou. Dos 59 deputados do partido, 28 apoiaram a CPI do golpe, proposta por um bolsonarista do PL e rechaçada por Lula. Que governo quer saber de CPI?

Juscelino é um festival de problemas, como informa o **Estadão**. Deputado, destinou emendas parlamentares para uma estrada na sua fazenda e, em 2022, só apresentou um projeto, o do Dia do Cavalo. Candidato, escondeu do TSE R$ 2 milhões em cavalos de raça. Ministro, usou avião da FAB e diárias para ir a leilões de cavalos em São Paulo. Não bastasse, nomeou para a Diretoria de Radiodifusão o sócio de dono de rádios no seu Estado, o Maranhão. Lula não falou nada, não fez nada.

Não dá para confiar nessa "base aliada", embolada e desleal, para a aprovação da MP dos combustíveis. Haddad finge que está tranquilo, porque MPs entram em vigor automaticamente, por 120 dias, mas já tem um plano B: empurrar com a barriga. Se o Congresso não aprovar até julho, volta tudo: desoneração, guerra com Gleisi e perplexidade. Aliás, não só no "mercado". ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Governo

Lista não é critério para PGR e Zanin tem mérito para STF, diz petista

Presidente defende indicação pessoal ao cargo hoje ocupado por Aras e faz aceno a seu advogado na Lava Jato para vaga na Corte

GUSTAVO QUEIROZ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva descartou escolher o próximo procurador-geral da República com base na lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Segundo o chefe do Executivo, a indicação será pessoal. Já sobre os nomes que poderá indicar para o Supremo Tribunal Federal (STF), o petista afirmou que eventual escolha de seu advogado Cristiano Zanin Martins seria merecida.

"Só espero escolher um cidadão que seja decente, digno, de muito caráter e respeitado. Não penso mais em lista tríplice da PGR (*Procuradoria-Geral da República*), não é mais o critério. Vou ser mais criterioso", disse Lula, em entrevista à Rádio BandNews FM, ontem.

O mandato do chefe do Ministério Público Federal, Augusto Aras, termina em setembro. Quando foi escolhido por Jair Bolsonaro (PL), Aras não constava na lista da ANPR e foi alvo de críticas de aliados do ex-presidente que defendiam um nome alinhado à Operação Lava Jato. Bolsonaro disse à época que acreditava ter feito um "bom casamento". Com trânsito no mundo político, Aras não enfrentou resistência no Senado, que chancela a escolha do presidente.

Nos dois primeiros mandatos de Lula, os escolhidos pelo petista foram Cláudio Fonteles, Antonio Fernando e Roberto Gurgel. Os três foram indicados na lista tríplice feita pelos membros do Ministério Público. Dilma Rousseff (PT) seguiu o mesmo critério ao indicar Rodrigo Janot. Já Michel Temer (MDB) optou pela segunda da lista, Raquel Dodge.

> **Tradição informal**
> **Lula contemplou a lista da ANPR nos dois primeiros mandatos, assim como Dilma e Temer**

A indicação é uma prerrogativa do presidente, que não precisa seguir a lista de nomes oferecidos pela ANPR, mas virou uma tradição informal nos governos petistas. Uma das atribuições do PGR é investigar e denunciar políticos com prerrogativa de foro, incluindo o presidente da República.

"Quando eu vim para a Presidência, eu trouxe a experiência do sindicato. Então, tudo para mim era lista tríplice. Já está provado que nem sempre lista tríplice resolve o problema", disse Lula ontem.

SUPREMO. O petista também afirmou que levará em conta o caráter da pessoa e seu notório saber jurídico na indicação para o Supremo. "Não quero escolher um juiz para mim, o juiz é para a Nação", afirmou o presidente ao programa *É da Coisa*, do jornalista Reinaldo Azevedo.

Caberá a Lula indicar em maio o substituto do ministro Ricardo Lewandowski. Em outubro, quem também deixará a Corte, por completar 75 anos, é a atual presidente, Rosa Weber.

As respostas ocorrem em meio à especulação de que o advogado Cristiano Zanin seja indicado para a vaga a ser aberta. De acordo com Lula, se ele indicasse Zanin hoje ao Supremo, "todo mundo compreenderia que ele merecia".

Aos 47 anos, Zanin nasceu em Piracicaba (SP), e começou a carreira de advogado na área de telecomunicações. Ele defendeu Lula nos processos a que o petista respondeu na Lava Jato e se tornou seu principal porta-voz enquanto ele esteve preso em Curitiba. Ganhou exposição após a anulação das condenações do petista. ●

Ataque à democracia

Moraes manda soltar mais 52 presos por atos; metade dos detidos foi libertada

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liberdade provisória, com medidas cautelares alternativas, para mais 52 denunciados pelos atos golpistas de 8 de janeiro, em Brasília. O grupo é acusado de incitação ao crime e associação criminosa. Segundo balanço da Corte, 751 investigados seguem presos e 655 foram liberados. As medidas cautelares incluem a proibição de acessar redes sociais e o uso de tornozeleira eletrônica. ●

Ataque à democracia 2

Após 8/1, governo retira Abin da alçada dos militares e transfere para a Casa Civil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva transferiu a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para a Casa Civil, pasta diretamente ligada à Presidência da República. O órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência estava sob comando do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), único ministério comandado por um militar na Esplanada, general Gonçalves Dias. A estratégia do governo é desmilitarizar a Abin, após o fracasso no monitoramento dos ataques de 8 de janeiro. ●

Forças Armadas

Exército revê prática da gestão Bolsonaro e diz que não vai 'celebrar' golpe militar

O Exército decidiu que não irá divulgar a Ordem do Dia com nota alusiva ao 31 de março de 1964 este ano. A notícia foi antecipada pelo UOL e confirmada pelo Estadão. "Em 2023, não haverá Ordem do Dia sobre o assunto", diz nota do Centro de Comunicação Social da Força. A mensagem com alusão ao golpe militar passou a ser divulgada em 2019, no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro (PL). Na época, a determinação era promover as "comemorações devidas" para a data. ●

Supremo

Toffoli arquiva investigações sobre conduta de ex-presidente na pandemia

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou duas apurações sobre a conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) abertas na esteira da CPI da Covid. As investigações se debruçavam sobre supostos crimes de epidemia e infração de medida sanitária preventiva. Toffoli acolheu pedidos da Procuradoria-Geral da República para o encerramento dos inquéritos. Para a PGR, Bolsonaro não teve a "intenção de gerar risco não tolerado a terceiros". ●

Questão fundiária

Governo poupa MST após invasões de áreas produtivas no sul da Bahia

Ministro afirma que pretende usar 'diálogo'; Suzano exige a saída de sem-terra de fazendas para dar início a conversas

JOSÉ MARIA TOMAZELA
SOROCABA

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, evitou ontem fazer críticas às recentes invasões do Movimento dos Sem Terra (MST) a fazendas produtivas no sul da Bahia. Ele afirmou que pretende mediar as negociações entre o grupo e a empresa Suzano, proprietária das áreas.

Na segunda-feira, sem-terra invadiram três fazendas de cultivo de eucalipto da Suzano. Uma das áreas, em Mucuri, teve liminar de reintegração de posse concedida pela Justiça, mas a ordem de desocupação não havia sido executada até a noite de ontem. Outras duas fazendas, em Caravelas e Teixeira de Freitas, aguardam decisão. Ainda na Bahia, o MST invadiu uma área de outro proprietário em Jacobina.

O silêncio do governo até as primeiras declarações públicas de Teixeira foi mal recebido no agronegócio. Há um clima de desconfiança no setor sobre a garantia de segurança jurídica no campo. As invasões, com dois meses de governo, contrariam o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha. O petista disse que o MST não ocupava propriedades produtivas, como são as áreas da Suzano.

Teixeira afirmou que a diretoria da Suzano pediu ajuda. "Eu, imediatamente, liguei para o MST sugerindo a eles que possam negociar as questões relacionadas a esse terreno e, portanto, nós vamos a partir de hoje (*ontem*) levantar toda a situação do conflito. Há um conflito ali de dez anos", disse o ministro, durante evento no Palácio do Planalto.

O ministro afirmou que a ocupação tem como objetivo não a área em questão, mas a retomada de negociação de um acordo que, segundo a versão do MST, não foi cumprido para assentamentos familiares. A Suzano nega, e parte do pacto firmado não foi cumprido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

> **Agro**
> **Silêncio do governo até as primeiras declarações de Teixeira foi mal recebido no setor do agronegócio**

Teixeira declarou que quer resolver o conflito pelo "diálogo" e pretende reunir as partes na próxima quarta-feira. "Vamos recuperar com a Suzano e o MST esse acordo feito há dez anos e teremos reuniões para fazer a negociação. Faltou governo para implementar e é assim que vamos resolver, de forma tranquila. Vamos tratar os conflitos buscando que sejam resolvidos mediante diálogo e dentro da Constituição."

INCRA. Os ânimos entre MST e governo acirraram desde a última semana, quando líderes do movimento reclamaram publicamente da demora do governo na nomeação da diretoria do Incra. Na última semana, João Paulo Rodrigues, coordenador do MST, disse que o "sinal amarelo" acendeu com a demora da nomeação. Na segunda-feira, somente após a insatisfação pública do MST, Teixeira anunciou que César Aldrigui, até então interino, assumirá o órgão.

O ministro negou a ligação das invasões com as nomeações no Incra. "Não tem nenhuma conotação dessa natureza. Cargos do Incra já foram todos resolvidos. Claro, tem um procedimento para nomear os cargos, a pessoa passa por um estudo pela vida pregressa. Mas os nomes já foram todos encaminhados, então não é disso que se trata. Direção do Incra está definida. Trata-se de conflito na Bahia e agora vou me debruçar sobre isso."

O ministro disse ainda que a pasta vai trabalhar para tentar se antecipar a novos conflitos rurais e que não há nenhum problema com o agronegócio.

SEM DECISÃO. Evanildo Costa, da direção nacional do MST na Bahia, disse que o ministro entrou em contato propondo a desocupação das áreas para uma retomada do acordo com a Suzano. "Ainda não decidimos, estamos esperando que haja confirmação da empresa de que vai à reunião. Se houver, vamos acampar no limite da área até que haja um acordo. O que vamos interromper é o avanço da ocupação, como a entrada de mais famílias e a formação de roça no terreno", afirmou.

A Suzano confirmou que houve a reunião de seu diretor com Teixeira, mas que foi colocada como condição precedente para a negociação que o MST saia das áreas, pois considera que é indiscutível o direito à propriedade privada, ainda mais se tratando de propriedade produtiva. ● COLABORARAM SOFIA AGUIAR, THAIS BARCELLOS, ISADORA DUARTE E MARLLA SABINO

NOTAS E INFORMAÇÕES

Uma lição ao ‘juiz-celebridade’

Caso de Bretas é outro triste capítulo da Lava Jato, causado não por seus desafetos, mas por seus supostos heróis

No dia 28 de fevereiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) afastou o juiz Marcelo Bretas da 7.ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, responsável pelos processos derivados da Operação Lava Jato em tramitação no Rio de Janeiro. Com validade até o final das investigações instauradas sobre a conduta do juiz, o afastamento de Marcelo Bretas é mais um capítulo melancólico da história da Lava Jato, causado não por seus desafetos, que são muitos, mas justamente por aqueles que eram apontados como os grandes heróis nacionais do combate à corrupção.

Em 2020, o juiz da Lava Jato no Rio de Janeiro foi punido administrativamente pelo Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF-2), por ter participado de eventos de natureza política ao lado do então presidente da República, Jair Bolsonaro, e do então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. Na ocasião, foi-lhe aplicada a pena de censura. Agora, a medida é mais dura. Afastamento de magistrado não é algo corriqueiro, o que revela a gravidade dos fatos apurados.

As investigações sobre a conduta de Marcelo Bretas foram instauradas a partir de três reclamações disciplinares. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acusa-o, entre outras irregularidades, de pressionar investigados e de combinar estratégias com o Ministério Público em acordos de colaboração premiada. O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, acusa o juiz de usar o cargo para tentar prejudicá-lo na campanha eleitoral de 2018. A terceira reclamação foi feita pelo corregedor do CNJ, Luis Felipe Salomão, após uma fiscalização extraordinária indicar "deficiências graves" dos serviços judiciais e auxiliares na 7.ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

A conduta de Marcelo Bretas tem traços um tanto peculiares, muito distantes da imparcialidade e da sobriedade necessárias a um magistrado. O juiz da Lava Jato no Rio de Janeiro tornou-se conhecido não apenas por fazer interpretações extravagantes da lei processual penal, como o uso recorrente e expansivo da prisão preventiva. Era uma celebridade no mundo das redes sociais, comentando assuntos do dia a dia e também de caráter político-partidário, o que é proibido aos integrantes da magistratura. Por exemplo, o juiz Bretas parabenizou Flávio Bolsonaro, que é alvo de investigação no Ministério Público do Rio de Janeiro, por sua eleição ao Senado. Também defendeu medidas e integrantes do governo Jair Bolsonaro.

Cabe agora ao CNJ realizar uma séria e diligente investigação. De toda forma, desde já, o caso Bretas confirma que o País não precisa de juízes heróis nem muito menos de juízes justiceiros. Não é assim que se faz avançar a causa da Justiça. A demanda é por magistrados que queiram apenas aplicar a lei, talvez com resultados menos espetaculares, mas cujo trabalho seja apto a gerar frutos consistentes, que perduram ao longo do tempo.

Há separação de Poderes. A missão do Judiciário não é fazer política, não é salvar a Pátria, não é solucionar os problemas nacionais. É aplicar humilde e silenciosamente a lei.●

Conselho de Administração

Gleisi é alertada sobre ‘perigosas indicações’ na Petrobras

Em mensagem flagrada pelo ‘Estadão’, aliado critica nomes do Centrão sugeridos por ministro de Minas e Energia

VERA ROSA
WILTON JUNIOR
BRASÍLIA

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, recebeu ontem uma mensagem do coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, reclamando do que chama de "perigosas indicações" do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para o Conselho de Administração da Petrobras. Gleisi não gostou da atitude de Silveira, que derrubou as sugestões feitas pelo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, para compor o colegiado e substituiu todos os nomes por apadrinhados do Centrão.

No texto, Bacelar diz que, se essa situação não mudar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva perderá o controle da empresa. O sindicalista pede que a deputada consiga uma agenda com Lula na próxima semana, para discutir o assunto. "Por favor, cava um espaço na agenda do Presidente Lula, no dia 10/03, pra eu conversar com eles sobre essas perigosas indicações do MME para o CA (*Conselho de Administração*) da Petrobras!", afirma Bacelar. "Não são pessoas nossas, o Presidente não terá o controle do CA e temos bons nomes já apresentados a ele pra substituir os 4 ou 3 deles!"

A mensagem recebida por Gleisi no celular, por meio do aplicativo WhatsApp, foi fotografada pelo **Estadão** quando ela estava na cerimônia de relançamento do Bolsa Família, no Palácio do Planalto. Antes, a deputada já havia criticado Silveira por ter escolhido nomes indicados pelo Centrão para o conselho da Petrobras.

"Ele (*Silveira*) é o ministro de Minas e Energia. Ele não pode colocar um conselheiro que seja contra o que o presidente falou na campanha. Estelionato eleitoral não pode, não", disse Gleisi, em entrevista à coluna de Guilherme Amado no portal Metrópoles. "Os indicados do governo têm que seguir o governo. Isso vai ser um problema do ministro", emendou.

Na lista dos preteridos por Silveira estão o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, e o economista Eduardo Moreira. As indicações para a Petrobras foram divulgadas na terça-feira, no rastro da polêmica sobre a volta da cobrança de impostos dos combustíveis, e precisam passar pelo crivo do comitê interno da empresa. Além disso, devem ser submetidas à votação de uma assembleia-geral ordinária, em abril.

FOTOS WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Mensagem recebida pela deputada; pedido de reunião com Lula

Gleisi Hoffmann, presidente do PT; críticas a nomes do Centrão

Em nota, o coordenador da FUP disse que, dos sete nomes indicados para o colegiado da Petrobras, quatro são da cota pessoal de Silveira. "Nomes ligados ao bolsonarismo, ao mercado financeiro e a favor de privatizações", resumiu Bacelar.

PADRINHOS. Silveira é filiado ao PSD do secretário de Governo de São Paulo, Gilberto Kassab, e entrou na equipe de Lula tendo como padrinhos políticos o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e seu colega Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Indicado para o conselho da Petrobras, Vitor Eduardo de Almeida Sabak, diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), é ligado a Alcolumbre e ao senador Rogério Marinho (PL-RN), que teve apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro na disputa pelo comando do Senado, em fevereiro. Sabak foi assessor especial do ex-ministro da Economia Paulo Guedes e ajudou a articular a reforma da Previdência.

Outro nome sugerido por Silveira foi o de Eugênio Teixeira. A nota da FUP afirma que, além de ter sido sócio do ex-vice-governador de Minas Clésio Andrade na empresa Aurium Trading Importação e Exportação, Teixeira foi "vacinado contra covid gratuitamente e às escondidas, numa garagem".

A FUP observa, ainda, que o empresário do setor de açúcar e álcool Eduardo Turchetto, também indicado, "responde a processo relacionado à destruição de floresta, com corte de árvores no bioma da Mata Atlântica, em Minas Gerais". Já Pietro Mendes, nome apresentado para presidir o conselho da companhia, foi secretário de Bento Albuquerque quando o almirante era ministro de Minas e Energia sob Bolsonaro.

Ministro

Silveira foi indicado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e pelo senador Davi Alcolumbre

A "falta de transparência" de Silveira na montagem de sua equipe é motivo de queixas. O texto da FUP destaca, por exemplo, que o titular de Minas e Energia bancou Bruno Eustáquio como secretário executivo do ministério, à revelia da Casa Civil. "Eustáquio trabalhou como secretário adjunto na pasta e secretário executivo de Infraestrutura durante o governo Bolsonaro", registra a nota.

O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, tentou amenizar o embate com Silveira nas fileiras do PT. "Silveira tem total respaldo do presidente Lula", afirmou Pimenta, alegando que todas as indicações para a Petrobras foram "consensuais". ●

Relações Exteriores

Brasil participa de celebração em navio do Irã no Rio

FELIPE FRAZÃO
VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA
ROBERTO GODOY

Alvo de críticas dos Estados Unidos por receber navios da frota de guerra do Irã no Rio de Janeiro, o governo brasileiro enviou representantes para participar, na terça-feira, de uma cerimônia em alusão aos 120 anos de relações diplomáticas entre os dois países. A solenidade a bordo da fragata Iris Dena – um dos dois navios iranianos ancorados no porto do Rio – da qual participaram oficiais da Marinha e integrantes do Itamaraty, não foi divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores.

A entrada das embarcações iranianas na costa brasileira gerou mal-estar na relação diplomática do Brasil com os Estados Unidos, que impõem sanções ao Irã alegando que o país comete atos de terrorismo e violações aos Direitos Humanos. "O Brasil é uma nação soberana, mas acreditamos firmemente que esses navios não devem atracar em lugar nenhum", disse a embaixadora Elizabeth Bagley no dia 15.

Anteontem, o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Ned Price, reiterou a crítica. O governo de Israel também protestou. Lior Haiat, porta-voz do ministério das Relações Exteriores israelense, em nota no Twitter, chamou de "perigosa e lamentável" a ação brasileira (*mais informações nesta página*).

PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

Fragata iraniana atracada no Rio; autorização vigora até amanhã

MENSAGEM. A embaixada iraniana no Brasil afirmou que a visita é para comemorar os 120 anos de relações diplomáticas entre os dois países, como "uma mensagem de paz e amizade", e garantir rotas de comércio marítimo e combater crimes no mar.

Os navios chegaram ao Brasil no domingo, e têm autorização para permanecer até amanhã. O Itamaraty informou que não há pedidos para prorrogar a autorização.

A fragata Iris Dena escolta o Iris Makran, considerado um "monstro do mar", com 230 metros e cerca de 120 mil toneladas. Mais que um petroleiro convertido em porta-helicópteros, a embarcação pode lançar drones de grande porte, armados com mísseis ou de espionagem. Segundo o Departamento de Defesa americano, o Iris Makran abriga a bordo um avançado centro eletrônico de coleta de dados, escuta de comunicações e vigilância de área. ●

Porta-voz de Israel critica decisão: 'Lamentável'

O porta-voz do ministério das Relações Exteriores de Israel, Lior Haiat, publicou uma nota no Twitter na qual chama de "perigosa e lamentável" a decisão brasileira de autorizar a entrada de dois navios de guerra do Irã no porto do Rio. "O Brasil não deve conceder nenhum favorecimento a um estado maligno, responsável por inúmeras violações dos Direitos Humanos contra seus próprios cidadãos, executando ataques terroristas em todo o mundo e proliferação de armas para organizações terroristas em todo o Oriente Médio." E completou: "Este é o momento de seguir os passos dados pela UE, EUA, Canadá, Austrália, Japão e muitos outros países, e se referir ao regime iraniano como o que realmente é: uma entidade terrorista".

A manifestação foi feita após críticas do governo americano à decisão brasileira. Os EUA sancionam o Irã, mas o Ministério das Relações Exteriores do Brasil não reconhece sanções unilaterais, apenas aquelas impostas pelo Conselho de Segurança da ONU, o que impacta apenas comércio de armas e material nuclear. ●

América Latina

Grupo da ONU acusa Nicarágua de violações e crimes contra humanidade

Relatório de especialistas cita execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias, tortura, privação da nacionalidade, do direito de ficar no país e pede mais sanções internacionais

GENEBRA

Um grupo de especialistas da ONU acusou o governo da Nicarágua de cometer violações sistemáticas que constituem "crimes contra a humanidade" e pediu a imposição de novas sanções internacionais. Divulgado em Genebra, o documento menciona execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias, tortura e privação arbitrária da nacionalidade e do direito de permanecer no país.

"Eles são cometidos de maneira generalizada e sistemática por motivos políticos e constituem crimes de lesa-humanidade, de assassinato, prisão, tortura, incluindo violência sexual, deportação e perseguição por motivos políticos", afirmou o especialista independente Jan Simon. "A população vive com o temor das ações que o próprio governo pode tomar contra ela."

INVESTIGAÇÃO. O grupo de especialistas é um órgão independente criado por mandato do Conselho de Direitos Humanos da ONU para investigar suspeitas de violações de direitos humanos cometidas na Nicarágua desde abril de 2018. Nessa data, eclodiram protestos que foram violentamente reprimidos, com um balanço de mais de 350 mortos e centenas de detidos.

Em 9 de fevereiro, o governo do presidente nicaraguense, Daniel Ortega, libertou 222 opositores da prisão, os expulsou para os EUA e lhes retirou a nacionalidade. Uma semana depois, 94 dissidentes já no exílio também tiveram sua nacionalidade cassada.

VIOLAÇÕES. Entre os exilados estão a ex-pré-candidata presidencial Cristiana Chamorro e seu irmão e ex-ministro Pedro Joaquín Chamorro. Ambos são filhos de Violeta Barrios de Chamorro, que foi presidente da Nicarágua entre 1990 e 1997. Também foram expulsos os escritores Sergio Ramírez e Gioconda Belli.

Quem se recusou a deixar a Nicarágua teve um destino sombrio. Em fevereiro, o bispo Rolando José Álvarez Lagos, crítico ao governo de Ortega que rejeito viver no exílio nos EUA, foi condenado a 26 anos e 4 meses de prisão após ser considerado culpado de crimes de "traição à pátria".

Recentemente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) já havia advertido que a legislação atual da Nicarágua que permite a privação da cidadania viola o direito internacional. Segundo o relatório do grupo de especialistas da ONU, Ortega e sua mulher, a vice-presidente Rosario Murillo, cometeram e continuam cometendo esses crimes.

Repressão
Acnur diz que lei da Nicarágua que permite a privação da cidadania viola direito internacional

PROTESTOS. No poder desde 2007 e reeleito sucessivamente em eleições questionadas, Ortega enfrenta uma onda de condenações internacionais por sua inclinação autoritária e repressão aos protestos contra seu governo na Nicarágua.

OSWALDO RIVAS/REUTERS–2/11/2019

Manifestante com a bandeira da Nicarágua observa fotos de pessoas que morreram nos protestos de 2022

O relatório da ONU destaca ainda que os abusos cometidos pelo governo "não são um fenômeno isolado", mas resultado de um "desmantelamento deliberado das instituições democráticas e da destruição do espaço cívico e democrático" na Nicarágua.

Desde dezembro de 2018, pelo menos 3.144 organizações da sociedade civil foram fechadas e praticamente todos os meios de comunicação independentes e organizações de direitos humanos da Nicarágua operam do exterior, afirma o comunicado do grupo.

No informe, os especialistas da ONU pedem à comunidade internacional que tome medidas legais contra os responsáveis por essas violações e aumente as sanções internacionais já impostas contra o governo de Ortega.

RESPONSABILIDADE. Simon afirmou que o Estado e os indivíduos responsáveis por violações de direitos humanos devem ser responsabilizados, seja sob o direito penal internacional, pela legislação nicaraguense ou pela lei de outros países. "As autoridades da Nicarágua têm buscado a perseguição, criminalização e eliminação de qualquer voz de oposição", disse a especialista Ángela María Buitrago, citada no comunicado. ● AFP

Migração para os EUA eleva fluxo de dinheiro para famílias nicaraguenses

MANÁGUA

Os EUA registraram um aumento de 50% do envio de remessas de dinheiro para a Nicarágua em 2022, um reflexo da migração de milhares de nicaraguenses para o território americano nos últimos dois anos. Depois que o governo de Daniel Ortega passou a intensificar a repressão à oposição, em 2021, a inflação global afetou o poder de compra das famílias e as oportunidades de emprego permanecem limitadas. Por isso, muitos partem na esperança de uma vida economicamente melhor.

A onda de nicaraguenses nos EUA explica em parte por que o governo de Joe Biden anunciou em janeiro que começaria a barrá-los na fronteira se eles realizassem os pedidos de asilo online. Desde então, o volume de migrantes começou a cair bruscamente.

Mas os que estavam nos EUA antes da nova política ajudam a manter a economia da Nicarágua em funcionamento, com remessas familiares que somaram US$ 3,2 bilhões no ano passado.

Para o economista Enrique Sáenz, esse salto de remessas entre os dois países só pode ser explicado pelo aumento de migrantes. "A imigração se tornou a principal política macroeconômica (*do presidente Daniel Ortega*) e a principal política social", disse Sainz.

O governo cada vez mais autoritário de Ortega sofreu sanções dos EUA e da Europa. As medidas foram direcionadas às pessoas próximas ao presidente e a membros do governo, para evitar que as dificuldades econômicas do país sejam agravadas e afetem ainda mais a vida dos nicaraguenses.

RECORDE. Apesar disso, o fluxo de pessoas do país para os EUA cresceu entre 2021 e 2022. Até setembro do ano passado, as autoridades americanas registraram a entrada de mais de 163 mil nicaraguenses – três vezes mais que o total de 2021. O recorde ocorreu em dezembro, com mais de 35 mil nicaraguenses chegando aos EUA – após a medida de Biden, o fluxo caiu para 3,3 mil, em janeiro.

Os motivos da migração vão desde a falta de oportunidades econômicas até a perseguição política direta contra dissidentes. Ortega reprimiu violentamente os opositores depois dos protestos de abril de 2018. A repressão aumentou em 2021, antes das eleições presidenciais.

Segundo dados do governo da Nicarágua divulgados no fim do ano, o país emitiu 20.192 passaportes entre 17 de setembro e 7 de outubro. Em Manágua, os moradores acampam nas calçadas para obter uma ficha, distribuídas de forma limitada todos os dias, para pedir o passaporte. ● AP

HISTÓRIAS DO MUNDO Prateleiras vazias

Crise se agrava e Reino Unido raciona legumes

Governo atribui escassez de tomates e pepinos a problemas climáticos nos países exportadores, mas há quem culpe o Brexit

LONDRES

Os britânicos estão precisando racionar legumes, como tomates e pepinos, desde que produtos frescos começaram a desaparecer das prateleiras há duas semanas. A maioria das grandes redes de supermercado passou a impor limites sobre a quantidade que os clientes podem comprar – uma situação que levou o governo a culpar fenômenos naturais, enquanto críticos a indicam uma possível consequência do Brexit.

Autoridades britânicas culparam o mau tempo na Espanha e no norte da África para justificar o sumiço dos produtos. Mas críticos do governo conservador britânico se apressaram em apontar uma ligação entre a escassez e o Brexit, indicando que seria uma consequência do cenário político, já que outros países europeus não estão passando pela mesma privação.

O público geral tem reagido à disputa de narrativas. A secretária do Meio Ambiente, Therese Coffey, foi alvo de piadas nas redes sociais após afirmar que os consumidores britânicos deveriam "apreciar" mais os produtos locais e comer nabos, em vez de alimentos importados. Quando a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, visitou o país, na semana passada, alguns a pediram que ela levasse alguns tomates na bagagem.

BREXIT. Especialistas afirmam que o Brexit provavelmente desempenhou um papel na escassez de alimentos, mas um conjunto mais complexo de fatores – entre eles as mudanças climáticas, a dependência excessiva de importações do Reino Unido (sobretudo no inverno), os custos crescentes de energia e estratégias de preços dos supermercados britânicos – explica a crise.

Um fator apontado como muito relevante tanto pelo governo quanto por especialistas tem a ver com as temperaturas no Hemisfério Norte e o alto preço da energia, em meio ao cenário geopolítico atual.

Temperaturas anormalmente baixas na Espanha e fortes chuvas e inundações no Marrocos – dois dos maiores fornecedores de tomate para o Reino Unido – levaram a colheitas ruins e são citadas pelo governo como a principal causa da escassez. Em Almería, que produz 40% das exportações de vegetais frescos da Espanha, os níveis de produção de tomate, pepino e berinjela caíram mais de 20% durante as três primeiras semanas de fevereiro, em comparação com o mesmo período de 2022, segundo a Fepex, organização que representa os exportadores espanhóis de frutas e vegetais.

Exportadores
Temperaturas baixas na Espanha e fortes chuvas e inundações no Marrocos produziram colheitas ruins

ENERGIA. Separadamente, a Holanda, outro grande produtor de tomate, registrou uma queda na produção porque o preço da energia muito acima do normal, impulsionado pela guerra na Ucrânia, fez com que muitos produtores optassem por não acender as luzes de LED em suas estufas neste inverno.

Produtores de hortaliças no Reino Unido relataram que também foram forçados a deixar suas estufas vazias. Richard Diplock, diretor-gerente da Green House Growers, com sede no sul da Inglaterra, disse que seus custos de energia são seis vezes maiores em comparação com os invernos anteriores.

Produtores britânicos afirmam que, mesmo que os custos de energia não tivessem subido tanto, não seriam capazes de compensar a escassez de produtos importados. Durante o inverno, a produção doméstica do Reino Unido representa apenas 5% ou menos dos tomates e pepinos vendidos nos supermercados britânicos.

Os agricultores também reclamaram da falta de investimento do governo no setor e de financiamento para ajudá-los a lidar com contas de energia extremamente altas. ● AFP e AP

TOBY MELVILLE/REUTERS–26/2/2023

Prateleiras vazias em Sainsbury; produtores britânicos dizem que não conseguem suprir demanda

---

A Guerra de Putin

Lula conversa com Zelenski e volta a oferecer mediação para acordo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que conversou com o presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, para tratar sobre a guerra entre Ucrânia e Rússia. Segundo publicação no Twitter, o brasileiro reafirmou o compromisso de participar de iniciativas para a paz. A ligação foi por videoconferência e ocorreu na tarde de ontem.

"Reafirmei o desejo do Brasil de conversar com outros países e participar de qualquer iniciativa em torno da construção da paz e do diálogo. A guerra não pode interessar a ninguém", disse Lula, que tem defendido a mediação política para impedir a escalada do conflito.

Em 24 de fevereiro, Zelenski disse que esperava conversar com Lula "em breve". O líder ucraniano comentou que acha importante o apoio do Brasil, na expectativa de que Lula possa ser "uma ponte para poder conversar com mais países da América Latina".

VISITA. Mais cedo, o chanceler russo, Serguei Lavrov, confirmou uma visita ao Brasil em abril, após se reunir com o chanceler Mauro Vieira durante a cúpula do G-20 na Índia. A visita ocorrerá depois de a Rússia dar sinais positivos à proposta do Brasil de criar um grupo de países para pôr fim ao conflito.

Segundo o Itamaraty, os diplomatas repassaram os principais temas da agenda bilateral e multilateral compartilhada, incluindo a situação atual e as perspectivas da guerra. Este foi o primeiro encontro entre os chanceleres desde a posse de Lula.

No ano passado, em maio, antes da campanha eleitoral, o então pré-candidato chegou a dizer que tanto Vladimir Putin quanto Zelenski eram responsáveis pelo conflito. Com sua chegada ao Planalto, , o petista alterou o discurso e passou a responsabilizar Putin.

Desde o início do governo Lula, o Itamaraty tenta se equilibrar na posição de neutralidade e lançar-se como intermediador de um plano de paz. A nova linha de política externa tem desagradado a americanos, europeus e ucranianos. ● SOFIA AGUIAR

Canadá

Proibição do TikTok em celulares do governo prejudica opositores de primeiro-ministro

Líderes de partidos da oposição ao governo de Justin Trudeau no Canadá, que utilizam o TikTok para atingir eleitores, se viram prejudicados pela proibição de uso da plataforma em aparelhos governamentais. EUA e União Europeia também baniram o aplicativo por preocupações com segurança. ●

Reino Unido

Príncipe Harry terá de devolver casa cedida pela avó no terreno do Castelo de Windsor

O príncipe Harry e sua mulher, Meghan, receberam um pedido para se mudarem de Frogmore Cottage, sua casa no terreno do Castelo de Windsor, em mais um sinal da ruptura com a família real. A casa foi oferecida pela rainha Elizabeth e eles a usavam nas poucas visitas ao Reino Unido. ●

Grécia

Greve paralisa tráfego ferroviário em protesto por falta de segurança após acidente que matou 57

Uma greve paralisou ontem o tráfego ferroviário na Grécia em protesto pela falta de segurança no setor, depois que dois trens colidiram, matando 57 pessoas. Centenas de pessoas também se manifestaram após o governo admitir "décadas de fracassos" que levaram ao acidente de quarta-feira. ●

Segurança pública

Um terço das brasileiras já sofreu violência física ou sexual de parceiros

Houve crescimento de todas as formas de violência contra a mulher no último ano no País, segundo pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ÍTALO LO RE

Um terço das mulheres brasileiras (33,4%) com mais de 16 anos já sofreu violência física e/ou sexual de parceiros ou ex-companheiros ao longo da vida, segundo estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública encomendado ao Instituto Datafolha. O número, que equivale a 21,5 milhões de vítimas, é maior que a média global de casos, 27%, segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ainda segundo a pesquisa, divulgada nesta quinta-feira, houve crescimento de todas as formas de violência contra mulher no último ano no País, como espancamento (5,4% dos casos) e ameaça com faca ou arma de fogo (5,1%). "Foram mais de 18 milhões de mulheres vítimas de violência no último ano. São mais de 50 mil vítimas por dia, um estádio de futebol lotado", afirma Samira Bueno, diretora executiva do fórum.

Socorro
Em quase metade dos casos, vítima não tomou atitude, mas a busca por auxílio vem crescendo

Ao todo, 28,9% das mulheres (18,6 milhões) sofreram algum tipo de violência ou agressão no último ano, a maior prevalência já verificada na série histórica – a pesquisa sobre vitimização de mulheres no Brasil é realizada desde 2017, de dois em dois anos. Na edição de 2021, 24,4% das entrevistadas afirmaram ter sofrido violência um ano antes, o primeiro da pandemia de covid-19. "Existia uma aposta muito grande que violência contra a mulher ia aumentar durante a pandemia – porque era algo que estava sendo observado em vários países –, mas que, passada a fase mais grave da pandemia, esses números recuariam", diz Samira. "Na verdade, os números cresceram após a pandemia. A gente está diante, de fato, de um agravamento. É um País que ficou mais inseguro para a mulher."

Do total de casos do último ano, 11,6% (ou 7,6 milhões) das vítimas foram agredidas com batida, empurrão ou chutes – o que corresponde a 14 ocorrências por minuto. Em 13,5% dos episódios, houve perseguição a mulheres. "Quando a gente vê tudo isso começando a crescer, infelizmente daqui a alguns meses os números da violência letal também começam a andar na mesma direção", afirma a pesquisadora.

FEMINICÍDIO. São Paulo, por exemplo, registrou 195 vítimas de feminicídio no último ano, a maior quantidade anual desde 2015, quando o País passou a tipificar crimes dessa natureza. Em um dos casos, a cartomante Michelli Nicolich, de 37 anos, foi assassinada a tiros pelo estudante de Medicina Ezequiel Ramos, de 38 anos. Ela tinha medida protetiva e vivia escondida do ex-companheiro, mas foi emboscada por ele ao buscar os filhos em escola na zona leste de São Paulo. Uma das crianças também morreu.

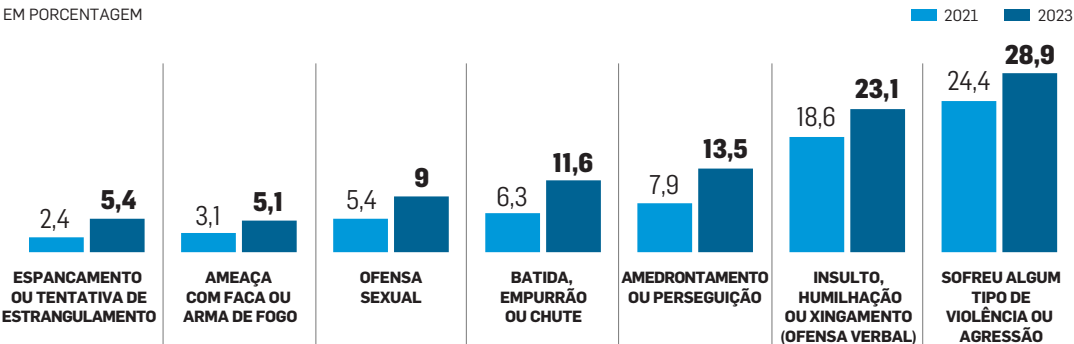
Conforme a pesquisa do fórum, em quase metade dos casos de violência contra mulher do último ano (45%) a vítima não tomou nenhuma atitude após os casos de agressão, seja por medo de represália ou por achar que não era algo tão grave. Ao mesmo tempo, 17,3% delas procuraram auxílio da família e 15,6%, de amigos. A parcela de vítimas que foram até Delegacias de Defesa da Mulher relatar o ocorrido subiu: foi de 11,8%, há dois anos, para 14%, no estudo de agora.

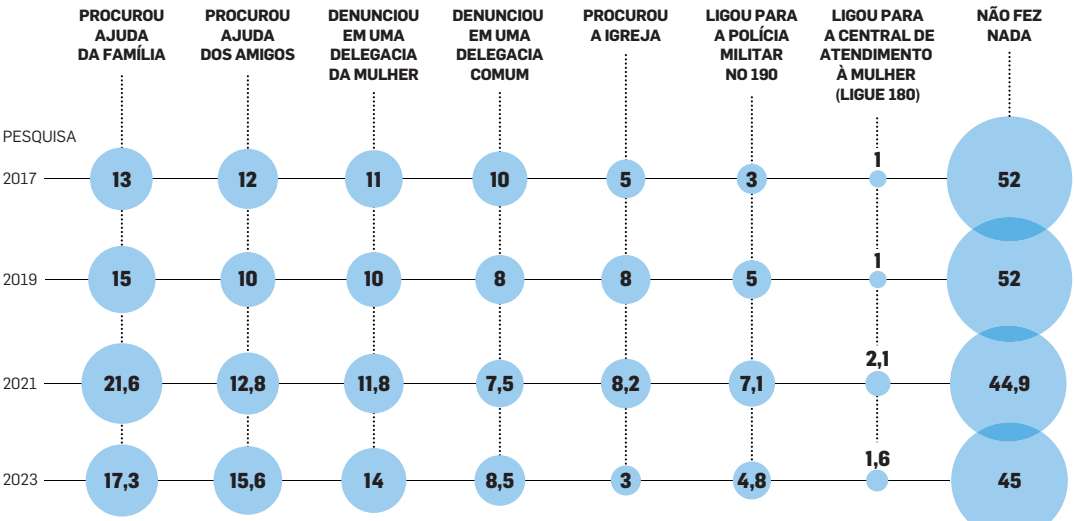
"É positivo que as mulheres estejam buscando mais ajuda, que estejam reportando essa violência que ficou oculta", diz a promotora de Justiça Silvia Chakian, coordenadora da Ouvidoria da Mulher do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP). "Mas é preciso também pensar que as delegacias não são a única forma de se buscar ajuda."

A promotora afirma que, culturalmente, é comum achar que a saída para violência contra a mulher está exclusivamente em procurar delegacias, mas é preciso ir além. "A gente tem um desafio de tornar conhecidas as outras formas de busca por ajuda, como os centros de referência da mulher, de cidadania da mulher, e equipamentos, em geral, que compõem a rede de atendimento", afirma.

PERFIL. "Nenhuma mulher está imune à violência. Porém, é importante ressaltar que a intersecção de marcadores sociais, como raça e classe, vão reservar a determinadas mulheres uma situação ainda mais desfavorável", diz a promotora. A pesquisa aponta que as maiores vítimas de violência no último ano foram as s pretas e pardas, alvo de 45% dos casos de agressão. No total, 73,7% das agressões contra mulheres no último ano foram praticadas por pessoas conhecidas. Em 31,3% dos casos, eram ex-parceiros das vítimas, ante 18,1% na pesquisa de 2021. Em 26,7% dos episódios, os agressores eram companheiros atuais do alvo, ante 25,4% na edição anterior. ●

AUMENTO DE CASOS

Crescem todas as formas de violência praticadas contra mulheres brasileiras

Busca por ajuda

DELEGACIAS DA MULHER PASSAM A SER MAIS PROCURADAS APÓS CASOS DE AGRESSÃO. EM PORCENTAGEM

FONTE: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. PESQUISA VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL, EDIÇÕES 1, 2, 3 E 4; 2017, 2019, 2021 E 2023. SÓ MULHERES/ INFOGRÁFICO: ESTADÃO

'Não acaba nunca. Sofri violência por 16 anos, de 2003 até 2019'

O Estadão ouviu o relato de uma mulher que sofreu violência física, psicológica e sexual do agora ex-marido por um período de 16 anos. "Comecei a sofrer violência no começo do meu casamento, em 2003. No início, a gente acha que não é bem uma violência, que é normal. Pensa: 'Aconteceu porque a pessoa estava bêbada, não estava em um dia normal. Amanhã vai estar melhor'. Mas foi se agravando, principalmente quando fiquei grávida. Fui agredida na gravidez. Achei que ia perder minha filha, fui até para o hospital."

Segundo ela, depois acreditava que haveria normalidade na relação, o que não ocorreu. "Não acaba nunca. Sofri violência por 16 anos, de 2003 até 2019. Piorou ainda mais quando minha filha nasceu, em 2006. Quando cheguei em casa da maternidade, comecei a ser agredida já ali mesmo, só porque fui apresentar minha menina para a cachorrinha. Falei que era só uma apresentação para que a cachorra não estranhasse a criança, mas a pessoa já começou a agredir."

"Depois do divórcio, ele ainda foi lá em casa, tentou me ameaçar, tentou me amedrontar. Quebrou meu portão. Foi aí que falei que não ia mexer mais com meu psicológico. Chamei a polícia, fiz vários boletins de ocorrência. Ele só parou quando viu que podia realmente ir preso." ●

Segurança pública

‘Não use celular aqui’, diz placa na Pinacoteca, que alerta para furtos

WERTHER SANTANA /ESTADÃO

Ainda é possível ler um aviso para quem vai de carro até o local, pois o museu ‘não tem parceria com estacionamentos ou guardadores’

Museu fica próximo à Estação da Luz, região em que crimes de oportunidade cresceram nos últimos meses na capital

ÍTALO LO RE
WERTHER SANTANA

A Pinacoteca de São Paulo instalou um aviso na entrada principal do museu em que orienta visitantes a não usarem aparelhos telefônicos nos arredores da instituição. “Não use seu celular aqui. Perigo de furto”, diz a placa, instalada rente ao portão. O espaço cultural fica próximo da Estação da Luz, no centro de São Paulo, região em que crimes de oportunidade cresceram nos últimos meses.

Conforme a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), a Polícia Militar realiza patrulhamento na região para garantir a segurança de frequentadores da Pinacoteca e transeuntes. As rondas, segundo a pasta, são intensificadas principalmente no período entre 18h e 2h. Além disso, a Polícia Civil também trabalha para reprimir e identificar autores de furtos e roubos.

Os furtos atendidos pelo 2.º Distrito Policial (Bom Retiro), que abrange a área onde fica a Pinacoteca, diminuíram 26,4% em janeiro deste ano, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Foram de 383 ocorrências para 282. Em paralelo, houve alta expressiva em áreas próximas dali.

No 3.º DP (Campos Elísios), que atende, por exemplo, casos ocorridos na Estação da Luz, os furtos cresceram 48% no mesmo recorte. Os registros saltaram de 724 para 1.070. Já no 1.º Distrito Policial (Sé), também no centro, as ocorrências subiram 53%: saltaram de 731 para 1.119.

Quando se leva em conta toda a capital paulista, a variação foi menor: os furtos cresceram 17,8% no mesmo recorte, indo de 16,2 mil ocorrências, em janeiro do ano passado, para 19,1 mil, no último mês. O celular, apontam investigações policiais, é o principal foco dos criminosos.

VEÍCULOS. Na placa instalada na entrada da Pinacoteca, além do aviso sobre celulares, é possível observar um alerta para quem vai de carro até o local. “O Museu não tem parceria com estacionamento ou guardadores autônomos. Estacionar nesses locais é de responsabilidade do visitante”, diz a mensagem. Foram registrados oito furtos de veículo pelo 2.º DP em janeiro deste ano, mesma quantidade que no primeiro mês do ano passado. Na capital, furtos desse tipo cresceram 17,8%, chegando a 3,3 mil registros em janeiro.

Rondas intensificadas
Polícia Militar diz realizar patrulhamento na região e intensificar rondas entre 18 e 2 horas

Como mostrou o Estadão no último ano, diante da alta de crimes de oportunidade na capital paulista, moradores e comerciantes buscaram alternativas para alertar a população sobre áreas com maior incidência de assaltos na região central paulistana. No Minhocão, megafones avisavam turistas sobre o risco de assaltos com bicicletas. ●

Investigação

Vídeo mostra PM atirando e matando adolescente no ES

MATHEUS BRUM

Cinco policiais militares foram presos por participação na morte de um adolescente de 17 anos durante abordagem na quarta-feira em Pedro Canário, a 270 quilômetros de Vitória, no Espírito Santo. Nesta quinta-feira, a Justiça converteu a prisão dos suspeitos em preventiva, quando não há prazo para ser encerrada.

Imagens de câmera de segurança mostram o adolescente sentado na calçada e dois policiais na cena. Um dos PMs parece pedir para que ele se levante e, em seguida, atira à queima-roupa. No boletim de ocorrência, os agentes descreveram que o adolescente “colocou a mão na cintura na tentativa de sacar uma arma de fogo”, o que não fica claro no vídeo.

“Diante desses indícios, a Polícia Militar efetuou a detenção dos militares. Recolheu o vídeo e o boletim de ocorrência. Eles serão trazidos, presos, para o Presídio Militar (no Quartel de Maruípe, em Vitória)”, disse o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Douglas Caus, em entrevista coletiva nesta quinta-feira, em Vitória.

Segundo o comandante, os detidos são dois cabos e três soldados, todos com menos de dez anos atuando na corporação. Durante depoimento na Corregedoria da PM, todos preferiram ficar em silêncio. Nesta quinta-feira, ekes passaram por uma audiência de custódia.

O CASO. Na quarta-feira, a Polícia Militar foi acionada por moradores, dizendo que indivíduos armados intimidavam a população do bairro São Geraldo, em Pedro Canário. “Duas viaturas foram até o local. Houve uma troca de tiros. Três indivíduos estavam presentes. Um fugiu. Um foi preso com um simulacro (*de arma de fogo*). E o outro foi preso, posteriormente, com uma arma real, uma pistola, dentro de uma residência. Posteriormente, ele pulou o muro e aí foi feita aquela ação que vocês tiveram acesso nos vídeos via redes sociais”, detalhou Caus.

No B.O. os policiais justificam: “para cessar a iminente injusta agressão efetuou 02 (dois) disparos com a referida arma em direção ao indivíduo”. O adolescente estava contra a parede, com o PM de frente para ele. Segundo Caus, se a informação presente no B.O for inverídica, os policiais cometeram outro crime. “Se eles colocaram uma versão diferente no boletim de ocorrência, ‘fatos inverídicos’, também serão responsabilizados. É crime militar”, disse o comandante-geral da PM.

Apesar da possibilidade de contradição entre o B.O e as imagens do circuito interno, o comandante-geral da Polícia Militar informou que uma arma de fogo foi encontrada com a vítima. “As informações que me chegam é que o indivíduo tem 17 anos e, com ele, a arma foi apreendida no quintal. Antes de ele pular o muro, ele teria trocado tiros com a PM. A arma está apreendida e é uma pistola .40. Inclusive, um dos projéteis, nesta pistola apreendida, estaria alojada dentro do cano. O que é isso? Ela não teve força para poder sair do cano. Mas teve alguém que puxou o gatilho”, disse Caus.

REAÇÃO. Logo após as imagens da morte do adolescente viralizarem nas redes sociais, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), escreveu no Twitter. “Determinei que sejam tomadas as providências imediatas à apuração do caso.”

Câmeras na farda
A Defensoria Pública recomendou ‘urgência’ na instalação de câmeras nos uniformes dos agentes

A Defensoria Pública do Estado pediu o afastamento dos policiais e recomendou “urgência” na instalação de câmeras nos uniformes dos PMs capixabas. O Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) também cobrou investigaçãoo. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) informou que acompanhará os desdobramentos. O Ministério Público disse estar fiscalizando e acompanhando as investigações envolvendo a morte. ●

PREVISÃO DO TEMPO

VOLUME DE CHUVA 35MM

UMIDADE RELATIVA 40%

SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
21°/ 31°	21°/ 29°	21°/ 30°	20°/ 32°

SOL
NASCENTE: 6H02
POENTE: 18H33

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	27/2	4H09
CHEIA	7/3	5H06
MINGUANTE	14/3	9H42
NOVA	21/3	14H26

Estado de SP

ACIMA DE 32°
28°
24°
19°
ABAIXO DE 19°

● O sol predomina, a temperatura fica em rápida elevação e faz calor. À tarde e à noite ocorrem temporais.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: 15 nós (N) — Ondas: 0,5m

HOJE		
1h02	↑	1,4
6h46	↓	0,5
12h11	↑	1,3
18h58	↓	0,3

SÁBADO, 04		
1h20	↑	1,5
7h11	↓	0,5
12h38	↑	1,4
19h25	↓	0,2

DOMINGO, 05		
1h43	↑	1,5
7h38	↓	0,4
13h07	↑	1,6
19h51	↓	0,2

SEGUNDA, 06		
2h07	↑	1,6
8h05	↓	0,4
13h37	↑	1,6
20h18	↓	0,2

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	25°/31°	MACEIÓ	24°/31°
BELÉM	24°/33°	MANAUS	24°/32°
BELO HORIZONTE	19°/31°	NATAL	25°/29°
BOA VISTA	24°/34°	PALMAS	23°/31°
BRASÍLIA	18°/29°	PORTO ALEGRE	22°/33°
CAMPO GRANDE	21°/31°	PORTO VELHO	23°/34°
CUIABÁ	24°/35°	RECIFE	26°/30°
CURITIBA	18°/28°	RIO BRANCO	23°/31°
FLORIANÓPOLIS	23°/29°	RIO DE JANEIRO	22°/35°
FORTALEZA	25°/29°	SALVADOR	25°/32°
GOIÂNIA	20°/31°	SÃO LUÍS	25°/30°
JOÃO PESSOA	25°/30°	TERESINA	24°/32°
MACAPÁ	24°/31°	VITÓRIA	22°/35°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	24°/29°	MÉXICO	-3	17°/28°
ATENAS	5	10°/14°	MIAMI	-2	21°/32°
BARCELONA	4	6°/13°	MONTEVIDÉU	0	24°/32°
BERLIM	4	0°/8°	MOSCOU	5	-9°/-1°
BRUXELAS	4	-1°/9°	NOVA YORK	-2	0°/7°
BUENOS AIRES	0	26°/33°	PARIS	4	0°/10°
CARACAS	-1	19°/26°	ROMA	4	6°/13°
CHICAGO	-3	1°/3°	SANTIAGO	0	16°/31°
ESTOCOLMO	4	0°/5°	SYDNEY	14	19°/22°
GENEBRA	4	-3°/1°	TEL-AVIV	5	14°/20°
JOHANNESBURGO	3	17°/27°	TÓQUIO	12	6°/10°
LIMA	-2	21°/22°	TORONTO	-2	0°/1°
LISBOA	3	4°/15°	WASHINGTON	-2	4°/12°
LONDRES	3	2°/10°			
LOS ANGELES	-5	9°/16°			
MADRID	4	0°/12°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Imigração

Nova lei de residência automática em Portugal entra em vigor

Portaria do governo português sobre Lei de Estrangeiros foi publicada terça-feira, dia 28, no 'Diário da República'

LEON FERRARI

O governo de Portugal publicou na terça-feira, no *Diário da República*, portaria que "aprova o modelo de título administrativo de residência, no âmbito do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa". O texto regulamenta alterações na Lei de Estrangeiros portuguesa (Lei n.º 23/2007) feitas em 2022 que facilitam a imigrantes de países lusófonos pedirem autorização de residência.

Com a publicação, o novo modelo já entra em vigor. A duração inicial dessa nova modalidade de residência, de acordo com a portaria, é de um ano. Além de Portugal e Brasil, fazem parte da comunidade Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Segundo a lei, cidadãos de Estados em que o Acordo CPLP esteja em vigor, que sejam titulares de visto de curta duração ou visto de estada temporária ou que tenham entrado legalmente em território nacional, podem requerer em território português, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a autorização de residência CPLP.

Especialista
Portaria regulamenta um procedimento burocrático já existente e o torna 100% online, diz advogado

A portaria assinada pelo ministro da Administração Interna, José Luís Pereira Carneiro, define qual será o formato do documento e também o valor para emissão dele. O certificado emitido digitalmente custará €15 e virá acompanhado de QR Code.

VISÃO TÉCNICA. Especialistas ouvidos pelo **Estadão** aprovam a regulamentação, mas dizem que é preciso ver na prática como o processo vai funcionar. "O que esse decreto fez foi tentar diminuir a burocracia para sair com a sua autorização de residência de maneira quase automática. É tentar tornar o negócio menos manual e mais eletrônico", diz o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Internacional Privado, Gustavo Monaco, professor de Direito Internacional da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade de São Paulo (USP).

Marcelo Godke, da Godke Advogados, especialista em questões internacionais, afirma que, normalmente, vistos e autorizações de residência estão sujeitos a alguma "burocracia de papel", que inclui muitas vezes entrevista no consulado. "O que o governo português fez foi falar: 'O procedimento agora é 100% online. Você paga 15 euros, preenche o formulário online e, em tese, já tem autorização pra residir por um ano."

Godke destaca que, embora a nova regra facilite, conseguir a autorização não era tarefa impossível antes. O **Estadão** tentou contato com o SEF, de Portugal, mas não obteve resposta. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora reclama de carro abandonado em Pinheiros

Reclamação de Denise Vaz: "Gostaria de relatar uma situação no bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo. Faz anos que um carro está abandonado na Rua Atuau e nada é feito. Recentemente, ele foi depredado e está acumulando lixo. É um absurdo uma situação assim, tão próximo da subprefeitura e de diversos órgãos públicos."

Resposta: "A Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), por meio da Subprefeitura de Pinheiros, afirma que, em vistoria na Rua Atuau, constatou a existência de um veículo abandonado. O automóvel foi adesivado na tarde de quarta-feira, 1/3. Procedimentos de remoção de veículo: constatada a denúncia de carro abandonado, inicialmente é fixada no automóvel uma notificação. Após cinco dias sem providências pelo proprietário, é considerado abandonado. Se depois do prazo continuar no mesmo local, o veículo é removido para o pátio da subprefeitura. O dono é notificado. Decorridos 90 dias, se ele não aparecer, o carro pode ir a leilão. Mais informações, ligue 156." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Velhice desamparada

Porque não havemos de ter, em São Paulo, um asylo da Velhice Desamparada? Há tantos velhos ao abandono na cidade? Esta ideia vinha preoccupando há muito tempo uma senhora de grande e generoso coração: a sra. d. Francisca de Souza Queiroz. E decerto porque visto nestes ultimos tempos o numero de mendigos, e sobretudo de mendigos velhos, que vagam pelas ruas, a caritativa senhora quis vêr realizada a sua idéia. E assim se fundou o Asylo com o vallioso donativo da generosa senhora (..) chamar-se-á Asylo S. Francisco.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria Assunta Rodrigues Dutra – Aos 86 anos. Era viúva de Adão Silva Dutra. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Raquel Markenzon – Aos 84 anos. Filha de Einek Akerman e Anna Akerman. Deixa os filhos Lilian, Anna, Leonardo, Esther, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.

Maria Inez Santos Ribeiro – Aos 81 anos. Era casada com José de Souza Ribeiro Filho. Deixa os filhos Tânia, Marcos, Humberto, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Marlene Gimenez Anastacio – Aos 78 anos. Era viúva de Dovi Anastacio. Deixa os filhos João, Luiz, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Francisco Luiz Gonçalves – Aos 82 anos. Era casado. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Sergio Alves de Almeida – Aos 76 anos. Era casado com Dirce Chiaroni de Almeida. Deixa as filhas Cristiane, Carla, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Fernando Fernandes – Aos 70 anos. Era solteiro. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Laerte Cardoso de Oliveira – Aos 60 anos. Era casado com Izilda Marcelino de Oliveira. Deixa os filhos Thiago, Gabriel, Felipe, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

IN MEMORIAM

Nazira Simão Alexandre – Amanhã, às 12 horas, na Igreja de São Gabriel, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista.

Laércio Borba – Dia 5, às 18 horas, na Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 31, Centro, Curitiba.

MISSAS

Neli Di Franco Penteado Vignoli – Dia 6, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Darcílio de Castro Rangel – Dia 7, às 12 horas, na Paróquia Santíssima Virgem, na Av. Lucas Nogueira Garcez, s/nº, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo (16 anos).

Crime nas vinícolas do RS

Escravizados para colheita relatam fome e violência

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Ficar sem comer por períodos de até dois dias, receber comida estragada e apanhar se reclamasse, trabalhar até 14 horas por dia, ter valores descontados do salário sem justificativa e não ter nem papel higiênico ao usar o banheiro faziam parte da rotina dos 207 trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, na semana passada. Depoimentos aos quais o **Estadão** eve acesso revelam condições de trabalho degradantes e agressões físicas contra quem se insubordinasse. Os relatos foram repassados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Os trabalhadores, em sua maioria moradores da Bahia, não tinham dinheiro para irem embora, pois os empregadores controlavam as finanças.

Contratados por uma empresa terceirizada, eles prestavam serviços nos parreirais para colheita de uvas nas vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi, que alegaram não saber das irregularidades. O proprietário da Fênix Serviços de Apoio Administrativo, Pedro Augusto de Oliveira Santana, chegou a ser detido, mas foi liberado após pagar fiança de quase R$ 40 mil. Em nota à imprensa, a defesa afirma que "qualquer conclusão neste momento é meramente especulativa e temerária, uma vez que os fatos e as responsabilidades devem ser esclarecidas em juízo". Os nomes dos resgatados não foram divulgados. Leia na sequência alguns relatos.

EMPREGADO 1, DE 36 ANOS. Viajou de Salvador para trabalhar na colheita de uva. Ele não recebeu valor nenhum do salário de janeiro de 2023 e foi informado de que tinha dívida de R$ 700 com o dono da pensão onde ficou hospedado e devia mais R$ 200 de mercado. A comida servida todos os dias era fria e, por várias vezes, ele e os colegas receberam comida azeda. Quem reclamasse da comida apanhava com tapas, socos e cabo de vassoura.

EMPREGADO 2, DE 44 ANOS. Ele e os colegas saíam para trabalhar entre 4h30 e 5h, e as quentinhas eram levadas com eles no transporte matinal. Na hora do almoço, a comida já estava fria e não tinha onde aquecer. Era normal trabalhar 14 horas por dia, sem receber horas extras ou adicional. Quando foi resgatado, ele ainda devia R$ 100 no mercado.

Ele e os demais trabalhadores trabalhavam sem descanso de domingo a sexta-feira, só folgando no sábado. Além do trabalho sofrido e do alojamento muito ruim, recebeu uma única bota e um par de luvas. Quando precisava usar o banheiro ficava em uma situação humilhante, pois não era fornecido papel higiênico.

EMPREGADO 3, DE 23 ANOS. O alojamento era ruim, com pessoas amontoadas, colchões velhos e algumas camas sem travesseiro. A primeira refeição era um pão pequeno e um copo de café. Todos comiam sentados no chão. A água era por conta de cada um. ●

Vinícolas dizem não compactuar com ações ilegais

Após a repercussão do caso, as vinícolas se pronunciaram. A Aurora se solidarizou com os trabalhadores contratados pela empresa terceirizada e reforçou "que não compactua com qualquer espécie de atividade considerada, legalmente, como análoga à escravidão". "No período sazonal, como a safra da uva, a empresa contrata trabalhadores terceirizados e repassa à empresa terceirizada um valor acima de R$ 6,5 mil/mês por trabalhador, acrescido de eventuais horas extras prestadas."

A Salton também manifestou "repúdio a qualquer ato de violação dos direitos humanos e trabalho sob condições precárias e análogas à escravidão". "A empresa e seus representantes estão à disposição de todos os trabalhadores e suas famílias, que foram tratados de forma desumana e cruel pela empresa Oliveira e Santana e se coloca à disposição dos órgãos competentes para colaborar com o processo e amenizar os danos causados."

Já a Cooperativa Vinícola Garibaldi esclarece que "desconhecia a situação relatada". "Com relação à empresa denunciada, o contrato era de prestação de serviço de descarregamento dos caminhões e seguia todas as exigências contidas na legislação vigente." ●

Saúde pública

Anvisa aprova nova vacina para a dengue, para uso entre 4 e 60 anos

Imunizante Qdenga, da Takeda Pharma, trabalha quatro diferentes sorotipos do vírus causador da doença; esquema é de 2 doses e eficácia, de 80%

PAULO WHITAKER/REUTERS–26/10/2016

Única vacina existente tem restrições de uso; prevenção passa pelo combate ao mosquito 'Aedes aegypti'

FABIANA CAMBRICOLI

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou nova vacina contra a dengue, desenvolvida pela farmacêutica japonesa Takeda. O produto, batizado de Qdenga, teve eficácia de 80% nos estudos clínicos. É o segundo imunizante contra a doença a receber o registro no Brasil, mas o primeiro que poderá realmente mudar o curso das epidemias. Isso porque a primeira vacina, da Sanofi Pasteur, aprovada no País em 2015, foi descartada pela maioria dos países como estratégia de prevenção por ser recomendada só para quem já contraiu algum sorotipo da dengue, pois aumenta a ocorrência da forma grave da doença em pessoas nunca antes infectadas pelo vírus.

Já o imunizante recém-aprovado é indicado para pessoas de 4 a 60 anos, com ou sem registro de infecção prévia. O produto protege contra os quatro sorotipos da dengue. De acordo com a Anvisa, ela será administrada via subcutânea em esquema de duas doses, com intervalo de três meses. "A demonstração da eficácia da vacina Qdenga tem suporte principalmente nos resultados de um estudo de larga escala, de Fase 3, randomizado e controlado por placebo, conduzido em países endêmicos para dengue com o objetivo de avaliar a eficácia, segurança e imunogenicidade da vacina", justificou a Anvisa ao anunciar a aprovação.

A agência destacou ainda que o imunizante recebeu recomendação positiva da agência sanitária europeia (EMA) e teve sua comercialização aprovada no continente em dezembro. Ainda de acordo com a Anvisa, a análise técnica que levou à aprovação da vacina foi embasada por um painel de discussão com especialistas no tema, realizado em janeiro.

Registros em Minas levam a decretos de emergência

Em menos de dois meses, Minas confirmou 11.658 casos de dengue – 215 por dia –, conforme boletim epidemiológico estadual do dia 23. Por causa do número elevado de registros, algumas cidades decretaram situação de emergência, como foi o caso de Adamantina, Ribeirão Vermelho, Muriaé e Passos. Na terça, o governo do Estado iniciou um trabalho com uma força-tarefa específica contra o mosquito *Aedes aegypti* em Muriaé. O trabalho prossegue até o fim da próxima semana, com visita domiciliar conjunta de agentes de saúde, para remover focos.

Mas os problemas não se restringem ao Estado do Sudeste. Anteontem, por exemplo, a prefeitura de Porto Alegre fez uma ação de bloqueio químico na cidade, após a confirmação do primeiro caso de pessoa contaminada pelo vírus do tipo 2. ●

A Takeda entrou com pedido de registro na Anvisa em 2021. O processo, segundo a agência, foi demorado porque foram solicitados dados complementares ao longo do processo. A vacina, diz a agência, "segue sujeita ao monitoramento de eventos adversos por meio de ações de farmacovigilância sob a responsabilidade da empresa".

MERCADO. Ainda não há previsão de quando a vacina estará disponível no mercado. Antes, ela precisa passar pelo processo de precificação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), processo que costuma durar meses. Também não é possível dizer se o produto será incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Para isso, uma avaliação de custo-efetividade é feita pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec), instância vinculada ao Ministério da Saúde.

Dessa forma, é improvável que o produto esteja disponível já para essa temporada de alta de casos, que vai normalmente de fevereiro a abril. De acordo com dados mais recentes do ministério, houve aumento de 46% no número de casos de dengue neste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado.

A vacina do Instituto Butantan, única a entrar na fase final de estudos além dos produtos da Sanofi e Takeda, registrou 79,6% de eficácia em estudos de Fase 3, conforme dados preliminares, mas só deverá ter os testes concluídos e resultados finais conhecidos em 2024. ●

Pandemia do coronavírus

Cai exigência de máscara no transporte público de São Paulo

RENATA OKUMURA

Um dia após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) derrubar a obrigatoriedade do uso de máscara facial em portos e aeroportos do País, o governo de São Paulo retirou a exigência do uso da proteção no transporte público. A medida vale a partir de hoje.

Conforme o Estado, a decisão foi tomada após reunião do comitê científico que assessora o governo. A proteção, porém, continua a ser recomendada, sobretudo para públicos de risco específicos, como idosos e imunossuprimidos. "Nós reconhecemos a importância das máscaras e a sua eficácia, principalmente na transmissão de doenças respiratórias. Entretanto, diante dos dados apresentados pelo comitê, é seguro neste momento a retirada do equipamento sem prejudicar os serviços de saúde", afirmou Eleuses Paiva, secretário de Estado da Saúde, Eleuses Paiva.

De acordo com o governo, o uso de máscara seguirá obrigatório nos serviços de saúde de todo o Estado, públicos, privados ou filantrópicos A obrigatoriedade havia sido retomada em novembro do ano passado no transporte público pelo governo do Estado e pela Prefeitura, após o aumento do número de casos de covid-19.

O governo estadual afirma ainda que o comitê, assim como a Secretaria de Estado da Saúde, vem monitorando a evolução da pandemia diariamente com base nos indicadores de casos e internações, inclusive considerando o impacto causado pelas festas de carnaval que, até o momento, não sugerem aumento significativo de casos.

RISCO. No entanto, na semana do carnaval, os índices de positividade para covid-19 tiveram alta de 20,2% em comparação com a semana anterior nos testes particulares. O aumento decorre principalmente dos festejos pré-carnavalescos e foi impulsionado pela expansão da variante XBB nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, segundo levantamento realizado pela Dasa, rede de saúde privada que atua em todo o Brasil.

Para o coordenador da pesquisa, José Eduardo Levi, com o impacto das aglomerações no carnaval o País terá uma minionda de covid, com positividade entre 30% e 40%. ●

Filho de Ronaldinho assina com o Barcelona e vai jogar no sub-19

Fórmula 1

Na temporada mais extensa, meta é voltar a ter briga pelo título

Campeonato que começa hoje no Bahrein terá 23 corridas e esperança é de maior competitividade

FELIPE ROSA MENDES
MARCOS ANTOMIL

A temporada 2023 da Fórmula 1 começa neste fim de semana com o Grande Prêmio do Bahrein, em Sakhir – hoje ocorrem os primeiros treinos livres para a prova de domingo –, com o calendário mais extenso da história e um objetivo: ter maior competitividade do que no campeonato do ano passado, vencido por Max Verstappen, da Red Bull, com ampla vantagem. O holandês garantiu o título com quatro provas de antecedência.

Os treinos de pré-temporada, também realizados no Bahrein, não servem de parâmetro para o traçar perspectivas para o ano. As atividades buscam corrigir problemas e qualificar o desempenho dos carros em longas distâncias, em simulação de corrida.

No grid, foram poucas as trocas nos cockpits das escuderias. Há algumas novidades e velhos conhecidos que estão de volta. O espanhol Fernando Alonso trocou a Alpine pela Aston Martin. Os franceses repuseram a saída do bicampeão com Pierre Gasly, que abriu vaga na AlphaTauri para o holandês Nyck de Vries, que pela primeira vez será titular na Fórmula 1.

Na Haas, Mick Schumacher deu lugar ao também alemão Nico Hülkenberg, de 35 anos, que não era titular de uma equipe de F-1 desde 2019 – ele fez algumas corridas pontuais nesse período.

Na McLaren, também houve troca entre compatriotas. Daniel Ricciardo volta para a Red Bull como reserva e o australiano Oscar Piastri, de 21 anos, será o parceiro de Lando Norris na escuderia britânica.

O canadense Nicholas Latifi também se despediu da categoria, ao menos momentaneamente, sendo substituído pelo norte-americano Logan Sargeant, de 22 anos, que, assim como Piastri, fará sua estreia na Fórmula 1.

Ainda não será dessa vez que o Brasil voltará a ter representantes nas pistas da Fórmula 1. Pietro Fittipaldi segue como suplente da Haas. Felipe Drugovich, atual campeão da Fórmula 2, é reserva da Aston Martin e da McLaren.

Pela Aston Martin, ele participou da pré-temporada, depois que o titular Lance Stroll sofreu um acidente de bicicleta e teve lesão nos dois pulsos. O canadense, porém, está liberado para correr no Bahrein, apesar de ter admitido ontem que ainda sente dores.

CALENDÁRIO. A Fórmula 1 esperava neste ano realizar 24 GPs. A China, porém, desistiu de sediar o evento novamente, por causa da pandemia de covid-19. Assim, serão 23 corridas. O GP de São Paulo, em Interlagos, será antecipado em relação às temporadas anteriores e vai acontecer no fim de semana do feriado de Finados, em 5 de novembro.

A única novidade é a corrida de Las Vegas. Um circuito de rua será montado para sediar a penúltima etapa da temporada. Ao todo, serão três provas nos Estados Unidos: Miami, Austin e Las Vegas. A aposta da organização é aumentar o número de fãs no maior mercado consumidor da América.

Na distribuição das provas, as mudanças se dão sobre as datas das corridas do Azerbaijão e da Bélgica, que foram antecipadas para abril e junho, respectivamente. O Catar, que tem longo contrato com a categoria, volta a sediar um GP depois de ficar fora em 2022 por causa da Copa do Mundo. ●

Troca de comando se intensifica e 4 equipes estão sob nova direção

A famosa “dança das cadeiras” entre os pilotos da Fórmula 1 alcançou a cúpula das equipes neste ano. A temporada começará hoje no Bahrein com quatro times sob nova liderança: Ferrari, McLaren, Alfa Romeo e Williams. Tanta mudança de comando é algo raro na história da categoria.

Os novos dirigentes são o francês Frédéric Vasseur (Ferrari), os italianos Andrea Stella (McLaren) e Alessandro Alunni Bravi (Alfa Romeo) e o britânico James Vowles (Williams). Os quatro são engenheiros de formação.

Em comum, os novos chefes têm a larga experiência no automobilismo, porém com um foco maior na gestão. Eles representam um novo momento da categoria, mais preocupada com eficiência, em vez da gastança que tanto marcou a história recente da F-1.

Todos têm uma visão ampla sobre como funciona uma equipe de F-1, não se restringindo ao conhecimento técnico das pistas. ●

CALENDÁRIO 2023

Nesta temporada, a Fórmula 1 terá o calendário mais extenso da história, com 23 Grandes Prêmios

No mundo

Na Europa

	LOCAL	CIRCUITO	DATA
1	BAHREIN	SAKHIR	5 MAR
2	A.SAUDITA	JEDDAH	19 MAR
3	AUSTRÁLIA	MELBOURNE	2 ABR
4	AZERBAIJÃO*	BAKU	30 ABR
5	EUA	MIAMI	7 MAI
6	ITÁLIA	ÍMOLA	21 MAI
7	MÔNACO	MONTE CARLO	28 MAI
8	ESPANHA	BARCELONA	4 JUN
9	CANADÁ	MONTREAL	18 JUN
10	ÁUSTRIA*	SPIELBERG	2 JUL
11	GRÃ-BRETANHA	SILVERSTONE	9 JUL
12	HUNGRIA	HUNGARORING	23 JUL
13	BÉLGICA*	SPA	30 JUL
14	HOLANDA	ZANDVOORT	27 AGO
15	ITÁLIA	MONZA	3 SET
16	CINGAPURA	MARINA BAY	17 SET
17	JAPÃO	SUZUKA	24 SET
18	CATAR*	LUSAIL	8 OUT
19	EUA*	AUSTIN	22 OUT
20	MÉXICO	H. RODRIGUEZ	29 OUT
21	BRASIL*	INTERLAGOS	5 NOV
22	EUA	LAS VEGAS	18 NOV
23	ABU DABI	YAS MARINA	26 NOV

*PROVAS QUE RECEBERÃO CORRIDA SPRINT
FONTE: FIA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Copa do Brasil

Árbitro é agredido em partida do Botafogo

ARACAJU

O juiz Braulio da Silva Machado foi agredido ontem pelo presidente do Sergipe, Ernan Silva, no jogo que classificou o Botafogo para a fase seguinte da Copa do Brasil, ontem à noite, em Aracaju. A fúria do dirigente ocorreu porque o Sergipe vencia por 1 a 0 e sofreu o gol de empate, que garantiu a permanência do time carioca na competição, aos 54 minutos e 30 segundos da etapa final. O lance foi em uma sequência de escanteios, na terceira cobrança consecutiva. Machado havia dado nove minutos de acréscimos.

Imediatamente após o gol, marcado pelo zagueiro Adryelson, dirigentes do Sergipe invadiram o campo. Ernan Silva deu um soco em Bráulio Machado, e em seguida foi para cima de um auxiliar, que se defendeu usando a bandeira para golpear o dirigente no rosto. O árbitro, então, chamou o policiamento para que protegesse ele e seus auxiliares. Só então eles puderam sair do gramado.

Pouco depois, dois dirigentes do Sergipe também tentaram agredir o técnico do Botafogo, o português Luiz Castro. Mas os estafe do time carioca protegeu o treinador.

Além do estouro do tempo, os sergipanos reclamam do fato de o lance não ter sido escanteio - as imagens sugerem que realmente a jogada que o precedeu havia terminado em tiro de meta, pois o último toque havia sido de um jogador do Botafogo –, além de ter sido cometida uma falta em um zagueiro do time da casa. No entanto, ficou a dúvida sobre se a bola estava em jogo quando o zagueiro foi de fato derrubado.

A partida foi praticamente toda dominada pelo Sergipe. O time abriu o placar com Augusto Potiguar aos 46 minutos da etapa final. E só sofreu o empate nos acréscimos. Vale ressaltar que a CBF orientou os árbitros a recuperar o maior tempo de jogo ao final de cada tempo, no moldes do que ocorreu na Copa do Mundo do Catar. ●

O MELHOR DA TV

FÓRMULA 1
● **GP do Bahrein**
Treinos livres
8h30 e 12h / BandSports

FUTEBOL
● **Campeonato Italiano**
Napoli x Lazio
16h45 / ESPN
● **Campeonato Português**
Benfica x Famalicão
17h / ESPN 4

BASQUETE
● **NBA**
Brooklyn Nets x
Boston Celtics
21h30 / ESPN 2

Solidariedade

Curso de fotografia prepara jovens com síndrome de Down

Ideia nasceu com mãe que queria integração do filho e acabou criando a Galera do Click, que já teve 200 alunos

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Sandra Reis com a Galera do Click, agência de serviços de fotos

LARA CASTELO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Apesar de ter amigos na escola, Felippe Reis sentia-se sozinho. Nascido com síndrome de Down, sentia falta de pertencer a um grupo que realmente o integrasse. Pensando nisso, em 2013, sua mãe, Sandra Reis, o colocou num curso de teatro para pessoas com a mesma condição genética, onde fez amigos. Animada com a situação, Sandra, que é fotógrafa, reuniu Felippe e sua nova turma em seu estúdio para fotografar um calendário virtual. Ela não imaginava, porém, que esse seria o início da Galera do Click, curso de fotografia profissionalizante para jovens com deficiência intelectual pelo qual já passaram mais de 200 alunos.

Sandra explica que a ideia partiu das mães dos colegas do filho, que também queriam que seus filhos criassem mais conexões. "Eles queriam namorar, ir ao cinema, beijar na boca, dormir na casa de alguém." A fotógrafa decidiu reunir, de graça, a trupe de cerca de 20 amigos no seu estúdio, localizado numa casa na zona norte de São Paulo, com o pretexto de ensinar fotografia.

Mesmo já tendo apresentado ao filho algumas noções de fotografia, Sandra não conhecia nenhum método de ensino sobre o tema voltado para pessoas com deficiência intelectual, e foi naturalmente desenvolvendo o seu. "Fui fazendo eles pegarem gosto por imagem com passeios legais e, aos poucos, fui introduzindo a teoria", conta.

Com o tempo, eles foram aprendendo mais sobre o assunto e, em 2014, Sandra começou a levar alguns alunos para trabalhos fotográficos, como seus assistentes, e a compartilhar com eles o pagamento. Foi nesse período que a Galera do Click, que havia começado como ONG, acabou se tornando um negócio social. "Se você quer nos ajudar, nos contrate", explica a fotógrafa.

Foi o que aconteceu. Os clientes da Sandra começaram a chamar a equipe para trabalhos e a notícia foi se espalhando. No começo, a demanda era mais vinculada a eventos corporativos ligados à inclusão, mas com o tempo foi se diversificando, o que, para a fotógrafa, aconteceu pela qualidade do trabalho dos alunos. "Eu estimulo eles a se desenvolverem cada vez mais para que as pessoas acreditem neles. A fotografia deu a eles a oportunidade de mostrarem para as empresas do que são capazes", completa. A Galera foi crescendo e chegou a ter mais de 70 alunos num mesmo momento, além de fazer trabalhos para empresas como Microsoft, AstraZeneca e Roche.

O curso conta com aulas técnicas e teóricas e não tem duração específica. Além de Felippe, também, Bruno, Rodrigo, Rafael e Welton fazem parte da equipe, que hoje tem 16 alunos.

Para Patrícia Salmona, médica especializada em síndrome de Down, é importante que os pais identifiquem gostos e aptidões dos filhos para que possam, no futuro, optar por uma carreira.●

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B20)

Atividade econômica Perda de ritmo

PIB sobe 2,9% em 2022, mas desacelera

Retração de 0,2% no 4.º trimestre segurou o crescimento no ano passado, que teve como motor o consumo das famílias, que saltou 4,3% ante 2021, maior alta em 11 anos

DANIELA AMORIM
VINICIUS NEDER
RIO

A economia brasileira terminou 2022 com uma freada, mas isso não impediu o crescimento anual de 2,9% ante 2021. A desaceleração, esperada por economistas desde o início do ano, culminou numa retração de 0,2% no Produto Interno Bruto (PIB, o valor de tudo o que é produzido na economia) do quarto trimestre, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O ritmo fraco deverá persistir em 2023. Pesquisa do *Projeções Broadcast* no fim da tarde de ontem manteve a estimativa de crescimento de apenas 0,8% este ano, mesmo com o esperado salto na agropecuária.

O consumo das famílias foi o principal responsável pela surpresa positiva – um ano atrás, as projeções apontavam para crescimento de 0,4% em 2022, segundo o *Projeções Broadcast*. O avanço foi de 4,3% ante 2021, a maior alta desde 2011, quando saltou 4,8% ante 2010. Os investimentos cresceram 0,9%, e o consumo do governo avançou 1,5%.

Com os estímulos à renda via medidas do governo e a redução de restrições sanitárias, os serviços tiveram alta de 4,2% em 2022. O PIB da indústria subiu 1,6%, enquanto o da agropecuária caiu 1,7%, por causa da seca no Sul.

A economia foi perdendo tração a cada trimestre. Até dado momento, os estímulos à renda e a retomada da demanda reprimida por serviços suplantaram os freios de mão puxados pela inflação elevada e pela reação do Banco Central (BC), que, para esfriar a economia e, assim, arrefecer os preços, elevou a taxa básica de juros (Selic) a 13,75%. No quarto trimestre, a ação do BC falou mais alto. Em 2023, esse freio segue acionado e pode ser acentuado por incertezas na política econômica e por restrições de crédito, agravadas com a crise da Lojas Americanas. ●

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O PIB NAS PÁGINAS B2 E B3

Celso Ming *celso.ming@estadao.com*

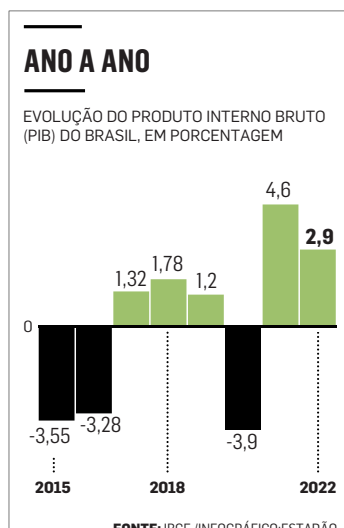
A fraqueza do PIB

Mais do que das outras vezes, a avaliação do desempenho do PIB está marcada por ênfases antagônicas. A dos que acentuam a visão pelo retrovisor, do crescimento de 2,9% em 2022 em relação a 2021, e a dos que se apegarão ao que se vê pelo para-brisa – ou o que vem agora com a retração de 0,2% no quarto trimestre sobre o trimestre anterior.

O PIB de 2022 ficou longe do crescimento em "V", com o qual contava o então ministro da Economia Paulo Guedes. Refletiria vigorosa retomada da economia iniciada em 2022, depois da prostração marcada pela pandemia. Ficou abaixo até mesmo das projeções mais atualizadas.

O fato mais relevante foi a freada brusca do PIB no quarto trimestre de 2022. Essa desaceleração se deu não apenas pelo esgotamento da recuperação do setor de serviços – estrangulado no primeiro ano de pandemia –, mas, também, pela alta dos juros e pelas incertezas que cercaram o processo eleitoral.

Quem olha para a frente sente que 2023 enfrentará crescimento fraco, em torno de 0,2% ou, até mesmo, de nova retração.

Pesam nessa avaliação a brecada nos Estados Unidos e na Europa acionada pela alta dos juros, que provavelmente não será compensada pela recuperação da China; a inflação ainda forte aqui no Brasil, que impede a derrubada dos juros; o enfraquecimento do crédito que se seguiu ao escândalo da Americanas; e a ainda baixa confiança induzida pela confusa administração fiscal do governo Lula.

A perspectiva de mau desempenho da atividade econômica neste ano no Brasil aumenta a aflição do PT, que pretende ampliar a legitimação (apoio) do governo por meio da satisfação a ser produzida com mais emprego e queda da inflação. É o que explica a súbita e insistente busca de bodes expiatórios, especialmente na política monetária exercida pelo Banco Central e o que o PT entende por obsessão por derrubar o déficit público.

A indústria continua com desempenho pífio. Avançou 1,6% em 2022, mas sua participação no PIB é de apenas 23% ante os 68% do setor de serviços.

Também tiveram desempenho insatisfatório o volume poupado, de apenas 15,9% do PIB, contra os 17,4% de 2021; e o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo), de apenas 18,8% do PIB. Para garantir avanço de 3% ao ano é necessário investimento de 22% do PIB.

Falta saber como o governo lidará com a conjuntura desfavorável. Até agora, a área política fez mais barulho e mais pressão por aumento de despesas e intervenção direta na economia, num momento em que a oposição no Congresso começa a se organizar. E para a armação dessa equação terá enorme importância a qualidade da política fiscal exercida pelo governo. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Atividade econômica **Perda de ritmo**

Juro alto e estabilidade dos serviços derrubam projeções para 2023

Produção do agronegócio pode atenuar cenário; incerteza sobre política econômica do atual governo também é complicador

DANIELA AMORIM
VINICIUS NEDER
RIO

A combinação de juros elevados e esgotamento da demanda reprimida por serviços, que freou a economia no fim de 2022, vai continuar a agir neste início de 2023. O desempenho do agronegócio pode atenuar o cenário ruim e levar a um crescimento de cerca de 0,8% neste ano, conforme pesquisa do *Projeções Broadcast*, ante 2,9% no ano passado.

Especialistas dizem que alguns elementos novos podem agravar o quadro. Um deles é a incerteza sobre os rumos da política econômica. O governo federal ora sinaliza com a antecipação da apresentação de novas regras para equilibrar as contas públicas, ora discursa contra a política de juros e a independência do Banco Central (BC) e fala em aumento de gastos.

Outro obstáculo é o escândalo da Lojas Americanas, que pediu recuperação judicial em janeiro, após revelar que deixou de lançar dívidas de R$ 20 bilhões em seus balanços.

Contraste

0,8% **é o índice estimado para crescimento do PIB para este ano, conforme pesquisa *Projeções Broadcast* feita ontem**

8% **é o crescimento que o agronegócio pode alcançar este ano, segundo José Carlos Hausknecht, sócio-diretor da MB Agro. Em 2022, o setor teve queda de 1,7%**

Para Bráulio Borges, economista da LCA Consultores, o rombo na varejista pode levar a uma retração na concessão de empréstimos pelos bancos, o que resultaria numa crise de crédito, mesmo que passageira.

Em relatório da última terça-feira, analistas do BTG Pactual disseram que a crise na Americanas atrapalha a emissão de títulos de dívida de grandes empresas no mercado.

JUROS. Tanto a crise da Americanas quanto os ruídos em torno da política econômica já implicaram a elevação dos juros de mercado de médio e longo prazos, encarecendo empréstimos para empresas e famílias, mesmo com a taxa básica de juros, a Selic, estável em 13,75% ao ano desde setembro. "A curva futura de juros, quando a gente compara com o período eleitoral, subiu bem, ou seja, está muito mais caro em relação ao que a gente tinha no fim do ano passado para se financiar, seja para o Tesouro, seja os agentes privados", afirmou a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria.

AGRO. O quadro de 2023 só não será pior por causa da agropecuária. O PIB do setor recuou 1,7% em 2022, por causa da quebra da safra de soja, atingida pela forte seca na região Sul do País. A estiagem voltou neste ano, mas menos intensa e restrita ao Rio Grande do Sul. Com isso, as projeções apontam para um novo recorde na produção nacional de grãos em 2023.

O sócio-diretor da consultoria MB Agro, José Carlos Hausknecht, trabalha com a perspectiva de um avanço entre 7% e 8% no PIB da agropecuária este ano. "O que vai puxar o PIB da agropecuária em 2023 é que devemos colher uma safra recorde de soja, apesar dos problemas no Rio Grande do Sul. Temos visto produtividades muito boas no resto do País", afirmou Hausknecht. ●

Índice em queda mostra resultado preliminar de ajustes econômicos

ANÁLISE

CASSIANA FERNANDEZ
VINICIUS MOREIRA
MIRELLA SAMPAIO

A divulgação dos resultados trimestrais do PIB costuma ser uma boa oportunidade para afastar os ruídos e identificar o que os sinais vitais da economia nos contam. Desde meados de 2020, a norma tem sido surpresas positivas. Se, no início de 2021 se esperava um crescimento de 3,4%, ao fim vimos a economia expandir 5%. Situação semelhante ocorreu em 2022: há um ano as projeções apontavam para uma expansão de 0,3%, mas tivemos uma expansão de 2,9%.

Identificamos uma série de fatores por trás de tais resultados. Primeiro, os efeitos da reabertura foram mais prolongados e intensos do que o esperado, provavelmente devido ao grande volume de poupança acumulada em meio à pandemia. Segundo, o ano passado foi marcado pelas repercussões de um choque positivo sobre os preços de commodities, que se traduziu em um choque de renda para a economia brasileira.

Terceiro, na esteira de um nível de preços mais elevados, a arrecadação expressiva de impostos encorajou a adoção de uma política fiscal mais expansionista em um ano eleitoral.

Por fim, nos deparamos com um mercado de crédito robusto, a despeito de sucessivas elevações da taxa de juros. Por um lado, retrato da manutenção da política monetária em território expansionista por um período prolongado. Por outro, reflexo de importantes mudanças no ambiente regulatório e competitivo para o setor bancário, exemplificado pela crescente importância das chamadas fintechs.

Porém, as perspectivas para 2023 são menos auspiciosas. É bem verdade que o setor agrícola deve apresentar forte expansão neste ano. Mas, ainda que a economia global apresente crescimento robusto, projetamos uma acomodação dos preços de commodities em níveis menores, em particular na segunda metade do ano. Além disso, o aperto financeiro global deve ser mais pronunciado do que era imaginado. Na economia doméstica, o setor de serviços já apresenta sinais de desaceleração, enquanto os dados do mercado de trabalho mostram sinais de uma virada.

O desempenho da economia brasileira neste e nos próximos anos, portanto, dependerá das decisões de política econômica tomadas nos próximos meses – aqui e lá fora. Uma coordenação entre as políticas fiscais e monetárias para reduzir a inflação brasileira é ideal para reduzir o custo desse ajuste necessário. A promoção de medidas para impulsionar o crescimento de curto prazo pode até evitar uma recessão neste ano, mas – como a história recente do Brasil nos revelou – provavelmente, o faria ao custo de um sacrifício ainda maior no futuro. ●

ECONOMISTAS PARA O BRASIL DO J.P. MORGAN

Retrocesso industrial

ARTIGO

Rolf Kuntz
Jornalista

Com recuo de 0,3% da indústria de transformação, o Brasil continuou a se desindustrializar em 2022, como se estivesse revertendo cerca de um século de desenvolvimento. Sem ter ingressado na fase pós-industrial, onde já operam as economias mais avançadas, o País assiste ao encolhimento de um setor associado, tradicionalmente, à modernização tecnológica e à geração de empregos produtivos e regulados pelos melhores padrões. A produção total da indústria cresceu 1,6% no ano passado, mas esse crescimento foi puxado pela construção (+6,9%) e pelo segmento produtor e distribuidor de eletricidade, gás e água (+10,1%). A atividade extrativa também diminuiu, tendo produzido 1,7% menos que em 2021.

O setor de transformação é o mais diversificado, com produtos como roupas, alimentos, equipamentos eletrônicos, metais, aviões, tratores, veículos de passageiros, máquinas industriais, alimentos e enorme número de bens de consumo. A expansão e a diversificação de suas atividades marcaram a modernização do País, a urbanização, a evolução do comércio exterior e a transformação gradual do estilo e das condições de vida dos brasileiros.

Depois de avançar durante décadas, a indústria tem perdido peso na economia brasileira

Depois de avançar durante décadas, a indústria tem perdido peso na economia brasileira. Entre 2005 e 2011, a produção geral da indústria oscilou entre 28,5% e 27,2% do valor do Produto Interno Bruto (PIB). No ano passado essa participação ficou em 23,9%. Entre 2005 e 2022 o peso da indústria de transformação diminuiu de 17,4% para 12,9%.

Não se explica essa mudança apenas com base no desenvolvimento da agropecuária e dos serviços. O retrocesso industrial fica indisfarçável quando se observa a perda de participação do setor na indústria global. Em 2005, a produção brasileira correspondeu a 2,20% do valor adicionado da indústria mundial. Depois de uma queda continuada, essa participação equivaleu, em 2021, a 1,28%. Vários países avançados também perderam participação, enquanto a China, a Índia, a Coreia do Sul e Taiwan aumentaram sua peso. O Brasil seguiu o caminho contrário ao dos emergentes mais dinâmicos, segundo os números da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido).

A perda de vigor da indústria brasileira se tornou mais evidente a partir do período da presidente Dilma Rousseff, mas as sementes da crise foram plantadas anteriormente. Protecionismo excessivo, escolha de campeões nacionais, financiamento mal dirigido, tributação inadequada e pouco estímulo à modernização corroeram o dinamismo industrial.

A produção industrial do Brasil manteve algum poder de competição na vizinhança, especialmente no Mercosul, mas também na região a atuação brasileira tem sido ameaçada pela China e por outros competidores. Novidades positivas são o reconhecimento do problema pelo governo e a promessa do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, de trabalhar pela reindustrialização. Mas falta ao investidor privado uma visão mais clara dos planos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. ●

‘Não cresceu nada’, diz Lula sobre PIB de 2022

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) mostra que a economia brasileira não cresceu “nada” no ano passado. Segundo ele, o compromisso agora é fazer o País voltar a crescer e fazer investimentos, para gerar empregos e renda.

“A economia brasileira não cresceu nada, nada, no ano passado. Então, o desafio que temos agora é fazer a economia voltar a crescer, e temos que fazer investimentos”, disse.

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desaceleração da economia em 2022 está relacionada com uma reação do Banco Central ao aumento de gastos no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. “Houve uma reação do Banco Central às atitudes do governo anterior no período eleitoral”, afirmou. “Tudo que nós estamos fazendo agora é para reverter esse quadro.” ●

Inclusão Renda auxiliar

Programa Bolsa Família é relançado com benefícios extras para crianças

Contrapartida exige frequência escolar, acompanhamento pré-natal de gestantes e caderneta de vacinação atualizada

SOFIA AGUIAR
THAIS BARCELLOS
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem a medida provisória (MP) que define os novos parâmetros do Bolsa Família. De acordo com o programa, todas as famílias beneficiárias receberão um valor mínimo de R$ 600 e serão criados dois benefícios complementares.

Um dos benefícios será voltado à Primeira Infância e determina valor adicional de R$ 150 para cada criança de até seis anos de idade na composição familiar. Um segundo, de Renda e Cidadania, prevê um adicional de R$ 50 para cada integrante da família com idade entre sete e 18 anos incompletos e para gestantes.

Com o novo Bolsa Família, cada pessoa de uma família beneficiada pelo programa deve ganhar pelo menos R$ 142. Ao todo, cerca de 20 milhões de famílias (55 milhões de pessoas) serão atendidas. Os pagamentos devem começar a partir do dia 20 de março.

O programa determinará condições para o recebimento do benefício, como a exigência de frequência escolar para crianças e adolescentes de famílias beneficiárias, o acompanhamento pré-natal para gestantes e a atualização do caderno de vacinação com todos os imunizantes previstos no Programa Nacional de Imunizações (PNI).

A seleção para a participação no programa considera a estimativa de pobreza, a quantidade de famílias atendidas em cada município e o limite orçamentário. Com a nova regra, terão acesso ao programa todas as famílias que têm renda de até R$ 218 por pessoa.

Desde o início do mandato, o governo Lula 3 tem focado no aprimoramento do Cadastro Único: "Se tiver alguém que não mereça, esse alguém não vai receber. O programa é só para as pessoas que estão em condições de pobreza".

WILTON JUNIOR / ESTADÃO

O presidente Lula durante o lançamento do novo Bolsa Família

Como antecipou o **Estadão**, neste mês, o governo dará início a uma revisão dos 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família que são unipessoais, ou seja, moram sozinhos.

Esse grupo cresceu de forma explosiva nos últimos anos, após o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro mudar o desenho do programa e fixar um piso inicial de R$ 400, valor que subiu mais tarde para R$ 600. O resultado foi um movimento de divisão "artificial" das famílias e de distorção dos dados do Cadastro Único.

FORA DA REGRA. O governo irá excluir em março mais de 1,5 milhão de beneficiários em situação irregular, por terem renda acima do limite determinado pelo programa social.

Com a revisão, segundo o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, 700 mil famílias que estavam de fora do programa vão passar a ser contempladas.

> ***"Se tiver alguém que não mereça (o Bolsa Família), esse alguém não vai receber"***
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente da República**

O governo informou que, se a renda familiar subir até meio salário mínimo por pessoa, a família não sairá de imediato do programa. No caso de famílias que aumentam de renda, mas perdem depois, haverá prioridade no retorno. Sobre as fraudes, o ministro afirmou que foram encontradas pessoas com cerca de nove salários mínimos no programa. ●

Demografia

Censo 2022 só conseguiu ouvir 91% dos brasileiros

DANIELA AMORIM
RIO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) encerrou a coleta do Censo Demográfico 2022 após sete meses em campo, mais do que o dobro do tempo previsto, dando início à etapa de apuração dos dados, segundo informou o Ministério do Planejamento e Orçamento. Os primeiros resultados serão divulgados no fim de abril.

O IBGE esclareceu em seguida que conseguiu recensear 189.261.144 pessoas, o equivalente a 91% dos 207,8 milhões de habitantes no País em 2022, conforme a prévia estimada e informada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU).

A proporção de pessoas não recenseadas é considerada elevada e deve dar mais trabalho ao órgão na avaliação da qualidade da cobertura alcançada e no tratamento estatístico das informações obtidas. ●

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

CNPJ/ME n° 03.215.790/0001 -10 - NIRE 35.300.171.896

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2023

Aos 30/01/2023, às 10h, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 3º andar, CEP.: 04576-010, SP/SP, com a totalidade do capital social,. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Luciano Francisco Savoldi e secretariados pelo Sr. Carmine Tiano Neto. **DELIBERAÇÕES UNÂNIMES: (i)** retificação da redação do §5º, do artigo 22, incluído no capítulo "COMITÊ DE AUDITORIA" do Estatuto Social da Companhia, para a seguinte redação: "5º - Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato de até 2 anos, prorrogáveis por no máximo: (i) 5 anos consecutivos de mandato para 2/3 dos membros, e (ii) 10 anos consecutivos de mandato para 1/3 dos membros. Os membros do Comitê de Auditoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores." **(ii)** retificação da redação do artigo 23, incluído no capítulo "COMITÊ DE REMUNERAÇÃO" do Estatuto Social da Companhia para a seguinte redação: ARTIGO 23. A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, aplicável ao Conglomerado Financeiro Toyota, composto por 3 membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, no caso de (i) descumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social e/ou regras operacionais e/ou regulamentação aplicável para o Comitê de Remuneração; e (ii) não atendimento de interesses gerais da Sociedade, a critério dos acionistas. Pelo menos um dos membros do Comitê de Remuneração não poderá ser integrante da Administração da Sociedade. **(iii)** A ratificação das demais deliberações havidas na acima referida Assembleia Geral e a consolidação do Estatuto Social, cujo teor passa a vigorar com a redação constante do Anexo à presente Ata. Nada mais. São Paulo, 30/01/2023. (aa) Luciano Francisco Savoldi - Presidente; Carmine Tiano Neto - Secretário. **JUCESP** nº 74.975/23-7 em 15/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. -** NIRE 35.300.171.890 - **CNPJ/ME n° 03.215.790/0001-10.** ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO: ARTIGO 1º. A Sociedade operará sob a denominação de BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A., com prazo de duração indeterminado e se regerá pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. ARTIGO 2º. A Sociedade tem sede e foro na Cidade de SP/SP. ARTIGO 3º. A Sociedade tem como objeto social, no limite permitido pelas leis e regulamentações aplicáveis, a prática das atividades inerentes a Bancos Múltiplos com carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento, e de arrendamento mercantil, podendo, ainda, no âmbito das operações de arrendamento mercantil, realizar estudos de assessoramento e de viabilidade econômico-financeira. CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL: ARTIGO 4º. O capital social da Sociedade é de R$ 555.751.213,21, dividido e representado por 305.865.952 ações, todas ordinárias nominativas e registradas, sem valor nominal. §1º. A cada ação ordinária nominativa e registrada corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. §2º. Nenhum acionista da Sociedade ("Acionista") poderá vender, transferir ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, a título gratuito ou não (doravante "Transferência"), de suas ações na Sociedade (ou de seus direitos de subscrição de novas ações na Sociedade) a qualquer terceira parte, a menos que tal Transferência seja realizada observando-se integralmente os termos deste Estatuto. Os Acionistas da Sociedade ("Outros Acionistas") terão direito de preferência para a aquisição de ações da Sociedade que qualquer outro Acionista ("Cedente") desejar Transferir, de acordo com os seguintes termos e condições: (i) Se o Cedente decidir Transferir parte ou totalidade das suas ações na Sociedade, o mesmo deverá notificar os Outros Acionistas da sua decisão, informando a natureza da Transferência pretendida, o número de ações a serem Transferidas, o preço e os termos da Transferência (que, em qualquer caso, deverá ser em dinheiro e em fundos imediatamente disponíveis) e o nome da pessoa a quem a Transferência deverá ser feita, a fim de permitir que os Outros Acionistas exerçam o seu direito de preferência para a aquisição de tais ações pelo mesmo preço e condições descritos na notificação enviada pelo Cedente. (ii) Este direito de preferência deve ser exercido dentro de trinta dias contados do recebimento da notificação mencionada acima, dada pelo Cedente ou pela Sociedade, o que ocorrer primeiro. Para esse fim, os Outros Acionistas devem notificar a Diretoria da Sociedade e o Cedente, informando a sua intenção de adquirir as ações pelo mesmo preço e sob os mesmos termos e condições descritos na notificação enviada pelo Cedente. (iii) Caso mais de um entre os Outros Acionistas exercer o seu direito de preferência, as ações oferecidas para a Transferência deverão ser alocadas entre tais Outros Acionistas observada a proporção de suas respectivas participações verificada na data da notificação enviada pelo Cedente. (iv) Em qualquer uma das situações anteriormente descritas, decorrido o prazo mencionado acima, caso nenhum dos Outros Acionistas queira exercer o direito de preferência, o Cedente terá imediatamente o direito de Transferir as ações em questão para a pessoa interessada, e nos termos e condições especificados na notificação enviada aos Outros Acionistas, ressalvado contudo, que, se tais ações não forem cedidas pelo Cedente num prazo de sessenta (60) dias a contar do término do prazo dado aos Outros Acionistas para exercerem o direito de preferência, as referidas ações da Sociedade deverão se tornar novamente objeto das disposições deste Artigo 4º. (v) Qualquer Transferência de ações da Sociedade realizada em violação aos termos contidos neste Artigo 4º será considerada nula e sem efeito, e a venda não deverá ser registrada no Livro de Registro de Transferência de Ações da Sociedade. ARTIGO 5º. A propriedade das ações da Sociedade presumir-se-á pela inscrição do nome do Acionista no livro Registro de Ações Nominativas e a Sociedade somente emitirá certificados de ações a requerimento do Acionista, devendo a Sociedade arcar com os custos. § Único. Os certificados de ações serão assinados por dois Diretores, ou por um Diretor em conjunto com um procurador da Sociedade, ou por dois procuradores com poderes especiais. CAPÍTULO III - ASSEMBLEIAS GERAIS: ARTIGO 6º. As Assembleias Gerais serão Ordinárias ou Extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses imediatamente seguintes ao encerramento do exercício fiscal e as Extraordinárias sempre que forem julgadas necessárias. ARTIGO 7º. As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer dos Diretores, presididas pelo Presidente ou Acionista que na ocasião for escolhido por maioria de votos dos presentes e secretariadas por quem o presidente da Assembleia indicar. ARTIGO 8º. Só poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral, os Acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no registro competente, até três dias antes da data marcada para sua realização. ARTIGO 9º. As Assembleias Gerais, seja na primeira ou na segunda convocação, exigirão a presença de Acionistas representando pelo menos dois-terços do total das ações com direito a voto do capital da Sociedade. As deliberações tomadas pelas Assembleias Gerais exigirão a aprovação de Acionistas representando pelo menos dois-terços do total das ações com direito a voto do capital da Sociedade. I. Assembleias Gerais Ordinárias: As matérias especificadas abaixo serão sujeitas à resolução da Assembleia Geral Ordinária: 1) Receber a prestação de contas da Diretoria, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; 2) Decidir sobre a destinação dos lucros líquidos do ano financeiro e sobre a distribuição de dividendos; 3) Eleger e destituir membros da Diretoria (observado o número mínimo e o máximo previsto neste Estatuto), e estabelecer a sua remuneração; e 4) Decidir sobre a instalação do Conselho Fiscal não permanente, e eleger e destituir os seus membros, e estabelecer a sua remuneração. II. Assembleias Gerais Extraordinárias: As matérias especificadas abaixo (bem como qualquer outra matéria que, de acordo com a legislação brasileira, deva ser deliberada por uma Assembleia Geral e que não esteja sob a competência da Assembleia Geral Ordinária) serão sujeitas à resolução da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Alteração deste Estatuto, inclusive, sem limitação, qualquer alteração para aumentar ou reduzir o capital social da Sociedade; 2) Disposições e/ou restrições sobre a subscrição de ações emitidas pela Sociedade; 3) Eleição ou destituição dos Diretores que não forem objeto de discussão na Assembleia Geral Ordinária; 4) Decisão sobre a instalação do Conselho Fiscal não permanente, e eleição e destituição dos seus membros, que não forem objeto de discussão na Assembleia Geral Ordinária; 5) Autorização, nos termos permitidos em lei, à emissão de certificados de participação [partes beneficiárias], de acordo com os Artigos 46 a 51 da Lei 6.404/76; 6) Suspensão dos direitos de um Acionista que deixar de cumprir as obrigações conforme determinação em lei ou neste Estatuto; 7) Concordância ou discordância com relação à avaliação dos ativos conferidos por qualquer Acionista para a integralização de capital da Sociedade; 8) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Sociedade, dissolução e liquidação da Sociedade, eleição ou destituição dos liquidantes e exame de suas contas; 9) Revisão e aprovação de: planos de negócios anuais e de longo prazo, incluindo a abertura e fechamento de filiais e futuros planos de vendas e marketing; orçamentos, projeções de perdas e ganhos, métodos de captação e planejamento de recursos necessários para o funcionamento da Sociedade, tais como pessoal e equipamento; e limites de saldo devedor agregado de empréstimos, incluindo, mas não se limitando a, dívida agregada relativa a instrumentos financeiros, futuros e estruturas e securitizações "off-balance sheet"; 10) Constituição e dissolução de qualquer subsidiária da Sociedade, seja a mesma detida por propriedade das ações ou não; 11) Emissão, pela Sociedade, de qualquer instrumento representativo de participação acionária ou de outro instrumento representativo de dívida, incluindo aqueles "off-balance sheet", que requeira a aprovação dos Acionistas de acordo com a lei aplicável, instrumento esse que poderá ou não envolver quaisquer opções ou disposições; 12) A prestação de qualquer garantia ou obrigação de pagamento em favor de terceiros, bem como o apoio relacionado à liquidez ou ao desempenho ("performance bonds"), cujo valor exceda R$1.000.000,00; 13) Venda, transferência, locação, permuta, doação, hipoteca, penhor ou qualquer outra forma de disposição dos ativos, propriedades ou negócios da Sociedade, inclusive do fundo de comércio e marcas de comércio, que envolva uma quantia superior a R$1.000.000,00 numa única transação; 14) Investimento dos fundos da Sociedade em quantia superior a R$1.000.000,00 numa única transação, com exceção dos investimentos a curto prazo de até 90 dias em sociedades sujeitas à regulamentação do Banco Central do Brasil, ou em títulos federais ou títulos do Banco Central do Brasil; 15) Exame e aprovação dos Diretores que ocupem a posição de diretores ou conselheiros em outras sociedade, e aprovação de contratos em nome da Sociedade assinados por qualquer Diretor que ocupe uma posição de diretor ou conselheiro em uma outra sociedade que não seja afiliada da Sociedade; 16) Indicação ou destituição da empresa de auditoria para a Sociedade; 17) Qualquer matéria submetida à Sociedade, esta na qualidade de acionista de qualquer entidade legal na qual possua uma participação societária; e 18) Quaisquer matérias que se relacionem à administração da Sociedade, que sejam submetidas aos Acionistas para resolução em Assembleia Geral dos Acionistas. CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO: ARTIGO 10. A Sociedade será administrada por uma Diretoria, à qual caberá estabelecer e implementar a política da Sociedade. Incumbirá à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos Diretores, que será distribuída entre os Diretores conforme a resolução dos Acionistas. ARTIGO 11. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. CAPÍTULO V - DIRETORIA: ARTIGO 12. A Diretoria é composta por, no mínimo dois membros, e no máximo dez membros, Acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. § Único. Um dos Diretores poderá ser eleito ao cargo de Presidente, um Diretor poderá ser eleito ao cargo de Vice-Presidente Executivo e os demais Diretores não terão designação específica. ARTIGO 13. Em caso de vaga de um dos cargos de Diretor, será convocada imediatamente Assembleia Geral para eleger o substituto, que completará o mandato do Diretor substituído. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, o Presidente poderá eleger entre os demais Diretores um substituto, ressalvado, contudo, que tal Diretor, enquanto ocupar a posição de substituto temporário terá direito apenas a um voto nas reuniões de Diretoria. ARTIGO 14. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral. Seus poderes e obrigações incluem, mas não estão limitados, entre outros, os seguintes: (i) assegurar a observância da lei e deste Estatuto; (ii) assegurar o cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (iii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (iv) alterar o endereço da sede social, abrir filiais, agências, ou representações em qualquer localidade do Brasil; (v) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar convenientes ou necessários; (vi) distribuir, entre os seus membros, as funções de administração da Sociedade; (vii) comunicar à Assembleia Geral, tão logo tomem conhecimento, qualquer ocorrência material de caráter legal, regulatório, técnico ou operacional que possa afetar a Sociedade; e (viii) designar e destituir o Ouvidor da Sociedade. ARTIGO 15. A representação da Sociedade, em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, e repartições e autoridades públicas federais, estaduais e municipais, e a assinatura de escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, ou cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Sociedade ou que exonerem a Sociedade de obrigações para com terceiros, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados: (i) pelo Presidente ou Vice-Presidente Executivo, isoladamente; ou (ii) por quaisquer outros dois Diretores, agindo conjuntamente. ARTIGO 16. As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade por quaisquer dois Diretores em conjunto, devendo as mesmas especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado, no máximo, a dois (2) anos. ARTIGO 17. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que a envolverem em obrigações, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se a contratação das obrigações for a eles delegada de acordo com o Artigo 15 e 16 deste Estatuto, em relação aos negócios e operações financeiras2º o objeto da Sociedade. ARTIGO 18. A Diretoria reunir-se-á mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, com antecedência mínima de três dias, e somente será instalada com a presença de pelo menos maioria dos seus membros eleitos. A totalidade dos membros será exigida para a instalação da reunião caso haja apenas dois Diretores eleitos. Caso todos os membros da Diretoria estejam presentes, a convocação antecipada de três dias será dispensada. As reuniões da Diretoria serão presididas por seu Presidente, e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores em exercício, excluído qualquer Diretor que não poderá exercer seu direito de voto, caso a matéria sujeita à votação verse sobre assunto de seu interesse pessoal, concorrente ou não com o interesse da Sociedade, devendo o Presidente dar o seu voto de desempate, se necessário. As cópias das atas das reuniões da Diretoria serão obrigatoriamente encaminhadas a todos os membros da Diretoria. ARTIGO 19. A Diretoria deverá realizar reuniões para discutir e aprovar, entre outros, os seguintes assuntos: (i) A emissão, pela Sociedade, de qualquer instrumento representativo de dívida, título ou valor mobiliário, incluindo aqueles "off-balance sheet", em valor superior a R$10.000.000,00, exceto qualquer instrumento representativo de dívida que requeira a aprovação dos Acionistas, de acordo com as leis aplicáveis; (ii) A adaptação, mudança relevante e abolição das regras e regulamentos da Sociedade, incluindo sistemas e procedimentos de autorizações internas para a condução de operações como o empréstimo de fundos e o financiamento mediante a concessão de linhas de crédito; (iii) Aprovação de empréstimos comerciais que não cumpram com as políticas padrão de empréstimo da Sociedade; (iv) Designação do banco ou bancos com os quais a Sociedade manterá contas; (v) Venda, transferência, locação, permuta, hipoteca, penhor ou qualquer outra forma de disposição das propriedades, ativos ou negócios da Sociedade (inclusive fundo de comércio e o uso de marca de comércio) que envolva uma quantia superior a R$500.000,00, mas não superior a R$1.000.000,00, numa única transação; (vi) Investimento dos fundos da Sociedade em quantia superior a R$500.000,00, mas não superior a R$1.000.000,00, numa única transação, com exceção dos investimentos a curto prazo de até 90 dias em sociedades sujeitas à regulamentação do Banco Central do Brasil, ou em títulos federais ou títulos do Banco Central do Brasil; (vii) Assinatura, alteração relevante ou rescisão de qualquer contrato, acordo ou memorando, que envolva quantia superior a R$500.000,00, excluído contrato, acordo ou memorando relacionados a transações referidas nos itens II.13 ou II.14 do Artigo 9 ou nos itens (v) ou (vi) deste Artigo 19, que não exige a aprovação dos Acionistas ou da Diretoria, respectivamente, de acordo com o disposto em tais itens, ou que tenha sido aprovado pelos Acionistas ou Diretoria nos termos dos referidos itens; (viii) O perdão de dívidas que excedam R$500.000,00; (ix) Adoção ou alteração relevante às políticas da Sociedade, inclusive políticas de natureza trabalhista; (x) Mudança(s) material(is), nos termos permitidos por lei, do método de contabilidade da Sociedade; (xi) Indicação das pessoas que deverão cuidar do(s) conflito(s) legal(is) e ação(ões) judicial(is) relevante(s) contra a Sociedade ou por ela proposta(s), e determinação da política da Sociedade em relação a tal(is) conflito(s) e ação(ões) judicial(is), com exceção dos conflitos judiciais que envolvam medidas para a cobrança de empréstimos a consumidores inadimplentes e retomada dos veículos dados em garantia; (xii) Aprovação de novos produtos e serviços financeiros oferecidos pela Sociedade; (xiii) Doação de quantia superior a R$10.000,00, mas não superior a R$1.000.000,00; (xiv) Qualquer garantia ou obrigação de pagamento a terceiros, bem como a prestação de apoio de liquidez ou desempenho ("performance bonds"), em quantia não superior a R$1.000.000,00; (xv) Determinação ou alteração relevante da estrutura de organização da Sociedade; e (xvi) Quaisquer outras matérias atribuídas pelas Assembleias Gerais à Diretoria. CAPÍTULO VI - OUVIDORIA: ARTIGO 20. A Ouvidoria será composta por 01 Ouvidor, escolhido a critério da Diretoria da Sociedade, para um mandato pelo prazo de 24 meses, sendo (a) designado de acordo com a sua qualificação técnica (conhecimento de produtos e serviços comercializados pela Sociedade, conhecimento de assuntos relacionados ao direito do consumidor e mediação de conflitos) e certificação válida para o exercício da profissão, e (b) destituído, a qualquer tempo, no caso de inaptidão técnica, conduta profissional inapropriada ou incompatível com a função ou falta de certificação válida para o exercício da profissão. §1º. A Ouvidoria tem como finalidade: (i) Atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade; e (ii) Atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. §2º. As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: (i) Atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; (ii) Prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; (iii) Encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior; e (iv) Manter a Diretoria da Sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los. § Terceiro. A Sociedade deverá criar condições para o adequado funcionamento da Ouvidoria, cuja atuação deverá ser pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, assegurando o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL: ARTIGO 21. A Sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de três (03) membros efetivos e de igual número de suplentes, Acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. CAPÍTULO VIII - COMITÊ DE AUDITORIA: ARTIGO 22. O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Toyota será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte do Conglomerado das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor. §1º. O Comitê de Auditoria será composto por 3 membros, nomeados pela Assembleia Geral, sendo pessoas naturais com reputação ilibada, acionistas ou não, residentes no País, observados os seguintes critérios de nomeação definidos pela regulamentação vigente. §2º. É permitida a nomeação de integrantes do Comitê de Auditoria que sejam também Diretores da Sociedade, desde que estes Diretores da Sociedade constituam menos da metade do total dos integrantes do Comitê de Auditoria. Os demais membros nomeados devem ser independentes. §3º. Caso o integrante do comitê de auditoria seja também membro da diretoria da Sociedade, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos cargos. §4º. Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Membro Qualificado. §5º. Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato de até 2 anos, prorrogáveis por no máximo: (i) 5 anos consecutivos de mandato para 2/3 dos membros, e (ii) 10 anos consecutivos de mandato para 1/3 dos membros. Os membros do Comitê de Auditoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. § Sexto. A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberação tomada pela maioria dos acionistas da Sociedade reunidos em Assembleia Geral. São critérios para destituição dos membros do Comitê de Auditoria: (i) o descumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social, regras operacionais e/ou regulamentação aplicável para o Comitê de Auditoria; e (ii) o atendimento de interesses gerais da Sociedade, a critério dos acionistas. § Sétimo. O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria. § Oitavo. As atribuições e regras operacionais do Comitê de Auditoria, incluindo a obrigação regulamentar de emissão dos relatórios sobre as demonstrações financeiras, a periodicidade de suas reuniões, que devem observar ao menos o número mínimo estipulado pela regulamentação em vigor, e os critérios de remuneração de seus membros estarão disciplinados em regulamento interno da Sociedade. CAPÍTULO IX - COMITÊ DE REMUNERAÇÃO: ARTIGO 23. A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, aplicável ao Conglomerado Financeiro Toyota, composto por 3 (três) membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, no caso de (i) descumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social e/ou regras operacionais e/ou regulamentação aplicável para o Comitê de Remuneração; e (ii) não atendimento de interesses gerais da Sociedade, a critério dos acionistas. Pelo menos um dos membros do Comitê de Remuneração não poderá ser integrante da Administração da Sociedade. §1º. Os membros eleitos para o Comitê de Remuneração terão mandato de 1 ano, permitida a recondução por até 9 vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável. §2º. Os membros nomeados, que podem ser integrantes dos Órgãos da Administração da Sociedade e do corpo de funcionários da Sociedade, devem preencher as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo. §3º. No ato da nomeação pela Diretoria dos membros do Comitê de Remuneração, será designado o seu Coordenador. §4º. O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente à Diretoria. §5º. Compete ao Comitê de Remuneração, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: (i) elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo à Diretoria diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor à Diretoria da Sociedade o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma prevista em lei; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e, (vii) zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Sociedade e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável. § Sexto. Os membros do Comitê de Remuneração não farão jus a qualquer remuneração adicional àquela a que tiverem direito por exercerem seus respectivos cargos na Sociedade. CAPÍTULO X - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS: ARTIGO 24. O exercício social tem início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. ARTIGO 25. Nos termos da legislação vigente aplicável, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras serão levantados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal que não excederá 20% do capital social. Os lucros remanescentes terão a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, observado que será distribuído aos Acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% dos lucros verificados. ARTIGO 26. Mediante deliberação da Diretoria, poderão ser distribuídos dividendos intermediários à conta dos lucros apurados em balanço semestral ou em períodos menores, conforme a Diretoria entenda ser justificável em virtude do lucro da Sociedade. CAPÍTULO XI - LIQUIDAÇÃO: ARTIGO 27. A Sociedade será liquidada em casos legais, e caberá à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e indicar o liquidante, e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

Elena Landau elena.landau@eusoulivres.org

Etelvina

Eu pensava que todo tipo de jogo era ilegal por aqui. Até que comecei a ver cada vez mais comerciais de sites de apostas. Já são mais de 500 sites disponíveis, que arrecadam acima de R$ 10 bilhões. Não tinha noção do tamanho desta atividade nem sabia que era legal.

Desde 2018 esse tipo de jogo é permitido por lei, desde que não haja casa de apostas em pontos físicos. Empresas e sites devem estar sediadas em outros países, mas brasileiros têm acesso a eles. Saíram da obscuridade para se tornar grandes patrocinadores no futebol e até mesmo em torneios de tênis. Esportistas famosos são seus garotos-propaganda.

Uma denúncia de manipulação de resultado na Série B me chamou atenção para o assunto. Descobri que a CBF está analisando mais de 139 movimentações atípicas nesses sites só em 2022. Só que a lei não foi regulamentada até hoje. Qual a lógica de liberar essas apostas e manter a proibição para jogos de azar? O presidente Dutra fechou os cassinos em 1946. Dizem que por pressão de Dona Santinha, que achava o jogo moralmente degradante para o ser humano.

Mas, com a proibição, o jogo do bicho cresceu na clandestinidade. Sua popularidade foi consagrada na voz de Moreira da Silva: "Etelvina, acertei no milhar". O que separa o legal do ilegal é a palavra azar. A diferença viria do caráter técnico: as apostas esportivas se baseiam em estatísticas, reduzindo a aleatoriedade. Vale para o futebol, para o turfe, assim como o pôquer online que exigiria mais técnica do que sorte.

> ***Qual a lógica de liberar essas apostas em sites e manter a proibição para jogos de azar?***

Cresci com o pano verde por perto. Toda semana meu avô reunia amigos em torno da mesa com fichas de madrepérola, baralhos novos e uma vareta de bambu com uma borrachinha na ponta para recolher fichas e cartas. Ganhávamos os baralhos descartados, praticamente novos. Ouvia na infância as músicas e as histórias dos shows no Cassino da Urca, do glamour do Copacabana Palace e das férias no Quitandinha.

Argumentos contra legalização vão desde a facilitação de crimes como lavagem de dinheiro, que já aconteceu com os bingos, ao perigo de a atividade ser dominada por criminosos que hoje exploram jogos de azar, como caça-níquel. Manter a clandestinidade não elimina esses problemas. Falta regular seriamente. Haddad promete uma legislação para a taxar os jogos. Ela deveria vir no lugar do péssimo PL 441/91.

Os principais adversários da legalização estão na bancada religiosa do Congresso. O argumento moral não me convence. Conscientização, taxação e punição – quando prejudicam terceiros, seriam suficientes. Estou como Zeca Pagodinho: se quiser jogar, eu jogo. ●

ECONOMISTA E ADVOGADA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Cenário fiscal

Brasil e Chile puxam piora nas contas na região, diz agência

ANDRÉ MARINHO

Os países da América Latina tiveram um quadro fiscal equilibrado em 2022, mas o cenário deve se dificultar neste ano, prevê a Fitch Ratings. A expectativa da agência é de que Brasil e Chile puxem a deterioração das contas públicas na região, em meio à desaceleração do crescimento econômico e à reversão do efeito positivo gerado pela escalada da inflação.

Em relatório, a instituição explica que, no ano passado, a maior parte das economias locais teve balanços fiscais em linha com ou o superior aos níveis de 2019, o último ano antes da pandemia de covid-19. O desempenho é atribuído principalmente ao crescimento das receitas.

"(*Ganhos*) inesperados com commodities ou as reformas tributárias explicam muito dessa melhora, mas ela é visível até mesmo entre os soberanos que não se beneficiaram desses fatores e podem, portanto, refletir melhorias administrativas", informa a agência. A agência diz ainda que vários governos conseguiram reduzir as despesas, com ajuda de regras fiscais e inflação elevada, entre eles os de Brasil, Costa Rica e Uruguai. "Mas (*os gastos*) permanecem acima dos níveis pré-pandemia." ●

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

Relatório da Administração

Apresentação: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações. **Desempenho do exercício:** O Banco encerrou o exercício de 2022 com um lucro líquido de R$ 396.059 (R$ 196.183 em 2021), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de 17,97% (16,23% em 2021). Apresentou índice de Basileia do Conglomerado de 25,46% (12,14% em 2021) e patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R$ 904.500 (R$ 786.432 em 2021). Desde o início da pandemia, o Banco está em plena capacidade operacional e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da Covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários. O Banco continua com sua política conservadora no que tange à administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades do Banco. A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Grupo Scotiabank Brasil"). **Outras informações:** De acordo com o disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento". No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve distribuição de dividendos no valor de R$ 1.000 (R$ 1.500 em 2021) e juros sobre o capital próprio no valor de R$ 138.336 (R$ 46.656 em 2021), já deduzidos dos tributos incidentes. No mesmo período, houve aumento de capital social no valor de R$ 138.336, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. A Diretoria Executiva deliberou sobre grupamento da totalidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, considerando, inclusive, as ações emitidas no aumento de capital, sendo o grupamento calculado com base na proporção de 100.000 por 1 ação da mesma espécie. Desta forma, o capital social antes dividido em 9.560.846.423 passa a ser representado por 95.608 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Agradecimentos:** O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	**13.129**	**11.818**
Ativos financeiros		**16.680.654**	**14.058.748**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.686.685	7.643.337
Títulos e valores mobiliários	6	1.461.327	1.523.351
Instrumentos financeiros derivativos	7b	3.240.012	531.347
Operações de crédito	9a	521.902	1.928.790
Operações de câmbio	10	1.186.061	2.361.054
Outros ativos financeiros	11a	584.667	70.869
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(134.009)**	**(168.285)**
Títulos e valores mobiliários	6	(312)	(449)
Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(133.697)	(167.836)
Outros ativos	11b	**5.802**	**27.390**
Créditos tributários	20b/c	**279.810**	**116.217**
Investimentos		**64.610**	**60.232**
Participações em controladas	12	64.604	60.226
Outros investimentos		6	6
Imobilizado de uso		**11.279**	**11.463**
Imóveis de uso		1.595	892
Outras imobilizações de uso		22.704	23.803
Depreciações acumuladas		(13.020)	(13.232)
Intangível		**3.546**	**2.853**
Ativos intangíveis		5.254	3.942
Amortizações acumuladas		(1.708)	(1.089)
Total do ativo		**16.924.821**	**14.120.436**

Passivo	Nota	2022	2021
Passivos financeiros		**13.264.922**	**12.633.646**
Depósitos	13	4.055.059	1.155.567
Captações no mercado aberto	14	887.315	799.333
Obrigações por empréstimos	15	6.234.306	3.977.177
Obrigações por repasses	16, 25a	730.290	1.396.454
Instrumentos financeiros derivativos	7b	1.120.678	2.828.429
Operações de câmbio	10	188.857	1.771.039
Outros passivos financeiros	17a	48.417	705.647
Outros passivos	17b	**55.315**	**120.135**
Obrigações fiscais diferidas	20b	**431.961**	**69.396**
Provisões para contingências	18d	**30.334**	**31.432**
Patrimônio líquido		**3.142.289**	**1.265.827**
Capital social	19a	2.437.823	796.879
Reservas de lucros	19b	719.489	487.178
Outros resultados abrangentes	3d	(15.023)	(18.230)
Total do passivo		**16.924.821**	**14.120.436**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**796.879**	**-**	**30.942**	**316.442**	**7.654**	**-**	**1.151.917**
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(25.884)	-	(25.884)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	196.183	196.183
Constituição de reserva legal	-	-	9.809	-	-	(9.809)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	131.485	-	(131.485)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(54.889)	(54.889)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**796.879**	**-**	**40.751**	**446.427**	**(18.230)**	**-**	**1.265.827**
Aumento de capital	1.502.608	138.336	-	-	-	-	1.640.944
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.207	-	3.207
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	396.059	396.059
Constituição de reserva legal	-	-	19.803	-	-	(19.803)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	213.508	-	(213.508)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(162.748)	(162.748)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.299.487**	**138.336**	**60.554**	**658.935**	**(15.023)**	**-**	**3.142.289**
Saldos em 30 de Junho de 2022	**2.299.487**	**-**	**44.176**	**446.427**	**(22.343)**	**65.069**	**2.832.816**
Aumento de capital	-	138.336	-	-	-	-	138.336
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	7.320	-	7.320
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	327.565	327.565
Constituição de reserva legal	-	-	16.378	-	-	(16.378)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	213.508	-	(213.508)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(162.748)	(162.748)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.299.487**	**138.336**	**60.554**	**658.935**	**(15.023)**	**-**	**3.142.289**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 1º de março de 2023. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras. **3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado. **b) Outros ativos:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado. **d) Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreçamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. **e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção *(hedge)*. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos e operações de futuros, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente. **f) Operações de crédito**: São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. **g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. **h) Operações de câmbio:** A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. **i) Permanente: • Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens. • **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. • **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **j) Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas por *impairment*. **k) Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses:** Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias. **l) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos. **m) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de Imposto de Renda e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social. A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie e pessoas jurídicas do setor financeiro, foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP nº 1.115. Com base na Resolução CMN nº 4.842, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20c). **n) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **p) Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 22). **q) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. **r) Resultado não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 25e. **s) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022	2021
Disponibilidades	**13.129**	**11.818**
Moeda nacional	2.603	1.317
Moeda estrangeira	10.526	10.501
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**3.638.155**	**2.717.717**
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	3.387.494	2.612.994
Aplicações em depósitos interfinanceiros	250.661	104.723
Total	**3.651.284**	**2.729.535**

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		**508.563**	**649.636**	**448.625**
Operações de crédito	9f	28.467	(66.808)	101.172
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		619.221	1.056.675	354.528
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	387.373	174.975	353.193
Operações de captação no mercado aberto		(284.019)	(512.792)	(82.847)
Operações de empréstimos e repasses		(63.139)	79.820	(107.861)
Resultado em operações de câmbio		(179.340)	(82.234)	(169.560)
Resultado da intermediação financeira		**508.563**	**649.636**	**448.625**
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**3.622**	**34.276**	**(11.305)**
Títulos e valores mobiliários		577	137	(5)
Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito	9d	3.045	34.139	(11.300)
Resultado bruto da intermediação financeira		**512.185**	**683.912**	**437.320**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(44.805)**	**(94.359)**	**(113.947)**
Receitas de prestação de serviços		8.012	21.004	21.015
Despesas de pessoal	25b	(40.760)	(88.399)	(86.148)
Outras despesas administrativas	25c	(20.162)	(37.771)	(30.575)
Despesas tributárias		(1.737)	(4.565)	(15.824)
Resultado de participação em controlada	12	2.454	4.578	230
Outras receitas operacionais		9.109	20.065	653
Outras despesas operacionais		(1.721)	(9.271)	(3.298)
Despesas de provisões para contingências		**(970)**	**(1.886)**	**(766)**
Trabalhistas		(59)	(112)	(91)
Fiscais		(911)	(1.774)	(675)
Resultado operacional		**466.410**	**587.667**	**322.607**
Resultado não operacional		**42**	**7.509**	**(8)**
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		**466.452**	**595.176**	**322.599**
Imposto de renda e contribuição social	20a	**(135.974)**	**(196.185)**	**(123.949)**
Provisão para imposto de renda		(149.454)	(201.425)	(67.025)
Provisão para contribuição social		(119.563)	(161.140)	(56.155)
Ativo fiscal diferido		133.043	166.380	(769)
Participações nos lucros		**(2.913)**	**(2.932)**	**(2.467)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**327.565**	**396.059**	**196.183**
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		**41,98**	**50,76**	**46,66**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	**327.565**	**396.059**	**196.183**
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Variação no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	**7.320**	**3.207**	**(25.884)**
Títulos e valores mobiliários	13.547	6.194	(47.055)
Efeito fiscal	(6.096)	(2.787)	21.175
Ajuste de avaliação patrimonial controlada	(131)	(200)	(4)
Resultado abrangente do semestre/exercício	**334.885**	**399.266**	**170.299**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	**327.565**	**396.059**	**196.183**
Ajustes ao lucro líquido	**132.462**	**161.790**	**73.910**
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.622)	(34.276)	11.305
Resultado de participações em controladas e coligadas	(2.454)	(4.578)	(230)
Depreciações e amortizações	1.543	2.478	1.261
Perda na baixa de imobilizado de uso	50	95	8
Impostos diferidos	135.974	196.185	60.788
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	970	1.886	778
Variação de ativos e passivos operacionais	**1.335.610**	**(1.110.214)**	**(12.154)**
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(832.393)	(1.122.911)	(756.735)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	1.355.372	68.218	(995.561)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(522.079)	(4.416.416)	(1.227.747)
(Aumento)/redução em operações de crédito	953.206	1.406.888	(302.946)
(Aumento) em operações de câmbio	(241.742)	(407.189)	(43.559)
(Aumento) em outros ativos financeiros	(277.346)	(513.798)	(29.564)
Redução em outros ativos	416	21.588	3.418
Aumento em depósitos	248.074	2.899.492	988.746
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	(57.772)	87.982	(137.972)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	703.399	1.590.965	1.928.236
Aumento/(redução) em outros passivos financeiros	12.983	(657.230)	619.377
(Redução) em outros passivos	(5.652)	(64.820)	(57.847)
(Redução) em provisões para contingências	(856)	(2.983)	-
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades operacionais	**1.795.637**	**(552.365)**	**257.939**
Atividades de investimento			
Alienação de imobilizado de uso	-	-	232
Alienação de intangível	-	-	807
Aquisição de investimentos	-	-	(60.000)
Aquisição de imobilizado de uso	(632)	(1.912)	(5.829)
Aplicações do intangível	(423)	(1.170)	(1.363)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	**(1.055)**	**(3.082)**	**(66.153)**
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	138.336	1.640.944	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(162.748)	(162.748)	(54.889)
Pagamento de dividendos	(1.000)	(1.000)	(1.500)
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades de financiamento	**(25.412)**	**1.477.196**	**(56.389)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**1.769.170**	**921.749**	**135.397**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.882.114	2.729.535	2.594.138
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3.651.284	3.651.284	2.729.535
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**1.769.170**	**921.749**	**135.397**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2022 Até 3 meses	2022 Total	2021 Total
Aplicações no mercado aberto	**9.436.024**	**9.436.024**	**7.538.614**
Posição bancada			
LTN	7.548.371	7.548.371	4.126.041
NTN	-	-	2.612.994
LFT	1.000.501	1.000.501	-
Posição financiada			
LTN	-	-	4.726
Posição vendida			
LTN	887.152	887.152	794.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**250.661**	**250.661**	**104.723**
Total	**9.686.685**	**9.686.685**	**7.643.337**

continua

Scotiabank

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

6. Títulos e Valores Mobiliários: O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Composição por tipo e vencimento

	2022						2021	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Títulos para negociação								
Carteira própria								
LTN	-	-	-	-	-	-	11.710	11.714
NTN	-	6.344	-	12.373	18.717	19.126	8.934	9.414
Ações Cias Fechadas (iii)	7.568	-	-	-	7.568	7.568	-	-
Total	**7.568**	**6.344**	**-**	**12.373**	**26.285**	**26.694**	**20.644**	**21.128**
Títulos disponíveis para venda								
Carteira própria								
LTN	-	199.895	-	-	199.895	199.931	2.586	2.594
Subtotal	**-**	**199.895**	**-**	**-**	**199.895**	**199.931**	**2.586**	**2.594**
Vinculados a prestação de garantias(i)								
LTN	-	-	609.879	515.051	1.124.930	1.151.839	1.324.354	1.357.484
Cotas de fundo de investimento	35.837	-	-	-	35.837	35.837	35.368	35.368
Subtotal	**35.837**	**-**	**609.879**	**515.051**	**1.160.767**	**1.187.676**	**1.359.722**	**1.392.852**
Total	**35.837**	**199.895**	**609.879**	**515.051**	**1.360.662**	**1.387.607**	**1.362.308**	**1.395.446**
Títulos mantidos até o vencimento								
	2022						2021	
Carteira própria	**Sem vencimento**	**Até 3 meses**	**De 6 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Custo atualizado/ contábil**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado/ contábil**	**Valor de mercado**
Debêntures(ii)	-	1.210	1.150	72.020	74.380	81.333	140.399	149.310
Total	**-**	**1.210**	**1.150**	**72.020**	**74.380**	**81.333**	**140.399**	**149.310**
Total Geral	**43.405**	**207.449**	**611.029**	**599.444**	**1.461.327**	**1.495.634**	**1.523.351**	**1.565.884**

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio. (ii) No exercício de 2022 há provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R$ 312 (R$ 449 em 2021). (iii) Reorganização societária da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP). Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a) Contratos futuros:

	2022		2021	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	**44.226.281**	**287.333**	**34.852.960**	**(704.661)**
DI	1.434.139	303	1.069.453	289
DDI	38.987.937	309.050	32.245.442	(673.672)
Dólar	3.804.205	(22.020)	1.538.065	(31.278)
Posição vendida	**4.147.472**	**22.750**	**3.468.715**	**29.863**
DI	443.700	(188)	1.963.097	(614)
DDI	3.703.772	22.938	1.505.618	30.477

Em 31 de dezembro de 2022, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica “Outros passivos financeiros” no passivo circulante, o montante de R$ 39 (R$ 23 em 2021), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Operações de *swap* e operações a termo:

	2022			2021		
Por indexador	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Swap						
Valores a receber	**28.505.265**	**1.669.860**	**3.235.104**	**15.001.746**	**226.282**	**489.000**
CDI x Dólar	28.505.265	1.669.860	3.235.104	14.769.746	220.884	483.093
CDI x Euro	-	-	-	232.000	5.398	5.907
Valores a pagar	**7.417.982**	**(1.494.190)**	**(1.098.030)**	**12.239.541**	**(2.835.882)**	**(2.817.062)**
CDI x Dólar	7.417.982	(1.494.190)	(1.098.030)	12.239.541	(2.835.882)	(2.817.062)
Termo de moedas - NDF						
Valores a receber	**297.064**	**5.530**	**4.908**	**2.276.587**	**44.308**	**42.347**
Posição comprada - Dólar	297.064	5.530	4.908	1.996.020	29.875	26.075
Posição vendida - Dólar	-	-	-	280.567	14.433	16.272
Valores a pagar	**435.993**	**(25.098)**	**(22.648)**	**203.539**	**(12.068)**	**(11.367)**
Posição comprada - Dólar	435.993	(25.098)	(22.648)	112.356	(8.438)	(9.461)
Posição vendida - Dólar	-	-	-	91.183	(3.630)	(1.906)
Total	**36.656.304**	**156.102**	**2.119.334**	**29.721.413**	**(2.577.360)**	**(2.297.082)**

c) Composição por vencimento: O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	2022					2021
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros (i)	12.733.471	2.428.817	5.641.412	27.570.053	48.373.753	38.321.675
Swap (ii)	1.026.269	2.320.535	4.913.338	27.663.105	35.923.247	27.241.287
Termo de moedas - NDF (ii)	160.343	142.665	300.628	129.421	733.057	2.480.126
Total	**13.920.083**	**4.892.017**	**10.855.378**	**55.362.579**	**85.030.057**	**68.043.088**

(i) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. (ii) Contraparte: pessoa jurídica.

d) Segregação entre circulante e não circulante: O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Swap	329.476	2.905.628	3.235.104	61.950	427.050	489.000
Termo de moedas - NDF	4.899	9	4.908	23.397	18.950	42.347
Total	**334.375**	**2.905.637**	**3.240.012**	**85.347**	**446.000**	**531.347**
Passivo						
Swap	(591.332)	(506.698)	(1.098.030)	(326.256)	(2.490.806)	(2.817.062)
Termo de moedas - NDF	(21.020)	(1.628)	(22.648)	(9.393)	(1.974)	(11.367)
Total	**(612.352)**	**(508.326)**	**(1.120.678)**	**(335.649)**	**(2.492.780)**	**(2.828.429)**

e) Resultados: Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão assim compostos:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Futuros	(1.708.240)	(6.841.593)	771.623
Swap	2.064.585	6.782.009	(394.077)
Termo de moedas - NDF	31.028	234.559	(24.353)
Total	**387.373**	**174.975**	**353.193**

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos: Administração de Risco Operacional: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro do Banco. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS. **Administração de riscos de mercado e liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958. **Administração de risco de crédito:** Em linha com as regulamentações do BACEN e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito do Banco. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: http://www.br.scotiabank.com (não auditado). **Hierarquia de valor justo:** Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.924. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo. **Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4557 e da Resolução nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária. As carteiras de negociação são formadas pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: estejam livres de impedimento legal para venda; e sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor. Os ajustes ao valor de mercado dos instrumentos devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta de receita ou de despesa, no resultado do período das instituições. Na carteira bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento e os instrumentos da carteira de tesouraria. A fim de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Adminstração. **Análise de sensibilidade 1:** São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de negociação	cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(882)	882
Exposição ao cupom cambial	1.704	(1.704)
Total	**822**	**(822)**

Carteira de negociação + bancária	cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(10.027)	10.027
Exposição ao cupom cambial	(2.990)	2.990
Total	**(13.017)**	**13.017**

Análise de sensibilidade 2: São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais. **Cenário (I):** Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. **Cenário (II):** Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. **Cenário (III):** Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de negociação	Cenários		
Taxas de juros	(I)	(II)	(III)
Exposição de juros prefixados	(88)	(2.435)	(3.653)
Exposição ao cupom cambial	(170)	(2.002)	(3.002)
Total	**(258)**	**(4.437)**	**(6.655)**
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	**(355)**	**(710)**	**(1.065)**

Carteira de negociação + bancária	Cenários		
Taxas de juros	(I)	(II)	(III)
Exposição de juros prefixados	(1.003)	(26.904)	(40.356)
Exposição ao cupom cambial	(299)	(3.715)	(5.572)
Total	**(1.302)**	**(30.619)**	**(45.928)**
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	**(355)**	**(710)**	**(1.065)**

Na análise realizada, as operações da carteira bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido do Banco. No caso da carteira de negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9. Operações de Crédito:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2022			2021
	A vencer			
Setor privado	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	Total	Total
Cédula de crédito bancário (CCB)	**-**	**-**	**-**	**366.341**
Indústria	-	-	-	101.734
Outros serviços - PJ	-	-	-	264.607
Nota de crédito à exportação (NCE) (nota 25a)	**261.000**	**260.902**	**521.902**	**1.396.454**
Indústria	261.000	260.902	521.902	1.396.454
Outros créditos - indústria(ii)	**-**	**-**	**-**	**165.995**
Total CCB, NCE e outros créditos	**261.000**	**260.902**	**521.902**	**1.928.790**
CCL Exportação com ACC/ACE - (nota 10)	**609.515**	**350.051**	**959.566**	**610.171**
Indústria	549.316	256.551	805.867	207.654
Outros serviços - PJ	60.199	93.500	153.699	402.517
Rendas a receber de ACC/ACE - (nota 10)	**9.512**	**2.302**	**11.814**	**1.958**
Indústria	8.411	2.136	10.547	556
Outros serviços - PJ	1.101	166	1.267	1.402
Variação cambial CCL exportação com ACC/ACE (i)	**26.023**	**(1.914)**	**24.109**	**24.268**
Indústria	22.052	(756)	21.296	2.232
Outros serviços - PJ	3.971	(1.158)	2.813	22.036
Total ACC e ACE	**645.050**	**350.439**	**995.489**	**636.397**
Total	**906.050**	**611.341**	**1.517.391**	**2.565.187**

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações, com base no saldo de câmbio comprado a liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço. (ii) Referem-se a operações de ACE que tiveram seus contratos de câmbio liquidados no Banco Central do Brasil, mas devido a renegociação da operação foram reclassificadas para o COSIF de “Outros créditos”. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b) Concentração das operações de crédito:

	2022	2021
Principal devedor - (nota 25a)	521.902	1.396.454
Percentual sobre o total da carteira de crédito	34,4%	54,4%
20 maiores devedores	1.517.391	2.565.187
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2022					2021	
Nível de risco	% mínimo de provisionamento requerido	Total da carteira	Provisão mínima	Provisão adicional(i)	Provisão total	Total da carteira	Provisão total
AA	0%	1.385.998	-	(2.304)	(2.304)	2.399.192	(1.841)
H	100%	131.393	(131.393)	-	(131.393)	165.995	(165.995)
Total		**1.517.391**	**(131.393)**	**(2.304)**	**(133.697)**	**2.565.187**	**(167.836)**

(i) Provisão adicional aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2022	2021
Saldos no início do exercício	**(167.836)**	**(156.536)**
Constituição de provisão	(5.050)	(16.607)
Reversão de provisão	39.189	5.307
Saldos no final do exercício	**(133.697)**	**(167.836)**

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo: O montante de créditos renegociados em 31 de dezembro de 2022 representa R$ 276.035 (R$ 849.395 em 2021). O Banco possui garantias financeiras prestadas no montante de R$ 2.469 (R$ 2.469 em 2021). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

f) Resultado de operações de crédito:	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas de financiamentos à exportação	14.610	21.224	133.699
Rendas de empréstimos	5.731	24.977	21.698
Rendas de repasses interfinanceiros	8.126	8.126	-
Variação cambial negativa	-	(121.135)	(54.225)
Total	**28.467**	**(66.808)**	**101.172**

10. Operações de Câmbio	2022	2021
Ativo circulante		
Câmbio comprado a liquidar	1.173.135	2.122.847
Direitos sobre vendas de câmbio	1.112	236.249
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - (nota 9a)	11.814	1.958
Total	**1.186.061**	**2.361.054**
Passivo circulante		
Obrigações por compra de câmbio	1.147.316	2.125.878
Câmbio vendido a liquidar	1.107	255.332
Adiantamentos sobre contrato de câmbio - (nota 9a)	(959.566)	(610.171)
Total	**188.857**	**1.771.039**

11. Outros Ativos:

a) Composição de outros ativos financeiros	2022	2021
Ativo circulante		
Negociação e intermediação de valores	333.673	30.826
Repasse interfinanceiro - (nota 25a)	208.388	-
Outros	4	3
Subtotal	**542.065**	**30.829**
Ativo não circulante		
Devedores por depósitos em garantia - (nota 18d)	42.602	40.040
Subtotal	**42.602**	**40.040**
Total	**584.667**	**70.869**

b) Composição de outros ativos:	2022	2021
Ativo circulante		
Impostos e contribuições a compensar	120	21.333
Valores a receber sociedades ligadas	737	1.112
Outros valores e bens	1.474	1.044
Adiantamentos e antecipações salariais	1.222	898
Pagamentos a ressarcir	2.112	2.127
Outros	-	497
Subtotal	**5.665**	**27.011**
Ativo não circulante		
Outros valores e bens	33	278
Impostos e contribuições a compensar	104	98
Pagamentos a ressarcir	-	3
Subtotal	**137**	**379**
Total	**5.802**	**27.390**

12. Participações em Controladas: O Banco possui participação de 100% na Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme segue:

	2022	2021
Percentual de participação no capital social	100%	100%
Quantidade de ações detidas	60.000.000	60.000.000
Capital social da controlada	60.000	60.000
Patrimônio líquido da controlada	64.604	60.226
Resultado do período da controlada(i)	4.578	230
Valor contábil do investimento	**64.604**	**60.226**
Resultado de equivalência patrimonial	**4.578**	**230**

(i) A autorização de funcionamento da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários foi publicada em 11 de fevereiro de 2021, portanto o resultado apresentado em 2021 corresponde ao período de 11 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

13. Depósitos	2022					2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	326	-	-	-	**326**	**202**
Depósitos interfinanceiros	-	420.641	-	-	**420.641**	**45.450**
Depósitos a prazo	-	855.041	1.851.273	927.778	**3.634.092**	**1.109.915**
Total	**326**	**1.275.682**	**1.851.273**	**927.778**	**4.055.059**	**1.155.567**

Em 31 de dezembro de 2022 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 102% do DI (100% do DI em 2021).

14. Captações no Mercado Aberto: Em 31 de dezembro de 2022, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R$ 887.315 (R$ 799.333 em 2021), com vencimentos até março de 2023 e taxa média de 13,81% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação. **15. Obrigações por Empréstimos:** As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R$ 6.234.306 (R$ 3.977.177 em 2021) estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos à exportação, com vencimentos até junho de 2023. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 4,30% a 5,51% ao ano (0,13% a 0,20% ao ano em 2021). **16. Obrigações por Repasses:** As obrigações por repasses do exterior no montante de R$ 730.290 (R$ 1.396.454 em 2021) - nota 25a, estão representadas, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até novembro de 2023. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,99% a 5,07% ao ano (0,74% a 1,14% ao ano em 2021).

17. Outros Passivos:

a) Composição de outros passivos financeiros	2022	2021
Passivo circulante		
Relações interdependências	24.788	-
Negociação e intermediação de valores	23.629	705.647
Total	**48.417**	**705.647**

continua

Scotiabank

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

b) Composição de outros passivos	2022	2021
Passivo circulante		
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	63.161
Impostos e contribuições a recolher	18.695	22.858
Provisão para despesas de pessoal	18.678	16.698
Valores a pagar sociedades ligadas	1.486	699
Outros	2.327	3.375
Subtotal	**41.186**	**106.791**
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	14.129	11.244
Outros	-	2.100
Subtotal	**14.129**	**13.344**
Total	**55.315**	**120.135**

18. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: a) Ativos contingentes: O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros. **b) Contingências passivas:** O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3o. O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Provisões para contingências", no passivo não circulante. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R$ 186 (R$ 1.341 em 2021). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R$ 14.533 (R$ 13.422 em 2021), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R$ 5.601 (R$ 5.408 em 2021) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R$ 7.713 (R$ 6.830 em 2021), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal. **c) Obrigações legais:** O processo principal no montante de R$ 20.336 (R$ 19.355 em 2021), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional n° 17 e Lei Complementar nº 7 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d) Movimentação dos saldos

	2022				2021
Provisão para contingências	**Trabalhistas**	**Fiscais**	**Obrigações legais**	**Total**	**Total**
Saldo inicial	3.508	2.937	24.987	31.432	28.528
Constituição	15	-	280	295	2.098
Atualização	96	152	1.342	1.590	806
Pagamento	(2.983)	-	-	(2.983)	-
Total	**636**	**3.089**	**26.609**	**30.334**	**31.432**

	2022				2021
Depósitos judiciais	**Trabalhistas**	**Fiscais**	**Obrigações legais**	**Total**	**Total**
Saldo inicial	89	14.120	25.831	40.040	39.263
Constituição	-	-	280	280	30
Atualização	7	868	1.407	2.282	747
Total – (nota 11a)	**96**	**14.988**	**27.518**	**42.602**	**40.040**

19. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente integralizado, no valor de R$ 2.437.823, está representado por 95.608 (4.204.886.326 em 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404. Em 10 de fevereiro de 2022 e em 24 de maio de 2022, conforme Atas de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, o Banco recebeu recursos dos acionistas para o aumento do capital social nos montantes de R$ 780.114 e de R$ 722.494 respectivamente, representados por 2.591.420.901 e por 2.341.326.437 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os processos foram aprovados pelo BACEN em 16 de fevereiro de 2022 e em 08 de junho de 2022. Em 15 de dezembro de 2022, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R$ 138.336, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. O processo está em fase de homologação pelo BACEN. A Diretoria Executiva deliberou sobre grupamento da totalidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, considerando, inclusive, as ações emitidas no aumento de capital, sendo o grupamento calculado com base na proporção de 100.000 por 1 ação da mesma espécie. Desta forma, o capital social antes dividido em 9.560.846.423 passa a ser representado por 95.608 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **b) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes. **c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A Administração deliberará em Assembleia Geral, anualmente, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme Ata da Diretoria, foram aprovados para pagamento: I. Dividendos no valor de R$ 1.000 (R$ 1.500 em 2021). II. Juros sobre o capital próprio no valor de R$ 138.336 (R$ 46.656 em 2021), já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R$ 24.412 (R$ 8.233 em 2021).

20. Imposto de Renda e Contribuição Social:

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações:

	2022		2021	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	**592.244**	**592.244**	**320.132**	**320.132**
Juros sobre o capital próprio	(162.748)	(162.748)	(54.889)	(54.889)
Adições/(exclusões) temporárias	**(827.946)**	**(827.946)**	**(135.083)**	**(135.083)**
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(803.417)	(803.417)	(150.607)	(150.607)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(34.276)	(34.276)	11.305	11.305
Outras	9.747	9.747	4.219	4.219
Adições/(exclusões) permanentes	**6.516**	**6.520**	**11.390**	**1.857**
Base tributável	**(391.934)**	**(391.930)**	**141.550**	**132.017**
Alíquotas	25%	20%	25%	22%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	**-**	**-**	**(35.363)**	**(29.480)**
Incentivos fiscais	-	-	1.682	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	**-**	**-**	**(33.681)**	**(29.480)**
Créditos tributários	92.443	73.937	(427)	(342)
Passivo fiscal diferido	(201.425)	(161.140)	(33.344)	(26.675)
Total	**(108.982)**	**(87.203)**	**(67.452)**	**(56.497)**

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	**Saldos em 31/12/2021**	**Constituição**	**Realização/ reversão**	**Saldos em 31/12/2022**
Refletido no resultado	**101.304**	**193.780**	**(27.400)**	**267.684**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	176.392	-	176.392
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13.163	801	(338)	13.626
Provisões indedutíveis	10.837	7.820	(6.713)	11.944
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	75.525	3.457	(18.818)	60.164
Provisão para risco de crédito - debêntures	203	-	(62)	141
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como negociação	218	77	(111)	184
Ajuste a valor de mercado de operações compromissadas	-	33	-	33
Outros	1.358	5.200	(1.358)	5.200
Refletido no patrimônio líquido	**14.913**	**1.030**	**(3.817)**	**12.126**
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	14.913	1.030	(3.817)	12.126
Total	**116.217**	**194.810**	**(31.217)**	**279.810**

Passivo fiscal diferido	**Saldos em 31/12/2021**	**Constituição**	**Realização/ reversão**	**Saldos em 31/12/2022**
Refletido no resultado				
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	(57.746)	(385.813)	22.113	(421.446)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(9.488)	(1.027)	-	(10.515)
Marcação a mercado de operações compromissadas	(2.162)	-	2.162	-
Total	**(69.396)**	**(386.840)**	**24.275**	**(431.961)**

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de realização	**Diferenças temporárias**	**Prejuízo fiscal e base negativa**	**Total**
1º ano	9.167	7.541	16.708
2º ano	13.621	1.593	15.214
3º ano	19.537	26.830	46.367
4º ano	21.549	33.010	54.559
5º ano	20.784	34.202	54.986
6º ano ao 10º ano	18.760	73.216	91.976
Total	**103.418**	**176.392**	**279.810**
Valor presente (i)	**69.423**	**105.720**	**175.143**

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada. **21. Partes Relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. **a) Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Disponibilidades	**1.574**	**3.690**	**9.489**	**3.673**
BNS	1.574	3.690	9.489	3.673
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**-**	**-**	**21**	**-**
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	-	-	21	-
Carteira de câmbio - posição ativa	**-**	**464.970**	**(71.319)**	**101**
BNS	-	464.970	(71.319)	101
Depósitos a vista	**(246)**	**(97)**	**-**	**-**
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	(246)	(97)	-	-
Captações no mercado aberto	**-**	**(4.701)**	**(135)**	**(9)**
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	-	(4.701)	(135)	(9)
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços	**(749)**	**413**	**13.917**	**15.151**
BNS	(1.430)	(576)	14.163	15.483
Scotiabank Inverlat (México)	(45)	-	(330)	(416)
Scotiabank Colpatria (Colômbia)	726	989	(77)	9
Scotiabank Peru	-	-	(144)	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	-	-	305	75
Obrigações por empréstimos	**(6.234.306)**	**(3.977.177)**	**(11.964)**	**(28.386)**
BNS	(6.234.306)	(3.977.177)	(11.964)	(28.386)
Obrigações por repasses	**(730.290)**	**(1.396.454)**	**91.784**	**(79.475)**
BNS	(730.290)	(1.396.454)	91.784	(79.475)
Carteira de câmbio - posição passiva	**-**	**(485.570)**	**88.273**	**(20.538)**
BNS	-	(485.570)	88.273	(20.538)
Outras receitas/(despesas) operacionais	**-**	**-**	**-**	**48**
Scotiabank Colpatria (Colômbia)	-	-	-	48

b) Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizam R$ 21.952 (R$ 21.423 em 2021), sendo formadas por R$ 13.272 (R$ 12.092 em 2021), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R$ 8.680 (R$ 9.331 em 2021), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **22. Pagamento Baseado em Ações:** Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU. **a) Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo provisionado para este plano é de R$ 6.546 (R$ 4.788 em 2021) e a quantidade total de ações é de 48.495 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R$ 0,26 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R$ 4.620 (R$ 4.713 em 2021). **b) Plano de unidades de ações por desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*):** De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (retorno sobre o patrimônio líquido e retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo provisionado para este plano é de R$ 7.822 (R$ 7.486 em 2021) e a quantidade total de ações é de 30.172 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R$ 0,26 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R$ 2.981 (R$ 7.112 em 2021). **23. Benefícios a Empregado Pós-Emprego:** Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total da despesa registrada no período para este plano é de R$ 948 (R$ 1.872 em 2021). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados. **24. Índice de Basileia e Limites Operacionais:** O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil, formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado é de 25,46% (12,14% em 2021), o Patrimônio de Referência de R$ 2.999.816 (R$ 1.262.221 em 2021) e o patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (*RWA*) de R$ 904.500 (R$ 786.432 em 2021). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o índice de imobilização. **25. Outras Informações: a) Operações ativas vinculadas:** Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Operações de crédito				
NCE - (nota 9a)	521.902	1.396.454	(99.911)	263.164
Repasse interfinanceiro - (nota 11a)	208.388	-	8.126	-
ACC	-	317.056	(31.047)	37.552
Obrigações por empréstimos e repasses				
Repasses do exterior - (nota 16)	(730.290)	(1.396.454)	91.785	(263.164)
Empréstimos no exterior	-	(316.092)	31.303	(35.617)
Total líquido	**-**	**964**	**256**	**1.935**

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677.

b) Despesas de pessoal	2022		2021
	2° Semestre	**Exercício**	**Exercício**
Proventos	28.511	61.479	56.983
Encargos sociais	9.014	20.772	22.189
Benefícios	2.872	5.314	5.014
Outras	363	834	1.962
Total	**40.760**	**88.399**	**86.148**

c) Outras despesas administrativas	2022		2021
	2° Semestre	**Exercício**	**Exercício**
Processamento de dados	4.892	9.590	10.699
Serviços do sistema financeiro	4.546	8.190	4.822
Aluguéis	2.105	3.971	3.447
Serviços técnicos especializados	937	2.730	2.398
Serviços de terceiros	1.829	3.537	2.264
Comunicações	654	1.274	1.402
Depreciação/amortização	1.543	2.478	1.261
Contribuições filantrópicas	1.500	1.500	1.200
Condomínio	304	594	562
Água, energia e gás	309	701	731
Outras	1.543	3.206	1.789
Total	**20.162**	**37.771**	**30.575**

d) Plano de implementação Resolução CMN nº 4.966: Em cumprimento ao disposto no art. 76 da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, alinhando os critérios contábeis do COSIF com os estabelecidos pela norma internacional IFRS 9, a partir de 1° de janeiro de 2025, o Grupo Scotiabank Brasil elaborou o plano de implementação da nova regulamentação contábil, considerando o cenário, ramo de atuação, estratégia de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos. A Administração entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas, controles e sistemas. Estabelecemos um cronograma de implementação que contempla a realização de atividades ao longo dos exercícios de 2023 e 2024, dependendo ainda de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão mensurados após a definição completa dos normativos regulatórios.

e) Resultado recorrente e não recorrente	2022		2021
	2° Semestre	**Exercício**	**Exercício**
Lucro líquido do semestre/exercício	**327.565**	**396.059**	**196.183**
Resultado não recorrente	**(1.274)**	**(8.786)**	**(1.451)**
Majoração da alíquota da CSLL no crédito tributário e passivo fiscal diferido	-	-	(1.451)
Reorganização societária CIP (nota 6)	(56)	(7.568)	-
Comissão recebida pela liquidação antecipada de debêntures	(1.218)	(1.218)	-
Lucro líquido recorrente	**326.291**	**387.273**	**194.732**

f) Outras receitas operacionais	2022		2021
	2° Semestre	**Exercício**	**Exercício**
Rendas recebidas adiantamentos sobre contratos de câmbio vencidos	-	8.619	-
Reversão de provisões operacionais (i)	5.970	7.103	-
Recuperação de encargos e despesas	153	277	14
Atualizações monetárias	1.265	2.282	117
Outras	1.721	1.784	522
Total	**9.109**	**20.065**	**653**

(i) Refere-se basicamente a reversão de provisão de bônus e despesas administrativas.

g) Outras despesas operacionais	2022		2021
	2° Semestre	**Exercício**	**Exercício**
Provisão de ajustes prudenciais	1.721	8.539	2.346
Outras	-	732	952
Total	**1.721**	**9.271**	**3.298**

Diretoria

Paulo André Campos Bernardo
Antonio Pianucci

Izabel Eliza Oliveira Salvucci
Jaques Mester

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. **Sistemas de controles internos e de administração de riscos:** O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez. Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Banco são adequados e suficientes. **Cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas:** O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização. **Auditoria interna:** O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução. O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização. **Auditoria externa:** O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis. O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **Demonstrações financeiras:** O Comitê analisou as demonstrações contábeis em conjunto com as notas explicativas, relativas ao exercício 2022 e debateu com a KPMG e com executivos da Organização antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Conclusão:** O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste relatório são verídicas, atendem às requisições definidas na Resolução CMN nº 4.910 e que o sistema de controles do Scotiabank Brasil S.A. é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 1º de março de 2023.

Comitê de Auditoria

Relatório dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo - *São Paulo - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Ver notas explicativas 3g, 9c e 9d das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3g, 9c e 9d, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito totaliza, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 133.697 mil. Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("rating"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira, e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perdas relacionados a cada nível de riscos, envolvem premissas e julgamentos feitos pelo Banco baseados em suas metodologias internas de avaliação dos níveis de risco dos clientes. Devido à relevância das operações de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: • Avaliamos o desenho dos controles internos e a efetividade chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("*ratings*") dos clientes, que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; • Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias internas e premissas utilizadas para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a provisão complementar, como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira. Essa análise foi com base em entendimento dos processos do cliente e comparação de dados de mercado com a análise de credito; • Analisamos, para todos os clientes da carteira, o cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; • Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas utilizadas na mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022. **Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos:** Ver notas explicativas 3e e 7 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3e e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 3.240.012 mil (ativo) e R$ 1.120.678 mil (passivo) e são contabilizados pelo valor de mercado. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos e operações de futuro, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, Corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos re-

continua

Scotiabank — Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

conhecidos a outros tipos de instrumentos financeiros. Devido à relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e o fato do cálculo do valor de mercado basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: • Avaliamos o desenho, dos controles internos chaves implementados pelo Banco relacionados a processos de aprovação, registro e atualização das operações, para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros; • Recalculamos, com base em amostragem da carteira de instrumentos derivativos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros com base em informações observáveis no mercado, como taxas de câmbio, índices econômicos e outras taxas divulgadas por entidades reguladoras ou de mercado; e em certos casos a aplicação de política interna do Banco; • Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2023.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP - 1SP271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 39.696.805/0001-57

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

Scotiabank

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações. A Corretora encerrou o exercício de 2022 com um lucro líquido de R$ 4.578 (R$ 230 em 2021), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de 7,33%. Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. A autorização de funcionamento da Corretora foi publicada em 11 de fevereiro de 2021 no Diário Oficial da União, pelo Banco Central do Brasil. A Corretora iniciou suas atividades em 1º de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais estrangeiros e seu plano de negócios está sendo seguido integralmente e com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva. A pandemia não afetou a capacidade operacional da Corretora e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da Covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários. A Corretora continua com sua política conservadora no que tange à administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

Agradecimentos

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	**248**	**198**	**Passivos financeiros**		**258.798**	**87.794**
Ativos financeiros		**326.451**	**148.686**	Negociação e intermediação de valores	8	258.798	87.794
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	4.701	**Outros passivos**	10	**5.844**	**2.182**
Títulos e valores mobiliários	6	67.416	59.856	Diversos		5.844	2.182
Negociação e intermediação de valores	8	259.035	84.129				
Outros ativos	9	**1.377**	**239**				
Diversos		1.377	239				
Créditos tributários	12b	**410**	**109**	**Patrimônio líquido**		**64.604**	**60.226**
Imobilizado de uso		**168**	**217**	Capital social	11	60.000	60.000
Imóveis de uso		8	8	Reservas de lucros	11	4.808	230
Outras imobilizações de uso		220	224	Outros resultados abrangentes	3d	(204)	(4)
Depreciações acumuladas		(60)	(15)				
Intangível		**592**	**753**				
Ativos intangíveis		807	807				
Amortizações acumuladas		(215)	(54)				
Total do ativo		**329.246**	**150.202**	**Total do passivo**		**329.246**	**150.202**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros				
	Capital Social	Legal	Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-
Constituição do capital social	60.000	-	-	-	-	60.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(4)	-	(4)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	230	230
Constituição de reserva legal	-	11	-	-	(11)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	219	-	(219)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**60.000**	**11**	**219**	**(4)**	**-**	**60.226**
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(200)	-	(200)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.578	4.578
Constituição de reserva legal	-	229	-	-	(229)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	4.349	-	(4.349)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**60.000**	**240**	**4.568**	**(204)**	**-**	**64.604**
Saldos em 30 de junho de 2022	**60.000**	**117**	**219**	**(73)**	**2.018**	**62.281**
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(131)	-	(131)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.454	2.454
Constituição de reserva legal	-	123	-	-	(123)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	4.349	-	(4.349)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**60.000**	**240**	**4.568**	**(204)**	**-**	**64.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

		2022		2021
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		**4.045**	**7.469**	**2.289**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.045	7.469	2.289
Despesas da intermediação financeira		**(12)**	**(21)**	**(14)**
Operações de captação no mercado aberto		(12)	(21)	(14)
Resultado bruto da intermediação financeira		**4.033**	**7.448**	**2.275**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**206**	**317**	**(1.561)**
Receitas de prestação de serviços	19	8.470	17.013	3.417
Despesas de pessoal	20	(5.160)	(10.771)	(3.352)
Outras despesas administrativas	21	(2.111)	(3.999)	(1.190)
Despesas tributárias		(1.006)	(1.990)	(436)
Outras receitas operacionais		190	272	-
Outras despesas operacionais		(177)	(208)	-
Resultado operacional		**4.239**	**7.765**	**714**
Resultado não operacional		**-**	**(5)**	**-**
Resultado antes da tributação e participação nos lucros		**4.239**	**7.760**	**714**
Imposto de renda e contribuição social	12a	**(1.785)**	**(3.182)**	**(372)**
Provisão para imposto de renda		(745)	(2.062)	(302)
Provisão para contribuição social		(488)	(1.288)	(176)
Ativo fiscal diferido		(552)	168	106
Participações no lucro		**-**	**-**	**(112)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**2.454**	**4.578**	**230**
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		**40,90**	**76,30**	**3,83**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	**2.454**	**4.578**	**230**
Itens que podem ser classificados para o resultado			
Variação no valor mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	**(131)**	**(200)**	**(4)**
Títulos e valores mobiliários	(218)	(333)	(7)
Efeito fiscal	87	133	3
Resultado abrangente do semestre/exercício	**2.323**	**4.378**	**226**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2022		2021
Atividades operacionais	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	**2.454**	**4.578**	**230**
Ajustes ao lucro líquido	**653**	**42**	**(37)**
Impostos diferidos	552	(168)	(106)
Depreciação e amortização	101	206	69
Perda na baixa de imobilizado	-	4	-
Variação de ativos e passivos operacionais	**(3.540)**	**(9.271)**	**(54.255)**
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(3.743)	(7.893)	(59.863)
(Aumento)/redução em negociação e intermediação de valores	(119)	(3.902)	3.665
(Aumento) em outros ativos	(373)	(1.138)	(239)
Aumento em outros passivos	695	3.662	2.182
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	**(433)**	**(4.651)**	**(54.062)**
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(232)
Aplicações no ativo intangível	-	-	(807)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	**-**	**-**	**(1.039)**
Atividades de financiamento			
Integralização de capital social	-	-	60.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**-**	**-**	**60.000**
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(433)**	**(4.651)**	**4.899**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	681	4.899	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	248	248	4.899
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(433)**	**(4.651)**	**4.899**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, através da intermediação das operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para clientes institucionais estrangeiros que investem no país, oferecendo a eles uma estrutura integral e "*end to end*" ("de ponta a ponta") em linha com as legislações vigentes. A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Grupo Scotiabank Brasil"). A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo e é controlada pelo *The Bank of Nova Scotia* ("BNS"). A Corretora foi constituída em 6 de novembro de 2020. A autorização de funcionamento foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021 e recebeu a última concessão da CVM em 26 de julho de 2021. As atividades operacionais foram iniciadas em 1º de novembro de 2021. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 1º de março de 2023. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras. **3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora. **b) Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado. **d) Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. **e) Permanente:** • **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; • **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas por *impairment*. **g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei 9.430/1996. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689. A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie e pessoas jurídicas do setor financeiro, foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP nº 1.115. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Corretora possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias. Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social. Com base na Resolução CMN nº 4.842, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos. **h) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **i) Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis da Corretora participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. A Corretora contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 17). **j) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. **k) Outros ativos:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias, ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **l) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridos. **m) Resultado não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os resultados da Corretora são integralmente recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	**2022**	**2021**
Disponibilidades em moeda nacional	248	198
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada - Ligadas	-	4.701
Total	**248**	**4.899**

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**2022**	**2021**
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada - Ligadas (nota 15)	-	4.701
Total	**-**	**4.701**

6. Títulos e Valores Mobiliários: O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Títulos disponíveis para venda

	2022				2021	
Carteira própria	Sem vencimento	Acima de 12 meses	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
LTN	-	60.914	60.914	61.254	54.215	54.222
Subtotal	**-**	**60.914**	**60.914**	**61.254**	**54.215**	**54.222**
Vinculados a prestação de garantias (i)						
Cotas de fundo de investimento	6.502	-	6.502	6.502	5.641	5.641
Subtotal	**6.502**	**-**	**6.502**	**6.502**	**5.641**	**5.641**
Total	**6.502**	**60.914**	**67.416**	**67.756**	**59.856**	**59.863**

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **7. Gerenciamento de Riscos: Administração de risco operacional:** A Corretora está inserida no ambiente de controles internos do Grupo Scotiabank Brasil, que possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo. A estrutura de risco operacional também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo Scotiabank Brasil. **Administração de riscos de mercado e liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958. **Administração de risco de crédito:** Em linha com as regulamentações do BACEN e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo Scotiabank Brasil e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Grupo. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição. **Gerenciamento de capital:** O Grupo Scotiabank Brasil está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: http://www.br.scotiabank.com (não auditado). **Hierarquia de valor justo:** Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo. **Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.557 e da Resolução BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária. As carteiras de negociação são formadas pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: estejam livres de impedimento legal para venda; e sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor. Os ajustes ao valor de mercado dos instrumentos devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta de receita ou de despesa, no resultado do período das instituições. Na carteira bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Grupo, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento e os instrumentos da carteira de tesouraria. A fim de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais cenários, o Grupo realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração. **8. Negociação e Intermediação de Valores:** Refere-se a caixas de registro e liquidação - compensação financeira e a devedores - conta liquidações pendentes no montante de R$ 259.035 (R$ 84.129 em 2021) e a credores - conta liquidações pendentes no montante de R$ 258.798 (R$ 87.794 em 2021).

9. Outros Ativos	**2022**	**2021**
Ativo circulante		
Impostos e contribuições a compensar	1.286	239
Despesas antecipadas	84	-
Adiantamentos e antecipações salariais	7	-
Total	**1.377**	**239**

10. Outros Passivos	**2022**	**2021**
Passivo circulante		
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros - (nota 12a)	3.350	478
Impostos e contribuições a recolher	1.322	645
Provisão para despesas de pessoal	786	391
Provisão para outras despesas administrativas	59	60
Valores a pagar sociedades ligadas	1	-
Credores diversos	-	496
Gratificações e participações a pagar	-	112
Subtotal	**5.518**	**2.182**
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	326	-
Subtotal	**326**	**-**
Total	**5.844**	**2.182**

11. Patrimônio Líquido: O capital social, totalmente integralizado, no valor de R$ 60.000 está representado por 60.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **a) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. **b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. Os acionistas deliberaram pela retenção de todo o lucro, conforme as disposições do artigo 202 da Lei nº 11.638.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social:

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	**7.760**	**7.760**	**602**	**602**
Adições/(exclusões) temporárias	**419**	**419**	**265**	**265**
Outras despesas administrativas	419	419	265	265
Adições/(exclusões) permanentes	**225**	**225**	**444**	**158**
Base tributável	**8.404**	**8.404**	**1.311**	**1.025**
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	**(2.077)**	**(1.288)**	**(304)**	**(176)**
Incentivos fiscais	15	-	2	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes - (nota 10)	**(2.062)**	**(1.288)**	**(302)**	**(176)**
Créditos tributários	105	63	66	40
Total	**(1.957)**	**(1.225)**	**(236)**	**(136)**

continua

Scotiabank — Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

continuação

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldos em 31/12/2021	Constituição	Realização/ reversão	Saldos em 31/12/2022
Refletido no resultado	**106**	**270**	**(102)**	**274**
Provisões indedutíveis	106	270	(102)	274
Refletido no patrimônio líquido	**3**	**136**	**(3)**	**136**
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	3	136	(3)	136
Total	**109**	**406**	**(105)**	**410**

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Total
1º ano	203	203
2º ano	196	196
3º ano	11	11
Total	**410**	**410**
Valor presente (*)	**343**	**343**

(*) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

13. Limites de Basileia e Limites Operacionais: A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Conglomerado"), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 25,46% (12,14% em 2021), sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN. **14. Passivos Contingentes:** A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **15. Partes Relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(passivo) 2022	Ativo/(passivo) 2021	Receitas/(despesas) 2022	Receitas/(despesas) 2021
Disponibilidades	**246**	**97**	**-**	**-**
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	246	97	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**-**	**4.701**	**135**	**9**
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	4.701	135	9
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços	**(1)**	**-**	**(306)**	**(75)**
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	-	(305)	(75)
Scotiabank Colpatria (Colômbia)	(1)	-	(1)	-
Captações no mercado aberto	**-**	**-**	**(21)**	**-**
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	-	(21)	-

16. Remuneração da Administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizam R$ 2.280 (R$ 510 em 2021) sendo formadas por R$ 2.210 (R$ 510 em 2021) que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R$ 70 que representa remuneração baseada em ações e encargos. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo registrado relativo à remuneração baseada em ações. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **17. Pagamento Baseado em Ações:** Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto, no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU. **Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo provisionado para este plano é de R$ 162 e a quantidade total de ações é de 3.763 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R$ 0,26 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R$ 311. Em 31 de dezembro de 2021 não havia saldo registrado. **18. Benefícios a Empregados Pós-emprego:** Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total da despesa registrada no período para este plano é de R$ 83 (R$ 20 em 2021). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados. **19. Receitas de Prestação de Serviços:** São compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, no montante de R$ 17.013 (R$ 3.417 em 2021).

20. Despesas de Pessoal	2022	2021
Proventos	7.128	2.241
Encargos sociais	2.491	859
Benefícios	1.058	222
Treinamento	94	30
Total	**10.771**	**3.352**

21. Outras Despesas Administrativas	**2022**	**2021**
Processamento de dados	2.199	328
Serviços do sistema financeiro	782	412
Serviços técnicos especializados	211	293
Amortização/depreciação	206	69
Comunicações	126	38
Aluguéis	57	-
Publicações	18	32
Outras	400	18
Total	**3.999**	**1.190**

22. Plano de Implementação Resolução CMN nº 4.966: Em cumprimento ao disposto no art. 76 da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, alinhando os critérios contábeis do COSIF com os estabelecidos pela norma internacional IFRS 9, a partir de 1° de janeiro de 2025, o Grupo Scotiabank Brasil elaborou o plano de implementação da nova regulamentação contábil, considerando o cenário, ramo de atuação, estratégia de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos. A Administração entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas, controles e sistemas. Estabelecemos um cronograma de implementação que contempla a realização de atividades ao longo dos exercícios de 2023 e 2024, dependendo ainda de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN. Os impactos nas demonstrações financeiras serão mensurados após a definição completa dos normativos regulatórios.

Diretoria

Paulo André Campos Bernardo
Antonio Pianucci
Jaques Mester
Rodrigo Almeida Sergio

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de março de 2023.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP - 1SP271754/O-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 15/2023

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente EDITAL: 15/2023 MODALIDADE: Pregão Eletrônico OBJETO: aquisição de massa asfáltica ENCERRAMENTO: às 13:00h do dia 17/03/2023 ABERTURA: às 13:30h do dia 17/03/2023 INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro TELEFONES: (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO www.presidenteprudente.sp.gov.br Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 02 de março de 2023 Walner Silvestre – Licitador Depto. Compras

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

ADJUDICAÇÃO - COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 2143/22 - RC 7013/2022.

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, ADJUDICA às empresas abaixo ao fornecimento de **"MEDICAMENTO"**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

COD	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	EMPRESA	CNPJ
51242	VORICONAZOL 200MG COMPRIMIDO REVESTIDO	ACCORD FARMACEUTICA LTDA	64.171.697/0001-46

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 044/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS ORAIS E TÓPICOS (LINHA GERAL – FENILEFRINA, FENOTEROL E OUTROS), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (FMS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 03 de março de 2023 a 16 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 16 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 16 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 02 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 053/2023**.
ORIGEM: FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE FORTALEZA - CITINOVA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENSINO PARA OS CURSOS DE INGLÊS, ATRAVÉS DE PLATAFORMA EDUCACIONAL DE LÍNGUA INGLESA DE 15.000 (QUINZE MIL) LICENÇAS DE ACESSO, NO MODELO SOFTWARE AS A SERVICE (SAAS), POR DEMANDA, COM ANCORAGEM PRÓPRIA EM NUVEM, PERFIL PEDAGÓGICO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 03 de março de 2023 a 16 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 16 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 16 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 02 de março de 2023.
HAMER SOARES RIOS
Pregoeiro(a) da CLFOR

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DA LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 048/2023- CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119.005/2022 - EMSERH

OBJETO: Aquisição de OPME - Órteses Próteses e Materiais Especiais – Cirurgias (insumos para NEUROCIRURGIA), para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por LOTE.
SITUAÇÃO DA LICITAÇÃO: ADIADO ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO.
Justificativa: Conforme solicitação do setor demandante para readequações técnicas.
Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br.)
Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes--e.com.br.**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails **"csl.emserh.ma@gmail.com"** e **thyago.csl.emserh@gmail.com** ou pelo **Telefone (98) 3235-7333**.

São Luís (MA), 27 de fevereiro de 2023.

Thyago Monte Souza
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 055/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA - IJF - NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL (ALFENTANILA, CISATRACURIO E OUTROS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (FMS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES
DO TIPO: MENOR PREÇO.
FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 03 de março de 2023 a 16 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 16 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 16 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 02 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 074/2023-CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161.868/2022- EMSERH

OBJETO: Contratação de empresas especializada no fornecimento de **Suplementos Módulos Nutricionais** para atender as necessidades das Unidades de Saúde administradas pela EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
DATA DA ABERTURA: às **09h00min** do dia **16/03/2023**, horário de Brasília/DF.
ID nº [988962]
LOCAL DE REALIZAÇÃO: www.licitacoes-e.com.br.
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou l**eonardo-monteiro.emserh@gmail.com**, ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 28 de fevereiro de 2023.

Leonardo Aires Monteiro
Agente de Licitação da EMSERH

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 281/2022-CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 224.111/2021 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no Fornecimento de Solução de Grandes Volumes, para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
NOVA DATA DA ABERTURA: às **09h00min** do dia **17/03/2023**, horário de Brasília/DF.
NOVO ID [988959]
LOCAL DE REALIZAÇÃO: www.licitacoes-e.com.br
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou **dayanne.emserh@gmail.com**, ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 28 de fevereiro de 2023.

Dayanne Estrela da Costa Leite
Agente de Licitação da EMSERH

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – AVISO DE RETIFICAÇÃO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008.12/2022-CP – A Comissão Especial de Licitação de Itapipoca-Ce torna público, para conhecimento dos interessados o resultado do Julgamento de Habilitação referente à Concorrência Pública Nº 008.12/2022-CP com o seguinte **OBJETO:** Construção de 10 (Dez) Campos de Futebol (Areninhas), em Diversas Localidades do Município de Itapipoca no âmbito do Programa de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Itapipoca/CE PRODESA: EMPRESAS HABILITADAS: 01 – DATERRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME - 10.477.919/0001-24. 02 – M A FEITOSA DE SOUSA LTDA - 41.356.135/0001-71 03 – A & V PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME - 06.981.069/0001-20 04 – R. MEIRA ENGENHARIA EIRELI – EPP -07.279.114/0001-61 05 – CONSTRUTORA AG LTDA - 34.326.829/0001-09 06 – BWS CONSTRUÇÕES LTDA - 00.079.526/0001-09 07 – RVP CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS EIRELI - 07.876.676/0001-92 08 – ATHOS CONSTRUÇÕES LTDA - 08.237.585/0001-70 09 – CLEZINALDO S DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES – EPP - 22.575.652/0001-97; **ONDE SE LÊ: EMPRESA INABILITADA**: 10 – MK SERVIÇOS EM CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE - 35.864.328/0001-30 11 – LRS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA Inscritas no CNPJ 30.566.030/000120 12 - A N DE FREITAS ANF ENGENHARIA UNIPESSOAL LTDA Inscritas no CNPJ 28.432.179/0001-75 13 – SOCCER GRASS ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA Inscritas no CNPJ 07.875.405/0001-12. 14 – FRANCISCO ANDERSON LUCIO 05880849309 Inscritas no CNPJ 29.648.829/0001-87 15 – BOA VISTA EMPREENDIMENTOS LTDA Inscritas no CNPJ 05.586.832/0001-55 16 – CONSTRUTORA IMPACTO COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI Inscritas no CNPJ 00.611.868/0001-28. **LEIA-SE AGORA: EMPRESA INABILITADA: 10 – MK SERVIÇOS EM CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE** - 35.864.328/0001-30 **11 – LRS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA** Inscritas no CNPJ 30.566.030/000120 **12 - A N DE FREITAS ANF ENGENHARIA UNIPESSOAL LTDA** Inscritas no CNPJ 28.432.179/0001-75 **13 – SOCCER GRASS ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA** Inscritas no CNPJ 07.875.405/0001-12. **14 – FRANCISCO ANDERSON LUCIO 05880849309** Inscritas no CNPJ 29.648.829/0001-87 **15 – BOA VISTA EMPREENDIMENTOS LTDA** Inscritas no CNPJ 05.586.832/0001-55 **16 – CONSTRUTORA IMPACTO COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI** Inscritas no CNPJ 00.611.868/0001-28. **17- BN DE FREITAS BNF ENGENHARIA UNIPESSOAL LTDA** Inscritas no CNPJ 17.274.179/0001-78. Fica a partir desta data aberto o quinquídio legal para prazo recursal. Caso não haja recurso fica aberto o prazo para **Abertura das Propostas** para o dia **13 de Março de 2023, às 10h,** na sala de reuniões da Comissão situada na Rua Antônio Oliveira Menezes, por trás do Camelódromo, S/N°, Centro, Itapipoca/CE. Maiores informações na sede da Comissão Especial de Licitação, com Endereço: Rua Antônio Oliveira Menezes, no horário de 08h às 12h e das 14h às 17h de segunda a sexta feira. A ata estará disponível no www.tce.ce.gov.br/licitações, ou pelo E-mail: licitacao.prodesa@itapipoca.ce.gov.br. **Cleidiana Pereira de Araújo – Presidente da CEL.**

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO – SECOVI-SP
CNPJ nº 60.746.898/0001-73
Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, na forma dos arts. 17, §1º, §2º **e §4º** e 18, I do Estatuto, ficam convocados todos os integrantes da categoria econômica representada pelo SECOVI-SP, CNPJ nº 60.746.898/0001-73, associados ou não, em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 08 de março de 2023, com início às 10h30 (dez horas e trinta minutos) em primeira convocação, em suporte digital através da plataforma Zoom, com acesso por meio do link https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZ0lc-mgpjkvH9y_bM28U7_BoijGT_fcuRk4, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) Outorga de plenos poderes à Diretoria do SECOVI-SP para entabular e finalizar negociações coletivas durante o período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024 com as correspondentes entidades sindicais representativas das categorias profissionais simétricas, nas respectivas datas-base ou, havendo necessidade, fora delas, e, quando provocado, com as entidades sindicais representativas de categorias profissionais assimétricas, bem como firmar convenções e/ou acordos coletivos de trabalho e/ou termos aditivos, inclusive emergenciais, representar os interesses da categoria perante os CEJUSC's da Justiça do Trabalho em disputas coletivas e/ou individuais, instaurar e defender a categoria econômica em processos de dissídios coletivos com todas as entidades sindicais profissionais, assim entendidas as de primeiro, segundo e terceiro graus;
b) Deliberar sobre contribuição assistencial/negocial para custeio da negociação coletiva de trabalho e fixar seus valores e vencimentos;
c) Outros assuntos de interesse da categoria.

Não havendo, na hora acima indicada, número legal de participantes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação, às 10h40 (dez horas e quarenta minutos), com qualquer número de presentes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.
ELY FLÁVIO WERTHEIM - CEO SECOVI-SP

COMUNICADO - ADITAMENTO Nº 01

PG SABESP CSS 04148/22 - Prestação de Serviços de Locação de Veículos nas Categorias Passageiro, Comercial Leve e Utilitário, com Quilometragem Livre, para Execução de Serviços de Transporte de Pessoas, Materiais e Equipamentos das Unidades da Sabesp, sem fornecimento de mão de obra, dividida em 04 Itens. Edital_Aditamento 01 disponível para "download" a partir de 03/03/2023 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "cadastre sua empresa". Envio das Propostas a partir da 00h00 de 24/03/23 até as 09h00 de 27/03/23 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. S.P. 03/03/2023 - (CP) A Diretoria.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rogério Werneck

Neoperonismo em Brasília

Mal findo o carnaval, o noticiário foi dominado pela barragem de críticas da "ala política do governo" à proposta, perfeitamente defensável, da nova equipe econômica de reverter a desoneração eleitoreira de combustíveis a que o governo Bolsonaro recorrera no ano passado.

Eram críticas lideradas de forma ostensiva por ninguém menos que a própria presidente do PT. "Não somos contra taxar combustíveis, mas fazer isso agora é penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha" (**Estadão**, 26/2). E qual era mesmo esse compromisso?

Vale rememorar a fala de Lula na inserção veiculada no rádio e na televisão como propaganda partidária do PT, em março do ano passado. Uma preciosidade: 30 segundos de discurso populista em estado puro. "Meus amigos e minhas amigas. Alguém aí na sua casa ganha em dólar? Seu salário sobe quando o dólar sobe? Então por que a Petrobras está reajustando o preço do combustível em dólar? O Brasil é autossuficiente em petróleo. E o custo do nosso petróleo é em real. Nos governos do PT, a gasolina, o gás e o diesel eram em real. Lutar para abrasileirar os preços dos combustíveis é um compromisso do PT. Se a gente quiser, a gente pode."

O compromisso de campanha era abandonar o alinhamento de preços internos a preços internacionais. E baixá-los na marra. Mas isso só será possível quando o governo conseguir, de fato, "botar as mãos" na Petrobras, a partir de abril, quando o Conselho de Administração for renovado.

> *Em grave transgressão de regra básica de política tributária, governo taxa exportações*

Aí, sim, os preços poderiam ser "abrasileirados". E a tributação de combustíveis nem mesmo seria sentida pelos consumidores. Esse era o plano que cumpriria o desajuizado compromisso de campanha de Lula com a replicação no Brasil de uma velha e desastrosa política argentina. Ao longo de mais de 75 anos, a "argentinização" de preços das principais commodities exportadas pela Argentina vem sendo uma obsessão de sucessivos governos peronistas.

No início da semana, passou a ser aventada a possibilidade de uma "solução salomônica", com reversão apenas parcial da desoneração e alguma redução nos preços cobrados pela Petrobras. Mas, na alquimia que afinal se anunciou, o governo se permitiu incluir algo bem mais grave: um arranjo neoperonista de tributação de exportações de petróleo.

Não se trata de uma transgressão menor na condução da política tributária. País afora, soaram alarmes nos setores exportadores que, há anos, vinham temendo que a bandeira neoperonista da taxação de exportações acabasse também desfraldada no Brasil. ●

ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Valores a receber **Regaste**

Maioria tem menos de R$ 10 'esquecidos' em contas

A maioria das pessoas que têm dinheiro esquecido em contas antigas receberá valores abaixo de R$ 10. Segundo o Banco Central (BC), a segunda fase do Sistema de Valores a Receber (SVR), contabilizou mais de R$ 6 bilhões parados nas instituições financeiras, aguardando liberação para cerca de 38,5 milhões de pessoas físicas e 2,4 milhões de empresas.

Conforme o BC, 29,2 milhões de contas, o equivalente a 62,55% do total, têm menos de R$ 10 de valores "esquecidos" a serem resgatados. Na outra ponta, apenas 643,1 mil contas, ou 1,37% do total, têm valores acima de R$ 1.000,01.

As consultas ao SVR foram reabertas na terça-feira. A solicitação dos resgates dos valores poderá ser realizada a partir do dia 7 de março, às 10 horas.

Os dados do BC também apontam que a maior parte dos valores, R$ 3,1 bilhões, se encontra nos bancos. Logo em seguida, estão as administradoras de consórcio, com R$ 2,1 bilhões, e as cooperativas, com R$ 602,7 milhões. ●

Combustíveis **Mudança de rumo**

Petrobras mudará política de preços em maio, diz Prates

Presidente da estatal nega intervenção do governo, mas afirma que com novos conselheiros será revista a paridade de importação

DENISE LUNA
GABRIEL VASCONCELOS
RIO

A política de preços da Petrobras vai mudar a partir de maio, quando os novos conselheiros da estatal tomarão posse, afirmou ontem o presidente da empresa, Jean Paul Prates. O executivo deixou claro que não haverá intervenção do governo nos preços, mas que a política de paridade de importação (PPI) está com seus dias contados. Segundo ele, "se é mercado, vamos jogar o jogo do mercado".

"Não existe bala de prata, não existe um único preço de referência para o Brasil todo. O PPI é uma abstração, virou um dogma, tudo é PPI. O mercado brasileiro é diferente, é diverso", disse.

A estatal, segundo ele, tem sua própria política comercial e o importante é buscar os melhores clientes, nas melhores condições para conquistar uma maior fatia do mercado de combustíveis. "A Petrobras vai praticar preços competitivos para o mercado dela, conforme achar que tem de ser para garantir sua fatia de mercado, onde estiver presente. Se for o PPI, que seja, mas em alguns casos talvez não seja. O PPI só garante ao concorrente uma posição mais confortável. A minha função é ser competitivo", disse.

MAURO PIMENTEL/AFP

'Se é mercado, vamos jogar o jogo do mercado', declarou Prates

Lula diz que dividendo da estatal é 'loucura' e que ela precisa investir

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou de "loucura" os valores distribuídos em dividendos para acionistas da Petrobras e defendeu que a empresa utilize parte do lucro para fazer investimentos.

"É uma loucura o que nós estamos fazendo de dividendos. Petrobras não é um patrimônio apenas das pessoas que são acionistas. A Petrobras tem de fazer investimento. Temos de pensar em Petrobras como empresa, mas também como indústria de papel estratégico para o Brasil", disse o presidente em entrevista à Rádio Band-News FM.

Para Lula, a estatal "não é empresa só para ganhar dinheiro e dar para acionista, é para pensar na soberania energética do País". ●

SÓCIO DO ESTADO. A meta é mostrar ao acionista que é bom ser sócio do Estado brasileiro e deixar como legado uma empresa com fôlego para os próximos 70 anos.

Com a mudança de rota, a nova gestão espera ampliar sua fatia no do segmento de derivados. "Não seguir o PPI não quer dizer que a Petrobras vai se afastar da referência internacional. A companhia vai praticar o preço do mercado em que estiver atuando", disse.

A diferença frente ao governo anterior, pondera, é que a nova Petrobras no comando de Prates vai ser mais agressiva em relação à concorrência dos importadores. "Enquanto houver fatia de mercado para a Petrobras catar, ela vai catar. Praticar preços internacionais só para deixar entrar concorrentes no mercado não vai acontecer", explicou. Enquanto o PPI for uma regra para a empresa, essa política será cumprida, disse o executivo.

Um dia depois de anunciar o maior lucro da história da companhia, de R$ 188 bilhões em 2022, o que vai significar uma distribuição também recorde de dividendos (R$ 215,7 bilhões), o executivo afirmou que a empresa vai manter o protagonismo na produção de petróleo e gás, que pavimentará a entrada da companhia em energias renováveis. "Nosso maior objetivo é tornar a Petrobras uma empresa forte preparada, equilibrada para se manter nesse cenário de transição energética", disse.

Mercado
Chefe da Petrobras afirma que empresa vai 'praticar preços competitivos'

Já os dividendos da estatal não serão mais os mesmos na gestão de Prates. No quarto trimestre do ano passado, parte dos R$ 35,7 bilhões distribuídos – cerca de R$ 6,5 bilhões – já pode ser retido para aumentar os investimentos da companhia, o que será decidido na assembleia de acionistas marcada para 27 de abril.

Em breve, prometeu Prates, o Plano Estratégico de US$ 78 bilhões entre 2023 e 2027 será revisto, para incluir novos investimentos visando ao fortalecimento da Petrobras em todo o País. ●

Telecomunicações **Endividamento**

Oi entra com pedido de recuperação judicial

A Oi entrou na última quarta-feira com novo pedido de recuperação judicial na 7.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. No início de fevereiro, a Oi havia obtido na Justiça uma tutela de urgência, instrumento de proteção temporária que permite à companhia deixar de pagar dívidas e sofrer execuções pelo prazo de 30 dias. Mas a empresa não conseguiu fechar acordo com os credores no período de proteção, que expiraria hoje.

A tele entrou em recuperação judicial pela primeira vez em 2016, com R$ 65 bilhões em dívidas. A sentença de encerramento do processo saiu em dezembro de 2022, mas a tele segue com dívida de R$ 43,7 bilhões.

Segundo a Oi, o ajuizamento do pedido de recuperação judicial é um passo crítico na direção da reestruturação financeira e busca da sustentabilidade de longo prazo da companhia e de suas Subsidiárias.

A Oi afirmou que continuará mantendo regularmente suas atividades, buscando a conquista de novos clientes, a operação e manutenção de suas redes e serviços e o atendimento de sua base de usuários.

O pedido de recuperação judicial será submetido à ratificação dos acionistas em assembleia-geral da companhia.

"A Oi reafirma a confiança que tem em sua capacidade operacional e comercial para que seja bem-sucedida na proposição e na aprovação de um plano de recuperação judicial", diz a empresa em nota. ●

BETH MOREIRA e CIRCE BONATELLI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 16/2023

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente **EDITAL:** 16/2023 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico **OBJETO:** aquisição de tintas para demarcação viária **ENCERRAMENTO:** às 08:30h do dia 17/03/2023 **ABERTURA:** às 09:00h do dia 17/03/2023 INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro TELEFONES: (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO www.presidenteprudente.sp.gov.br Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 02 de março de 2023 - Walner Silvestre – Licitador Depto. Compras

Imobiliária e Desenvolvimento Sul América S.A.

CNPJ nº 43.337.146/0001-30

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Srs. Acionistas da Imobiliária e Desenvolvimento Sul América S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 09:00 horas do dia 21 de março de 2023, na sede social na cidade de São Paulo/Capital, na Avenida Paulista, 1754 Cj. 152 com a finalidade de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Exame, discussão e votação do Relatório da diretoria, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2022. (b) Destinação do resultado do exercício findo. (c) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 02 de Março de 2023. (a) Kazuo Yamaoka - Diretor Presidente. (02/03/04)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.758/2022 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA PISCINA, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: www.comprasnet.gov.br e www.transparencia.osasco.sp.gov.br - Envio das Propostas de Preços pelo site www.comprasnet.gov.br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **06/03/2023** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **22/03/2023 às 10h00min**.

Osasco, 01 de março de 2023.

Meire Regina Hernandes - Secretária Executiva de Compras e Licitações

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - PROCESSO Nº 0196.2022.PREG-I.PE.0129.SAD.BOMBEIROS Objeto: Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de Combate a Incêndio Urbano, visando atender as necessidades do(a) Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE). Valor estimado: 3.659.698,2680 (três milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte e seis centavos aproximadamente). Entrega das propostas: até 17/03/2023, às 09h30. Início disputa: 17/03/2023 às 09h45 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados**. Renata Ferraz Nunes, Pregoeira I.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0220.2022.PREG-VIII.PE.0150.SAD AVISO DE LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO Objeto: Formação de Registro de Preços corporativo para contratação de prestação de serviços de locação de veículos operacionais para atividade policial sigilosa e de fiscalização, classificação VS-2, descaracterizados, visando atender as necessidades dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Valor estimado global: R$ 51.967.865,4000 (Cinquenta e um milhões, novecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos). Data de abertura: 20/03/2023, às 13:30 horas (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível na página eletrônica: www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações: (81) 3183-7754. **Nelson Gueiros de Azevedo. Pregoeiro VIII.**

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

CNPJ/ME nº 03.215.790/0001-10 - NIRE 35.300.171.896

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 7/11/2022

Aos 7/11/2022, às 16h, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 3º andar, CEP: 04576-010,SP/SP, com a totalidade do capital social. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Luciano Francisco Savoldi e secretariados pelo Sr. Carmine Tiano Neto. **DELIBERAÇÕES UNÂNIMES: (i)** A constituição do órgão estatutário Comitê de Auditoria do Banco Toyota do Brasil S.A., tendo em vista o disposto no artigo 8º, inciso III, da Resolução CMN nº 4.910/2021, que determina a obrigatoriedade de sua constituição nas instituições financeiras enquadradas no Segmento 3, tal como a Sociedade. Os acionistas deliberaram que o Comitê de Auditoria constituído será aplicável ao Conglomerado Financeiro Toyota, composto pelo Banco Toyota do Brasil S.A. e pela Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. Em virtude da constituição do órgão estatutário, os acionistas aprovaram, por unanimidade, a inclusão do novo capítulo "COMITÊ DE AUDITORIA" ao Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: CAPÍTULO VIII - COMITÊ DE AUDITORIA: ARTIGO 22. O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Toyota será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte do Conglomerado das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor. §1º - O Comitê de Auditoria será composto por 3 membros, nomeados pela Assembleia Geral, sendo pessoas naturais com reputação ilibada, acionistas ou não, residentes no País, observados os seguintes critérios de nomeação definidos pela regulamentação vigente. §2º - É permitida a nomeação de integrantes do Comitê de Auditoria que sejam também Diretores da Sociedade, desde que estes Diretores da Sociedade constituam menos da metade do total dos integrantes do Comitê de Auditoria. Os demais membros nomeados devem ser independentes. §3º - Caso o integrante do comitê de auditoria seja também membro da diretoria da Sociedade, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos cargos. §4º - Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Membro Qualificado. §5º - Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato de até 2 anos, prorrogáveis por no máximo: (i) 5 anos consecutivos de mandato para 2/3 dos membros, e (ii) 10 anos consecutivos de mandato para 1/3 dos membros. §6º - A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberação tomada pela maioria dos acionistas da Sociedade reunidos em Assembleia Geral. São critérios para destituição dos membros do Comitê de Auditoria: (i) o descumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social regras operacionais e/ou regulamentação aplicável para o Comitê de Auditoria; e (ii) o atendimento de interesses gerais da Sociedade, à critério dos acionistas. §7º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria. §8º - As atribuições e regras operacionais do Comitê de Auditoria, incluindo a obrigação regulamentar de emissão dos relatórios sobre as demonstrações financeiras, a periodicidade de suas reuniões, que devem observar ao menos o número mínimo estipulado pela regulamentação em vigor, e os critérios de remuneração de seus membros estarão disciplinados em regulamento interno da Sociedade. **(ii)** A constituição do Comitê Estatutário de Remuneração do Banco Toyota do Brasil S.A., tendo em vista o disposto no artigo 11, da Resolução CMN nº 3.921/2010, que determina a obrigatoriedade de sua constituição nas instituições financeiras que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, nos termos da regulamentação em vigor, tal como a Sociedade. Os acionistas deliberaram que o Comitê de Remuneração constituído será aplicável ao Conglomerado Financeiro Toyota, composto pelo Banco Toyota do Brasil S.A. e pela Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. Em virtude da constituição do órgão estatutário, os acionistas aprovaram, por unanimidade, a inclusão do novo capítulo "COMITÊ DE REMUNERAÇÃO" ao Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: CAPÍTULO IX - COMITÊ DE REMUNERAÇÃO: ARTIGO 23. A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, aplicável ao Conglomerado Financeiro Toyota composto por 3 membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, devendo pelo menos um deles não ser integrante da Administração da Sociedade. §1º - Os membros eleitos para o Comitê de Remuneração terão mandato de 1 ano, permitida a recondução por até 9 vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável. §2º - Os membros nomeados, que podem ser integrantes dos Órgãos da Administração da Sociedade e do corpo de funcionários da Sociedade, devem preencher as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo. §3º - No ato da nomeação pela Diretoria dos membros do Comitê de Remuneração, será designado o seu Coordenador. §4º - O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente à Diretoria. §5º - Compete ao Comitê de Remuneração, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: (i) elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo à Diretoria diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor à Diretoria da Sociedade o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma prevista em lei; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e, (vii) zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Sociedade e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável. §6º - Os membros do Comitê de Remuneração não farão jus a qualquer remuneração adicional àquela a que tiverem direito por exercerem seus respectivos cargos na Sociedade. **(iii)** A aprovação da nomeação dos seguintes membros para compor o Comitê de Auditoria da Sociedade, todos com mandato de 5 anos. A nomeação para o cargo de membro qualificado do Comitê de Auditoria do **Sr. Luiz Roberto Cafarella,** RG nº 16.448.495 SSP/SP, CRC nº 1SP207096/O-2, CPF nº 060.839.468-83; e para os cargos de membro do Comitê de Auditoria, os Srs. **Luciano Francisco Savoldi,** RG nº 15.789.225 SSP/SP, CPF nº 073.077.008-75, e **Douglas Souza de Oliveira,** RG nº 19.229.987 SSP/SP, CRC nº 1SP191325/O-0, CPF nº 118.968.468-31, pelo prazo de mandato de 2 anos, com vencimento em 07/11/2024. **(iv)** Tendo em vista a criação dos Capítulos que dispõem sobre o Comitê de Auditoria e o Comitê de Remuneração, conforme itens (i) e (ii) acima, ficam renumerados os Capítulos e Artigos do Estatuto Social, que passam a vigorar com a numeração conforme redação constante do Anexo à presente Ata. **(v)** A aprovação da consolidação do Estatuto Social da Sociedade, cujo teor passa a vigorar com a redação constante do Anexo à presente Ata. Nada mais. São Paulo, 7/11/2022. (aa) Luciano Francisco Savoldi - Presidente; Carmine Tiano Neto - Secretário. **JUCESP** nº 74.974/23-3 em 15/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO - CREDIAFAM

CNPJ n° 04.804.353/0001-03/ NIRE n° 35400069074

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – PRESENCIAL

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Segurança Pública de São Paulo – CREDIAFAM, por meio de seu Diretor Presidente, convoca seus Associados, que nesta data são 19.497 (dezenove mil, quatrocentos e noventa e sete), em condições de votar, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – PRESENCIAL**, a realizar-se na sede social à Rua Doutor Gabriel Piza, nº 425, 2º andar, Santana – São Paulo – SP, CEP: 02036-011, em 17 de março de 2023, às 07:00 (sete horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; às 08:00 (oito horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos associados mais um; ou às 10:00 (dez horas), em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA: 1. Prestação de Contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2022, compreendendo o Relatório da Gestão, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Sobras ou Perdas, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório de auditoria externa; 2. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; 3. Destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 e sua fórmula de cálculo; 4. Aprovação da Política e do Plano de Sucessão; 5. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação).

NOTA I. Conforme determina a Resolução do CMN n° 5.051 de 25/11/2022, em seu artigo 40, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2022, acompanhadas do respectivo Parecer dos Auditores Independentes, estão à disposição dos associados na sede da cooperativa.

Nota II. Na realização da Assembleia Geral Ordinária serão observadas todas as regras de segurança previstas pelas normas Federais, Estaduais e Municipais inerentes a Covid-19.

São Paulo, 03 de Março de 2023.

SILVIO JOSÉ MOURISCO Diretor Presidente K-03/03

SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO NO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - DELIBERAÇÃO SOBRE CONTRIBUIÇÕES SINDICAL E ASSISTENCIAL - CLT - DELIBERAÇÃO SOBRE CONVENÇÃO E/OU DISSÍDIO COLETIVO - DIA 20 DE MARÇO DE 2023 - 1ª CONVOCAÇÃO ÀS 13:00h - 2ª CONVOCAÇÃO ÀS 14:00h - A Presidente do Sindicato em epígrafe, em cumprimento à cláusula 19ª dos Estatutos, CONVOCA a Categoria dos Empregados Vendedores-Pracistas e Viajantes, Vendedores-Motoristas, vendedores de Cosméticos, de Produtos Químicos, Agropecuários, Sanitários, de Bebidas, de Porta em Porta; Vendedores de Serviços, de Contratos de Locação entre outros, de Consórcio, de Carnês, de Planos de Saúde, de Fretes (agenciador de fretes), inclusive Vendedor Técnico; Inspetores, Supervisores, Chefes e Gerentes de vendas, Assistentes, Promotores, Demonstradores, Repositores, Degustadores, Contatos, e Assessores, de Vendas, inclusive vendedores por telefone, ligados a vendas externas, de empresas industriais e comerciais (incluídos serviços) sediadas no território do Estado de São Paulo, ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS (SINDICALIZADOS OU NÃO), para a ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA, que será realizada na sede social da Entidade, na Rua Santo Amaro, nº 255 (Bela Vista), no dia **20 de março de 2023, em primeira convocação às 13:00h (treze horas),** e, em não sendo atingido o quórum estatutário para os associados**, a Assembleia será instalada em segunda e última convocação, às 14:00h (quatorze horas**), com qualquer número presente, no mesmo local e data, sendo automaticamente transformada em **Assembleia Extraordinária Permanente até o dia 20 de abril de 2023, das 10:00h às 15:00h de 2ª a 5ª feira (exceção feita às sextas-feiras, finais de semana e feriados)**, para apreciação da seguinte Ordem do Dia: a) Discussão sobre a Contribuição Sindical de lei – CLT e sua necessidade para a manutenção do sindicato e sua ação sindical; o respectivo desconto em folha - mês de março/abril 2023, e o consequente obrigatório recolhimento pelos empregadores, nos termos da nova lei; b) Discussão sobre a contribuição assistencial - artigo 513, "e" da CLT, sua necessidade para a manutenção do sindicato e sua ação sindical; a obrigatoriedade do respectivo desconto e consequente recolhimento, de trabalhadores da categoria, tanto associados como também de não associados, e ainda, quanto à adoção dos termos deliberados em assembleias, conforme art. 8, III e IV da Constituição Federal; c) Deliberação sobre a pauta de reivindicações sugerida pela Diretoria, à disposição de todos os interessados e sobre eventuais complementos; d) Deliberação sobre os poderes a serem concedidos à Diretoria para as negociações, tendo em vista a possibilidade de alteração de cláusulas normativas já estabelecidas, a substituição de cláusulas da pauta sugerida por equivalentes ou semelhantes e inclusão de cláusulas novas, alternativas, sempre no interesse Coletivo da Categoria, bem assim sobre os poderes à Diretoria para celebrar Convenção Coletiva, e, não ocorrendo esta, para instaurar o Dissídio, junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, incluindo os poderes de formular acordo, no seu curso; e) A Assembleia será aberta a todos os integrantes da Categoria, ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS (SINDICALIZADOS OU NÃO).

São Paulo, 03 de março de 2023. **Maria Neide Cardoso de Carvalho -** Presidente.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
GABINETE DA SECRETÁRIA – GS

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **MUNICÍPIO DE ARACAJU**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, comunica a todos os interessados que, em atendimento ao disposto no artigo 21, da Lei Federal n.º 14.133/2021, realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, para apresentação do Projeto de **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** destinado à construção, reforma, modernização e operação de estabelecimentos de saúde alocados na primeira e segunda regiões do município de Aracaju, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com valor de contrato estimado em R$ 2.392.991.400,00 (dois bilhões trezentos e noventa e dois milhões novecentos e noventa e um mil e quatrocentos reais), de forma a garantir a ampla participação de interessados.

A **AUDIÊNCIA PÚBLICA** ocorrerá no dia 16 de março de 2023, das 9h às 11h, de forma remota ou virtual, por meio da Rede Mundial de Computadores – Internet.

Todos os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, estão convidados a participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, inclusive para fornecer seus comentários e contribuições ao Projeto. A participação se realizará na forma estabelecida no Regulamento da AUDIÊNCIA PÚBLICA, disponível no site

https://www.aracaju.se.gov.br/consultapublica/pppsaudearacaju2023/.

A participação é aberta a todos, observada a necessidade de registro, que se dará por meio de solicitação de credenciamento prévio, até as 17h do dia anterior à realização da audiência pública, através do preenchimento do formulário de credenciamento específico disponível no site

https://www.aracaju.se.gov.br/consultapublica/pppsaudearacaju2023/.

As minutas de documentos pertinentes ao Projeto de PPP dos serviços de saúde no Município de Aracaju estão à disposição, nos seguintes endereços:

- Secretaria Municipal da Saúde, situada à Rua Nely Correia de Andrade nº 50, Bairro Coroa do meio, Aracaju/SE, CEP: 49.036-245, devendo os interessados recolher o custo de reprodução dos documentos físicos solicitados; e

- Rede Mundial de Computadores – Internet, no seguinte endereço eletrônico:

https://www.aracaju.se.gov.br/consultapublica/pppsaudearacaju2023/.

Aracaju-SE, 1 de Março de 2023.

WANESKA DE SOUZA BARBOZA (CPF 694.XXX.XXX-53) em 01/03/2023 17:22:59 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Waneska de Souza Barboza
Secretária Municipal de Saúde

CYNTHIA DECLOEDT, MATHEUS PIOVESANA E WILIAN MIRON/CRISTIANE BARBIERI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Investidores em papéis do Hortifrúti, da Americanas, devem acionar CVM

Um grupo de investidores em certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) do Hortifrúti Natural da Terra, que pertence à Americanas, quer levar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) um pedido de investigação relacionada a esses papéis. Os CRAs somam hoje pouco mais de R$ 200 milhões e foram emitidos em março de 2021. O grupo alega ter havido irregularidade em assembleia em 2022, na qual foi aprovado um perdão para uma cláusula dos CRAs que previa vencimento antecipado da dívida, em caso de mudança de controle. A rede foi comprada pela Americanas em agosto de 2021. Segundo eles, a assembleia que aprovou o perdão se deu com quórum de 46% dos detentores de CRAs, e o determinado no contrato era 50%.

Donos de CRAs farão assembleia

Hoje haverá nova assembleia desses investidores para deliberar sobre vários temais, entre eles as alterações nos porcentuais exigidos para aprovações. Representados pelo Mazzucco & Mello Sociedade de Advogados, eles entendem que essas mudanças seriam uma forma de corrigir esse "erro" do passado.

Virgo é credora da Americanas

Na pauta, está a proposta para reduzir o porcentual exigido – de 80% dos titulares dos CRAs para 50% mais 1 – em temas específicos. Segundo esses investidores, há uma tentativa de dar flexibilidade à Virgo, que securitizou e vendeu os CRAs e é credora da Americanas, na votação da recuperação judicial.

● **CONCORDÂNCIA.** Isso porque, em qualquer negociação com Americanas, a Virgo terá de obter o aval dos titulares dos CRAs, uma vez que o lastro desses papéis são debêntures emitidas pelo Natural da Terra e adquiridas pela Virgo no processo de securitização.

● **VOLTA.** Na assembleia de hoje será ainda discutida a troca do agente fiduciário dos CRAs, atualmente a Vórtex, para a Oliveira Trust, que trabalhou na emissão das debêntures do Natural da Terra.

● **PALAVRA.** Procurada pela Coluna, a Virgo informou que, diante da "situação atual" de Americanas, a sugestão de mudança de quóruns tem como objetivo dar maior celeridade às aprovações em eventuais novas assembleias e matérias futuras, "visando sempre o melhor para os investidores". A Virgo acrescentou que não existe intenção de "correção" do Termo de Securitização e que a assembleia de investidores do ano passado que aprovou o perdão (waiver) teve quóruns previstos no contrato de securitização.

IMBRÓGLIO

NATURAL DA TERRA

Detentores de certificados do Hortifrúti Natural da Terra alegam que houve irregularidade em assembleia realizada no ano passado

● **CRÉDITO.** A registradora Cerc recebeu aporte de US$ 2 milhões (o equivalente a R$ 10,4 milhões) da organização social Endeavor. Concluído na última segunda-feira, o investimento foi realizado por meio do fundo Catalyst IV, que faz aportes em projetos considerados de alto impacto social e econômico.

● **MULTIPLICADOR.** A Cerc é uma das registradoras de recebíveis (espécie de recibo gerado nas vendas com cartão para controle da oferta de crédito para empresas), que entrou em funcionamento em 2021. Em janeiro, ultrapassou a marca de R$ 1 trilhão em registros desde o começo do sistema. O modelo foi considerado de impacto pela Endeavor pelo potencial de ampliar o crédito para pequenas e médias companhias.

● **FIGURINHAS.** Em novembro passado, a empresa captou R$ 550 milhões em rodada liderada pelo fundo Mubadala. Com a Endeavor, além de receber capital, deve trocar experiências com outras investidas da organização, uma lista que no Brasil inclui nomes como Loft, Ebanx e Neon.

● **LINHA.** Após a reformulação na linha de financiamentos vinculada ao programa Renovabio, com a inclusão de metas de redução de emissões de CO_2 para a redução de juros, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou R$ 140 milhões em crédito para as usinas BS Bioenergia, em Lucas do Rio Verde (MT) e Alcoeste, em Fernandópolis (SP).

● **VERDES.** Nessas operações, o custo da dívida é atrelado a metas de diminuição de emissões de carbono e à eficiência energético-ambiental. Ou seja, caso as empresas alcancem os objetivos estipulados no contrato, podem obter reduções de até 0,4% nas taxas de juros.

● **DISPONÍVEL.** De acordo com o diretor do BNDES, José Luis Gordon, o banco tem expectativa de, no curto prazo, ampliar a quantidade de empresas tomadoras de crédito por meio da linha vinculada ao Renovabio, que tem R$ 1 bilhão disponível para financiar projetos, de um orçamento total de R$ 2 bilhões. Ao todo, 12 companhias já contrataram crédito por meio do Renovabio.

SOBE

Alimentação fora do lar cresceu 19,6% em janeiro

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 11/7/2020

O segmento de alimentação fora do lar teve crescimento de 19,6% em janeiro em comparação a igual período de 2022, segundo o Índice de Desempenho Foodservice (IDF), do Instituto Foodservice Brasil (IFB). O avanço mostra recuperação após a pandemia. O número de transações subiu 9,4% e o tíquete médio, 35,9% em janeiro. Conforme o índice, a participação da modalidade de delivery chegou a 18,9% das vendas naquele mês.

DESCE

Setor de saúde tem dia de queda na B3

ALEX SILVA/ESTADÃO

Um dia depois de despencar na Bolsa, refletindo um balanço fraco no quarto trimestre, Hapvida voltou a ter queda expressiva ontem, de 3,31%, contaminando o setor de saúde na B3, segundo Caritsa Moreira, da VG Research. Qualicorp teve queda de 5,13%, e Rede D'Or, de 3,90%. Fleury caiu 1,96%. Conforme Moreira, após o desempenho fraco da Hapvida, os investidores estão receosos com Qualicorp.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 103.325,61 PTS. | Dia -1,01% | Mês -1,53% | Ano -5,84%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
ENERGIAS BR ON	22,52	14,72	57.696
BRF SA ON NM	6,74	3,85	25.908
BRASKEM PNA N1	20,47	3,65	12.701

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
QUALICORP ON	4,44	-5,13	11.256
BRASIL ON EX NM	37,43	-4,03	51.002
3R PETROLEUMON	31,29	-4,02	47.970

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

1/3 A 29/3	0,1469	0,9481	0,7404	0,5000
1/3 A 30/3	0,1744	0,9958	0,7404	0,5000
1/3 A 31/3	0,2117	1,0435	0,7404	0,5000
1/3 A 1/4	0,2392	1,0912	0,7404	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	33.003,57	1,05	1,06	-0,43
FRANKFURT - DAX	15.327,64	0,15	-0,24	10,08
LONDRES - FTSE	7.944,04	0,37	0,86	6,61
TÓQUIO - NIKKEI	27.498,87	-0,06	-0,22	5,38

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,20	2.793,20
	15/5/2035	6,45	1.893,90
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,29	3.983,96
PREFIXADO	1º/1/2026	13,02	706,95
	1º/1/2029	13,64	475,76
SELIC	1º/3/2026	0,08	12.868,92

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	-	0,46	5,71
IGP-M (FGV)	0,21	0,06	0,15	1,86
IGP-DI (FGV)	0,06	-	0,06	3,01
IPC (FIPE)	0,63	-	0,63	7,20
IPCA (IBGE)	0,53	-	0,53	5,77
CUB (Sinduscon)	-0,07	0,00	-0,06	8,31
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	0,34	0,62	4,82

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0186	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/3. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	0,00	-0,07	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/23	20,31	402.799	20,20	20,62	-1,26
CAFÉ NY*	MAI/23	182,20	85.879	180,55	186,40	-0,74
SOJA CBOT**	MAR/23	15,20	4.189	15,015	15,265	1,03
MILHO CBOT**	MAI/23	6,34	527.219	6,308	6,415	-0,31

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	161,98	0,38	-18,68
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	273,85	0,00	-19,42
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	86,36	0,29	-11,15
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.136,99	0,22	-17,88

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2039	0,24	-0,40	-1,44
DÓLAR TURISMO	5,4090	0,17	-0,26	-1,33
EURO	5,5120	-0,38	-0,36	-2,22
OURO	302,000	0,32	-0,66	0,00
WTI US$/BARRIL	78,0800	0,40	1,59	-2,99
IBRENTUS$/BARRIL	84,5400	0,15	1,78	-1,64

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0602	1,1954	0,1921
EURO	0,943	1,0000	1,1275	0,1811
FRANCO SUÍÇO	0,942	0,9982	1,1255	0,1808
LIBRA ESTERLINA	0,837	0,8870	1,0000	0,1607
IENE	136,685	144,9180	163,3920	26,254

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

TERMO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 414/2022

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, decide REVOGAR o Pregão Eletrônico n.º 414/2022, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE ELEVADORES PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL,pelos motivos de fato e de direto a seguir expostos.

De início, ressalta-se que a revogação está fundamentada no art. 49 da Lei Federal nº 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e previsto ainda no item 24.2.1 do edital:

"24.2.1.O(A) titular da origem desta licitação se reserva o direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita."

Nesse sentido, tendo em vista razões de interesse público decorrente de fato superveniente, é necessário que seja a licitação revogada, dadaanecessidade de ajustes no Termo de Referência, o que nos levou a iniciar novo processolicitatório para aquisição do referido objeto,a fim de que seja a licitação promovida da forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

A revogação de licitações utilizando-se do juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência do órgão licitante em relação ao interesse público, é medida perfeitamente legal, consoante doutrina e jurisprudência sobre o assunto. Conforme ensina Marçal Justen Filho , in verbis:

A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse público. (...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. Assim, verificado

que o interesse público poderá ser satisfeito de uma forma melhor, incumbe ao órgão licitante revogar a licitação, com o objetivo de sanar as incorreções apresentadas, para promovê-la de uma forma que atenda melhor inclusive os interesses das possíveis empresas interessadas.

Analisando a questão, o Superior Tribunal de Justiça proferiu acórdão em que adota entendimento da possibilidade de revogação das licitações, por razões de conveniência e oportunidade, mesmo após a adjudicação e homologação do certame. Vejamos:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇAO. ANULAÇAO. RECURSO PROVIDO.

1. A licitação, como qualquer outro procedimento administrativo, é suscetível de anulação, em caso de ilegalidade, e revogação, por conveniência e oportunidade, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e das Súmulas 346 e 473/STF. Mesmo após a homologação ou a adjudicação da licitação, a Administração Pública está autorizada a anular o procedimento licitatório, verificada a ocorrência de alguma ilegalidade, e a revogá-lo, no âmbito de seu poder discricionário, por razões de interesse público superveniente. Nesse sentido : MS 12.047/DF , 1ª Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 16.4.2007; RMS 1.717/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Hélio Mosimann, DJ de 14.12.1992.

(RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 28.927 - RS (2009/0034015-3))

Assim, por razões de conveniência e oportunidade e verificado que o interesse público poderá ser satisfeito de uma forma mais adequada, incumbe ao órgão licitante revogar a licitação.

Portanto, com fulcro no art. 49, § 3º da Lei 8.666/93 c/c art. 109, I, "c", dê-se ciência aos licitantes da revogação da presente licitação, para que, querendo, exerçam a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2023.
Antonia Dalila Saldanha de Freitas
Secretária Municipal da Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 400/2.023.
Tomada de Preços nº 03/2.023.

Objeto: Contratação de empresa para readequação da iluminação pública na Avenida Vitalina Marcusso, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra.
Data de recebimento dos envelopes: 23/03/2.023.
Horário limite para recebimento dos envelopes: 09:00 horas.
Abertura: 23/03/2.023 – 09:30 horas.
O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Gerência de Licitação e Compras, no horário comercial e disponível no endereço eletrônico (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Gerência ou através do telefone (14) 3302-6000 – ramais 6032 e 6123.Ourinhos, 02 de março de 2.023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

PENALTY. STADIUM

Cambuci S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
C.N.P.J. nº 61.088.894/0001-08 - NIRE nº 35300057163
Aviso aos Acionistas - Pagamento de JCP

Cambuci S.A. ("Companhia"), vem comunicar aos senhores acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 01 de março de 2023, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP"), referente ao primeiro trimestre de 2023, calculada até a data-base de 31 de março de 2023, sobre o Patrimônio Líquido Ajustado da Companhia, a serem imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2023, no montante bruto de R$ 2.745.934,78 (dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), correspondentes a R$ 0,06542711 por ação, considerando a quantidade de 41.969.373 ações ordinárias, das quais já foram excluídas as ações em tesouraria. O pagamento dos juros sobre o capital próprio será efetuado em 31 de março de 2023. O pagamento será feito pelo valor líquido, após deduzido o imposto de renda retido na fonte de acordo com a legislação vigente, exceto àqueles acionistas, pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentas. Não haverá incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração (01.03.2023) e o efetivo crédito aos Acionistas (31.03.2023). O pagamento terá como base a posição acionária constante nos registros da companhia ao fim de 15 de março de 2023. As ações serão negociadas "ex-juros" após a data.

São Paulo, 01 de março de 2023.
Roberto Estefano
Diretor de Relações com Investidores

AVISOS DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura das licitações:

1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de headsets.
Sessão de disputa de preços (lances): 16 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023
Objeto: Aquisição de cadeiras fixas em polipropileno.
Sessão de disputa de preços (lances): 17 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

3. CONCORRÊNCIA Nº 016/2023
Objeto: Contratação de empresa para execução da impermeabilização das áreas externas da escola da Vila das Mercês, São Paulo.
Entrega dos envelopes: até as 8h45 do dia 24 de março de 2023. Abertura às 9h.

4. CONCORRÊNCIA Nº 017/2023
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de elevador na unidade de Cubatão.
Entrega dos envelopes: até as 8h45 do dia 22 de março de 2023. Abertura às 9h.

5. CONCORRÊNCIA Nº 019/2023
Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma e ampliação da academia da unidade de São José do Rio Preto.
Entrega dos envelopes: até as 10h00 do dia 29 de março de 2023. Abertura às 10h30.

6. CONCORRÊNCIA Nº 020/2023
Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma dos reservatórios elevados das escolas de Alumínio, Bragança Paulista, Presidente Epitácio e Santo Anastácio.
Entrega dos envelopes: até as 13h45 do dia 21 de março de 2023. Abertura às 14h.

7. CONCORRÊNCIA Nº 023/2023
Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma dos campos de futebol society nas unidades de Marília e Ourinhos.
Entrega dos envelopes: até as 8h45 do dia 21 de março de 2023. Abertura às 9h.

Retirada dos editais: a partir de 3 de março de 2023, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 009/2023.**
ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – INFRAESTRUTURA (FME-I)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE 08 (OITO) QUADRAS POLIESPORTIVAS DE UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA: ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 03/04/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 03/04/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 03/04/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.
• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de Agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº15.126, de 28 de setembro de 2021. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza – CE, 02 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS PRIVADAS
FFM 0945-2022-01 (RC 36.144)
SONAR APARELHOS AUDITIVOS COMERCIO LTDA, 17.545.717/0001-11
FFM 1471-2022-00 (RC 36.844)
IMPORTINVEST IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA, 74.537.747/0001-10
FFM 1613-2022-00 (RC 37.111)
ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA, 19.326.019/0001-50
FFM 0033-2023-00 (RC 37.335)
PTEC SOLUÇÕES LTDA, 10.794.157/0001-90

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO – FNCC
CNPJ N. 20.151.021/0001-15 – NIRE: 35400169753

O **Presidente da Federação Nacional das Cooperativas de Crédito - FNCC**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** as 53 (cinquenta e três) cooperativas singulares que compõem o seu quadro social, para reunirem-se em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, através do aplicativo de reuniões online Microsoft Teams – o qual também será utilizado para o cômputo dos votos das matérias em discussão, em link a ser disponibilizado oportunamente, no dia **31 de março de 2023**, às 7 (sete) horas, em primeira convocação com a presença de 2/3 das cooperativas associadas; às 8 (oito) horas, em segunda convocação, com a presença de 50% mais uma das associadas, e às 9 (nove) horas, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 3 (três) cooperativas associadas; todas representadas adequadamente, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Prestação de contas do órgão de administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal e Parecer da Auditoria, compreendendo: **(i)** Relatório de Gestão; **(ii)** Balanço Patrimonial; **(iii)** Demonstrativo das Sobras apuradas; **2)** Destinação das sobras apuradas; **3)** Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição das sobras; **4)** Aprovação do Plano Financeiro e Proposta de Rateio; **5)** Eleição dos membros da Diretoria; **6)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **7)** Fixação do valor dos honorários de representação para os membros da Diretoria, e Cédulas de Presença, para os membros do Conselho Fiscal; **8)** Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo. São Paulo, 03 de março de 2023. Ivo Lara Diretor Presidente 1. O processo eleitoral observará os prazos e condições descritos no Regulamento Eleitoral, que encontra-se à disposição dos interessados. 2. O prazo de inscrição de chapas para a eleição à Diretoria Executiva e inscrição individual para a eleição ao Conselho Fiscal, é até o dia 20 de março de 2023. K-03/03

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA/DESERTA

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 530/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF – NÚCLEO DE LABORATÓRIO/ NULAB.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE INSUMOS PARA MATERIAL DE COLETA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os ITENS 65 e 67 foram declarados FRACASSADOS, bem como, o ITEM 66 foi declarado DESERTO. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85) 3452-3477.**

Fortaleza – CE, 02 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 008/2023.**
ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – INFRAESTRUTURA (FME-I)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE 07 (SETE) QUADRAS POLIESPORTIVAS DE UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA: ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 31/03/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 31/03/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 31/03/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.
• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de Agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº15.126, de 28 de setembro de 2021. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza – CE, 02 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
GABINETE DA SECRETÁRIA – GS

COMUNICADO 02/2023 - REUNIÕES DE ROAD SHOW DO PROJETO DE PPP DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Com o intuito de promover a divulgação do projeto, visando ampliar o alcance das informações e fomentar a participação de potenciais interessados na presente licitação, será realizado Road show do projeto entre os dias 20 e 21 de Março de 2023, na cidade de São Paulo, com reuniões com prazo de 45 minutos.

Para maiores informações e solicitação de inscrição, obséquio encaminhar e-mail à fborattorodrigue@ifc.org contendo nome do interessado e entidade a que pertence. Caso algum interessado deseje realizar a reunião de forma remota, pela plataforma MS Teams, pedimos que a solicitação conste do e-mail a ser encaminhado pelo interessado. O email deverá ser encaminhado, impreterivelmente, até 14 de Março do corrente ano.

Aracaju-SE, 2 de Março de 2023.

WANESKA DE SOUZA BARBOZA (CPF 694.XXX.XXX-53) em 02/03/2023 12:45:43 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Waneska de Souza Barboza
Secretária Municipal de Saúde

Pedro Doria
E-mail: coluna@pedrodoria.com.br; Twitter: @pedrodoria

Ruy

Eu sei – esta coluna deveria ser sobre o digital, sobre seus efeitos na sociedade. Mas é que visto também outros chapéus, além do de repórter de tecnologia. Há o repórter político e o do sujeito que escreve livros de história do Brasil. E nesta semana fez cem anos da morte de um de meus dois heróis na história brasileira. Então, permitam-me. Gostaria de lhes convencer de que Ruy Barbosa deveria ser nosso herói coletivo. Vale muito mais do que um Caxias, mais do que Tiradentes, não tem d. Pedro I ou Getúlio Vargas. Nenhum vale o que Ruy valeu.

E, ainda assim, não é de sempre que vem a convicção. Só o conheci recentemente. O Ruy da minha cabeça escrevia muito difícil e, como jornalista, tenho preconceito com quem escreve empolado. Nunca prestei atenção até que fui escrever um livro sobre o tenentismo. Basta um mergulho ligeiro na Primeira República para logo entender que não é possível compreender o nascimento da República sem antes entender o político que acumulou mais derrotas nela. Ruy.

Quando se elegeu pela primeira vez, d. Pedro II era um sujeito de longa barba loura, que usava para esconder aquele queixo de Habsburgo. Ao morrer, ainda metido em reuniões, Ruy já havia assistido ao início do movimento que terminaria por colocar Getúlio no poder. Ele viu o Brasil que conhecemos nascer. E quis que esse fosse diferente.

> ***Ruy Barbosa deveria ser o nosso herói coletivo e vale mais do que Caxias, d. Pedro I e Getúlio***

Sua grande briga no primeiro terço da vida pública foi pela abolição da escravatura. No segundo terço, a briga foi dupla. De um lado contra oligarcas e seu patrimonialismo, o uso dos recursos do Estado por gente poderosa como se fosse coisa pessoal. Do outro, a fixação do Brasil no cenário internacional como uma nação pacífica. No terço final, o velho Ruy estava convencido de que uma das maiores ameaças à democracia vinha dos militares.

Ruy ajudou a aumentar a importância do Brasil lá fora. Na luta dos abolicionistas dentre os quais se incluía, a vitória foi só pela metade – acabou a escravidão, mas não foi aberto espaço real na sociedade. Ruy perdeu para os oligarcas e perdeu para os militares. A democracia liberal que imaginou, com ênfase em educação para todos, direito ao voto ampliado e um país mais aberto ao mundo, não veio. A Nova República é o que chegou mais perto – os ideais da Nova República são os ideais de Ruy.

A luta não foi só dele. Mas, quando começou, estava sozinho. Afinal, quando veio a República, meu outro herói era monarquista. Joaquim Nabuco preferiu ficar em casa. Se o Brasil dos sonhos tem um pai fundador, não há nome melhor. Mesmo escrevendo daquele jeito. ●

JORNALISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Inteligência artificial **Novo serviço**

OpenAI lança ferramenta de transcrição e tradução

Depois do sucesso do ChatGPT, a OpenAI lançou, na quarta-feira, ferramenta de transcrição e tradução. Chamada de Whisper, a plataforma foi apresentada originalmente em setembro de 2022, mas agora ganhou uma API (interface de programação), que vai permitir a integração do serviço a outros softwares.

O Whisper é um sistema automático de código aberto que reconhece falas em diversos idiomas, sendo capaz de transcrevê-las e até traduzi-las para o inglês. O preço de uso do programa é de US$ 0,006 por minuto e aceita arquivos de áudio em formatos variados, como MP3, MP4, M4A, MPEG, WEBM e WAV (30 minutos transcritos para o consumidor brasileiro custariam quase R$ 1). A plataforma tem vantagem em relação às outras por ter sido treinada com 680 mil horas de dados multilíngues. ●

Morre Wayne Shorter, que deu um novo contorno ao jazz

Música *Projeto*

Nova sala de concertos será construída em Heliópolis

Teatro do Instituto Baccarelli, iniciativa de formação musical e inclusão social, será sede da Orquestra Sinfônica Heliópolis e terá 530 lugares

JOÃO LUIZ SAMPAIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O terreno fica no número 2.317 da Estrada das Lágrimas. Está tomado pela grama e pelo mato. Uma pequena mureta, algumas vigas, uma alta parede não terminada: o cenário pode parecer o de ruínas. Mas se trata, na verdade, do contrário: ali começará a ser construída uma nova sala de concertos para a cidade, localizada em meio à favela de Heliópolis.

“Já ouvi que a música clássica estava virando coisa de favela. Isso me incomodou. Mas, hoje, penso: sim, e que bom!”
Edilson Ventureli
Diretor do Instituto Baccarelli

“Sobre o palco, placas móveis podem ser posicionadas segundo as necessidades acústicas”
Frank Siciliano
Arquiteto

O espaço é parte do complexo ocupado pelo Instituto Baccarelli, iniciativa de formação musical e inclusão social criada no final dos anos 1990 e que atende cerca de 1.200 crianças e jovens. O projeto já ocupou uma pequena garagem, uma antiga fábrica de sucos e, em 2008, construiu a sua sede, com dois prédios pelos quais estão espalhados salas de aulas, biblioteca e espaços para ensaios de orquestra.

“Lá atrás já existia essa terceira parte do complexo, uma sala de concertos, mas por questões financeiras ela acabou não sendo construída”, conta o arquiteto Frank Siciliano. Quinze anos depois, porém, ela começa a sair do papel. O lançamento oficial do projeto, já aprovado na Lei Rouanet, será na próxima semana, em um evento na B3 do qual vão participar autoridades municipais, estaduais e federais e empresários. Uma parte do orçamento de R$ 37,4 milhões já foi captada e uma nova campanha de arrecadação será realizada. O início das obras está previsto para julho, com duração de um ano.

“Nossa crença fundadora é a de que a arte tem um profundo poder de transformação, de sensibilização. Heliópolis tem 200 mil habitantes e nenhum teatro. Então, desde o início, pensávamos em uma sala como um espaço de qualidade que pudesse não apenas abrigar os grupos do Baccarelli como ser uma opção de entretenimento para os moradores, além de receber manifestações culturais da região”, explica Edilson Ventureli, diretor executivo do instituto.

BALCÃO DOS ALUNOS. O **Estadão** teve acesso ao projeto, que integra o teatro aos outros dois prédios já construídos. Sobre ele, será criada uma área de convivência ligada à biblioteca do instituto. Lá dentro, serão 530 lugares. Atrás do palco, uma plateia elevada está sendo chamada de “balcão do aluno”: ali, os estudantes terão a chance de acompanhar ensaios e concertos de outro ângulo, como se estivessem no palco, observando de frente o maestro e de perto os músicos.

Um fosso de orquestra vai possibilitar a realização de espetáculos cênicos, como óperas ou apresentações dos corais do Baccarelli. O projeto acústico teve consultoria do escritório de José Augusto Nepomuceno, o mesmo que trabalhou na construção da Sala São Paulo e da Sala Minas Gerais.

“Sobre a plateia haverá um grande forro de madeira. Já em cima do palco, estarão placas móveis que poderão ser posicionadas de acordo com as necessidades acústicas das obras musicais apresentadas nos concertos”, explica Siciliano, também conselheiro do Baccarelli.

“A Orquestra Sinfônica Heliópolis já tocou nos principais palcos da cidade, viajou pelo Brasil, pela Europa, mas nunca tocou em Heliópolis e isso era algo que nos incomodava. É importante para os moradores seguir a orquestra pela cidade, o que já acontece, mas o contrário também é verdade, a comunidade pode ter uma sala própria, de última geração. E, como em tudo o que fazemos no instituto, há aqui também um claro sentido social. A sala, além de espaço de entretenimento, quer criar empregos e oferecer cursos de capacitação de profissionais de palco”, explica Ventureli.

O objetivo é estabelecer parcerias e convidar também outros grupos do Brasil e de fora para se apresentar na sala. “Com o advento, nas últimas duas décadas, de projetos sociais ligados à música, já ouvi mais de uma vez que a música clássica estava virando coisa de favela. No começo, isso me incomodou muito. Mas, hoje, penso diferente. Sim, a música clássica está virando coisa de favela. Que bom!” ●

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

FOTOS INSTITUTO BACCARELLI

1. **Terreno onde será construída a sala**

2. **Vista do interior do projeto**

3. **Fachada do Instituto Baccarelli, na Estrada das Lágrimas, por onde será o acesso ao teatro**

Direto da Fonte
Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Exposição

Japan House traz 'banho de selva' para a Av. Paulista

Em meio à aridez da avenida Paulista, Atsunobu Katagiri está montando uma instalação botânica na Japan House. O artista japonês espera que a exposição ofereça um momento de meditação e de reconexão do paulistano com a natureza. "Coletei plantas locais e exóticas, combinando-as para criar um espaço místico, como uma terra encantada. Usei cerca de cem diferentes espécies e também muitos musgos", disse Katagiri à coluna.

O artista está em São Paulo mergulhado na composição da exposição, intitulada Essência: Jardim Interior. A abertura para o público é na terça-feira, dia 7. No ano passado, ele visitou muitos viveiros, parques na capital e no interior para se inspirar e criar o trabalho.

A mostra requer cuidados especiais com profissionais diversos, como engenheiro, técnico de irrigação e iluminação. A manutenção também é pensada cuidadosamente: "É um grande desafio para mim porque a exibição acontece ao longo de dois meses e os arranjos não duram muito tempo. Estamos usando flores com raízes que têm vida mais longa, contando com apoio de jardineiros que estão acompanhando meu trabalho de perto para manter esse jardim vivo e muito bonito durante todo o período da exibição".

ATSUNOBU KATAGIRI

ATSUNOBU KATAGIRI

1. Artes de flores de origens diversas vão cobrir a parede de vidro da Japan House. 2. Atsunobu Katagiri, o artista

O fato de não estar familiarizado com o comportamento das plantas com o passar dos dias traz incertezas que o estimulam: "Isso é desafiador e excitante e está abrindo novas portas para conhecer essas plantas".

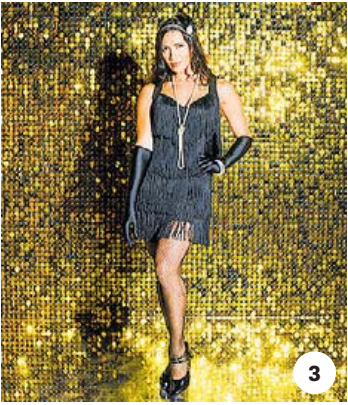
A diretora cultural da Japan House, Natasha Geenen, conta que Katagiri é de uma família que tem uma escola de ensino da arte japonesa de arranjo de plantas e flores, a ikebana, na cidade de Osaka. "Ele tem um trabalho contemporâneo de ligação com a natureza, com o entorno. Na maior parte são criações de arte viva. A exposição traz essa ideia de banho de floresta." Katagiri também é conhecido por seu projeto Sacrifício, obra sobre o ressurgimento da vegetação após o terremoto de 2011 em Fukushima. ● PAULA BONELLI

Litoral Norte

DUARTE CAMARGO

Chefs badalados se unem para fazer jantar de nove etapas em prol do litoral norte

Um time de chefs vai se juntar para fazer um jantar de nove etapas com renda revertida para a reconstrução das comunidades castigadas pelas chuvas no litoral norte de SP. Erick Jacquin, Helena Rizzo, Rodrigo Oliveira e Renata Vanzetto são alguns dos chefs chamados por Edinho Engel do Manacá, na praia de Camburi, para a iniciativa. Alex Atala cozinha e cede o seu Dalva e Dito, no dia 16, para a noite do bem, que sai por R$ 1 mil por pessoa. "Solidariedade é a única forma de nos mantermos humanos no meio dessa tragédia", diz Edinho.

LIONEL BONAVENTURE/AFP – 13/11/2005

1. Jessica Peixoto, Alannis Martins e Dayane Albuquerque na primeira edição da festa temática "The Great Gatsby Brasil". 2. Fernanda Fonseca e Victor Schildt. 3. Fabiani Azevedo. No último sábado, no espaço Arca, na Vila Leopoldina.

Bloco de Notas

● **MÚSICA NO PARAÍSO.** Idealizador do festival Música em Trancoso, que será realizado entre os dias 14 e 18 de março, o austríaco Reinold Geiger celebra a programação desta edição que vai de apresentações da Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) a shows de Alcione e Marisa Monte. O festival será no Teatro L'Occitane – Geiger é CEO da marca de cosméticos.

● **DUPLA DINÂMICA.** A escritora e roteirista Camila Fremder lança seu primeiro livro infantil *Quibe, a Formiga Corajosa*, em parceria com seu filho, Arthur, de cinco anos. Domingo, na Livraria da Vila da Fradique Coutinho.

Concerto Crianças

‘Aprendiz de Maestro’ está de volta à Sala São Paulo

Sob regência de João Mauricio Galindo, temporada começa neste sábado com a participação do grupo Pia Fraus

ELIANA SILVA DE SOUZA

Há cerca de 20 anos, o regente João Mauricio Galindo dava início a um dos projetos mais festejados no meio musical, o *Aprendiz de Maestro*, que contava com o ator Cássio Scapin. Em uma parceria de sucesso com o dramaturgo e diretor Paulo Rogério Lopes, que elabora os textos e assina a direção artística, os concertos estão de volta, a partir deste sábado, 4, na Sala São Paulo, região central da capital.

No decorrer desse tempo todo, o projeto foi se firmando até conquistar o direito de fazer parte da programação musical paulista. “É uma mistura de concerto com teatro para crianças e com um cunho didático, no sentido de fazer a criançada criar o gosto por assistir a um concerto”, explica o maestro Galindo, que ressalta a importância de ter sido abraçado pela Tucca (Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer).

MÚSICA E TEATRO. Para esta primeira apresentação do ano, ao todo serão oito, o programa tem como título *O Carnaval dos Animais Espaciais* e conta com o grupo Pia Fraus, com seus animais gigantes, como convidado. Como explica o maestro, para esse concerto eles usaram como base o *Carnaval dos Animais*, do francês Camille Saint-Saëns.

“Paulo Rogério bolou uma história em que a gente recebe um robô intergaláctico, que é nosso amigo, que chega aqui dizendo que os outros planetas não estão acreditando que existe vida na Terra, acham que isso é fake news”, explica. Como solução, será feito um desfile de carnaval de animais pela Avenida Láctea para mostrar aos ETs que, sim, existe vida na Terra, conta Galindo.

Levar música clássica a esse público exigente que é o infantil, como conta o regente, é algo que não pode ser feito de forma convencional, não dá para tocar um concerto completo de Beethoven, por exemplo, pois seria algo que obteria efeito contrário ao desejado. “Após decidirmos o tema da apresentação, Paulo Rogério parte para a pesquisa e cria uma história”, afirma Galindo. Em seguida, há a seleção das canções. “Eu escolho alguns trechos de músicas, de 2 minutos ou pouco mais, e o segredo é esse, afinal, você não vai querer tocar uma sinfonia inteira para a criança, ela não tem cabeça para ouvir isso.”

Saint-Saëns
Programa tem como título ‘O Carnaval dos Animais Espaciais’ e, como base, peça do francês Saint-Saëns

Além da parte sonora, o apelo visual é muito relevante para prender a atenção dos pequenos. “Agora teremos conosco o grupo Pia Fraus e seus bonecos, mas também costumamos trabalhar com bailarinos”, completa o maestro, que destaca a importância da questão visual. E comemora o fato de o espetáculo ser do tipo que prende a atenção das crianças e agrada aos adultos, que também aprendem com ele. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Esforço coletivo
Data estelar: Lua Vazia das 11h23 até 12h17

A experiência humana de vida é de extrema complexidade, porque nossa consciência tem de se haver com existir simultaneamente em diversas dimensões objetivas e subjetivas, e cada uma dessas requer alimento e investimento de tempo para ser administrada. E não é todo dia que nos sentimos com essa bola toda – ao contrário, andamos exaustos e sinceramente desesperados por fingir que estamos no domínio, quando na verdade não controlamos coisa alguma.

Ninguém, em seu são juízo, pode se livrar dessa condição, porque ela é resultado do somatório da angústia de todas as pessoas que respiram entre o céu e a terra junto com cada um de nós. Esse é um problema que não se pode resolver com autoconhecimento nem com esforço individual, é algo coletivo que só se resolve com esforço coletivo também. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Distinguir as necessidades dos desejos é muito importante, porque é assim que você saberá sempre tomar decisões mais sábias a respeito de tudo. Esse é o trabalho de toda uma vida, e de talvez mais de uma vida. Trabalho eterno.

TOURO 21-4 a 20-5

Há comportamentos que serviram de apoio durante muito tempo, mas que não dão o mesmo resultado de sempre quando repetidos. É hora de passar em revista seus comportamentos, para não perder tempo com coisas inúteis.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Se todas as emoções vividas em pensamentos se transformassem magicamente em realizações, então você veria toda a riqueza imaginada. Porém, da emoção à ação construtiva há sempre um longo caminho a percorrer.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Viver bem a maior parte do tempo, esse é o trabalho alquímico a que todo ser humano com mínimo juízo há de se dedicar. Viver bem não pode ser uma experiência aleatória, no meio do barulho do sacrifício e do sofrimento.

LEÃO 22-7 a 22-8

Para mudar é preciso tomar a iniciativa de mudar, porque se ficar esperando que as mudanças chovam em sua horta, nada mudará, tudo ficará na mesma e, ainda por cima, haverá mais decepção em sua alma porque nada acontece.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Essa tensão toda prenuncia um movimento que sua alma não consegue decifrar ainda, e isso gera ansiedade, porque representa algo que não se pode controlar. Porém, com mínima serenidade e confiança, você verá maravilhas.

LIBRA 23-9 a 22-10

Seria ótimo se todas as pessoas se entendessem e pudessem conviver, mesmo que existam diferenças marcantes entre elas. Porém, esse experimento social ainda é muito rudimentar, as pessoas preferem se desentender.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Este é seu momento de exposição, e não importa que sua alma se sinta preparada ou não para isso, de toda maneira o cenário está montado e seu papel é de protagonista. Como você aproveitará esse movimento?

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

De uma forma ou de outra, o cenário pelo qual você transitará nos próximos meses será muito diferente daquele que sua alma imaginava até pouco tempo atrás. Melhor assim, vale a pena ampliar o entendimento sobre a vida.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

De vez em quando é preciso arriscar, e isso significa apostar numa das alternativas que você tem pela frente. Nenhuma aposta garante sucesso, porque senão não se chamaria de aposta. Em frente com as apostas.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

É mais fácil dividir as pessoas do que as convencer para que se unam em torno de um objetivo em comum. Por que será que as coisas são assim? Essa reflexão dá muito pano para a manga, mas não leva a conclusão alguma.

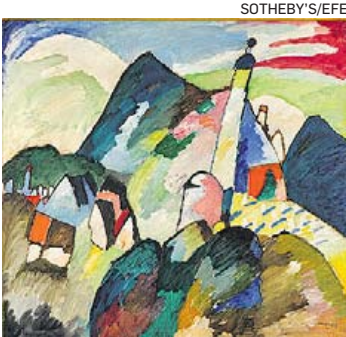
PEIXES 20-2 a 20-3

As intenções, se forem puras, conduzirão você em segurança por um caminho arriscado, mas próspero. Tudo depende do seu grau de atrevimento e de sua aceitação de todos os riscos que o caminho inclui. Só isso.

Visuais *Mercado*

Pintura de Kandinsky, que foi de mulher morta por nazistas, é leiloada

SOTHEBY'S/EFE

Preço alcançado pela obra em Londres foi recorde do autor

'Murnau mit Kirche' foi localizada há 10 anos em museu da Holanda e agora é arrematada por US$ 45 milhões

A obra-prima de Wassily Kandinsky (1866-1944) *Murnau mit Kirche II* foi arrematada pelo preço recorde de US$ 45 milhões na quarta, 1.º, segundo a casa de leilões Sotheby's. O quadro pertenceu a uma judia-alemã assassinada pelos nazistas e foi recuperado no ano passado por seus herdeiros.

Em 1910, o pintor russo retratou a cidade alemã de Murnau, com seus telhados íngremes e torre de igreja, cercada pelos picos dos Alpes da Baviera.

Por muito tempo essa obra esteve na sala de jantar de Johanna Margarete e Siegbert Stern, fundadores de uma próspera empresa têxtil.

O casal judeu estava imerso na vida cultural berlinense dos anos 1920 e convivia com personalidades como os escritores Thomas Mann e Franz Kafka e o físico Albert Einstein. Stern morreu de causas naturais em 1935, mas sua mulher, Margarete, morreu no campo de extermínio de Auschwitz, em 1944.

Há cerca de dez anos, a pintura foi identificada num museu da cidade holandesa de Eindhoven, onde estava desde 1951. No ano passado ela foi devolvida aos herdeiros de Siegbert Stern, que dividirão os lucros. ● AFP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO | *"O sofrimento não é provisório para quem não crê no futuro"* **Albert Camus**

1 livro por semana

Maria Fernanda Rodrigues

A forma da felicidade perfeita

Último sopro do verão trazendo a memória de outros verões, outras paisagens. Villa Gesell, Argentina, anos 1960 e 1970. Era ali que um menino passava suas férias só com o pai, já separado da mãe, e o irmão.

O menino é Alan Pauls, que se tornaria um dos principais nomes da literatura argentina contemporânea, autor de, entre outros, *O Passado* e *A Vida Descalço* – o livro da semana.

Publicada originalmente pela Cosac Naify, a obra, algo entre o ensaio e a memória, acaba de voltar às livrarias.

Pauls, ou este narrador "devoto da praia", parte da nossa produção onírica para iniciar sua investigação sobre este espaço atrás do tempo. Por que se sonha tanto na praia? Porque ela é um território livre de imagens? O que buscamos na praia? As marcas do que o mundo era antes que a mão do homem decidisse reescrevê-lo?

São questões como essas que ele vai colocando para refletir sobre ideias como a de que a praia é uma forma de vida e apresentar seus "usos e costumes" desde os tempos mais antigos – harmonia entre o corpo e a natureza, depois um limite a não ser ultrapassado, cenário de guerra, toda a mitologia erótica, o que se vende na publicidade sobre ela, como o cinema e a literatura a veem e o que ela representa para o autor (e para o menino que ele foi). Porque logo a memória se impõe, e a história ganha delicadeza.

A Vida Descalço
....
Autor: Alan Pauls
....
Editora: Companhia das Letras
....
104 págs., R$ 64,90
R$ 37,90 o e-book

Aqueles 28 dias de fevereiro que passava no litoral eram, para o garoto, "o emblema da felicidade absoluta". Aventuras sobre a areia e no mar, a pele seca e bronzeada, o parque, o cinema, a banca de revista, o alfajor. O pai – que no final de um dia bem vivido "me levava a cavalo sobre seus ombros, enquanto eu me deixava pentear pelos galhos das árvores".

O livro é entremeado por fotos de seu acervo pessoal, e de outras memórias – como a do dia em que acordou doente, não pôde ir à praia e mergulhou na leitura de um livro – algo que ele descobriria ser a "outra forma de felicidade perfeita".

Neste reencontro de Pauls com sua infância, também nós, leitores, visitamos nossas lembranças e saudades de verões passados (a avó cor-de-rosa, um palito de sorvete premiado, o cheiro do mar).

Enquanto escrevo, me lembro de outro livro ainda mais bonito, que li para o meu filho e me tocou profundamente: *Castelos de Areia* (Ôzé), de Márcia Leite e Odilon Moraes. "Que bom que era. Que bom que foi", conclui a narradora sobre as férias da família, que se repetiam ano após ano até não se repetirem mais "porque as pessoas, assim com as ondas, arrebentam e viram espuma". Fica a memória, o sorriso, a literatura. ●

JORNALISTA ESPECIALIZADA EM LITERATURA

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3SHhBg8**

- Instrumento musical típico do Centro-Oeste, é patrimônio imaterial brasileiro
- Divisão zodiacal
- "(?) de Almirante", conto de Machado de Assis
- Caldo de (?): garapa
- Veículos característicos das ruas de Nova Iorque
- Licor feito de cerejas amargas
- Procedimento laboratorial usado na determinação da paternidade
- A ação das Fúrias, na Mitologia grega
- Existia
- Eliseo Visconti, pintor
- Osso do tímpano
- "Tudo", em "onívoro"
- Gênero musical baiano
- Pronome pessoal inexistente no latim
- Planta rasteira
- Incólume (fem.)
- Serviço de transporte de correspondência
- Descerrar levemente
- (?) Barbosa: a Águia de Haia
- Ofereça
- Grande quantidade (fig.)
- Apagar, em inglês
- Certo (abrev.)
- Advérbio (abrev.)
- Sufixo de "metanol"
- Estátuas gigantes da Ilha de Páscoa
- Utensílio para fatiar a pizza
- Dano; estrago
- Ambientação do filme "Sindicato de Ladrões", de Elia Kazan
- Hot (?): cachorro-quente, em inglês
- Praia da (?), balneário gaúcho
- Carimbo com assinatura de autoridade
- Evaristo Costa, jornalista brasileiro
- Reflexão acústica
- Períodos históricos
- O caranguejo chamaremos
- Um, em francês
- Previne o bócio
- Componente de diamantes (símbolo)
- Comando que fecha o aplicativo (Infor.)
- Conceito-chave do marketing sensorial, como o "plim plim" da TV Globo
- A ciência de Newton, Einstein e Feynman
- Contrato de seguros
- Érbio (símbolo)
- Unicamente
- Aveia, em inglês
- (?) Howard, cineasta de "Inferno"
- Pode ser mitigada pela acupuntura

E
S
C

BANCO 2/un. 3/dog — oat. 5/erase — moais — noite. 10/marasquino.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, dois itens muito usados na confecção de fantasias para o Carnaval.

Pista								
Alho, cebola, cominho e colorau.	1	2	3		2	4	5	6
Hormônio antidiabético.	7	8	6		9	7	8	10
Assinar abreviadamente.	4	11	12		7	13	10	4
Afinidade.	6	7	3		10	1	7	10
Encarregar.	7	8	13		3	12	7	4
Elegante; sedutor.	13	14	10		3	5	6	5
A antiga Guiana Holandesa.	6	11	4		8	10	3	2
Completamente fechado.	1	4	10		13	10	15	5
Dirigir; governar.	13	5	3		8	15	10	4
Acontecimento casual; imprevisto.	10	13	7	15		8	1	2
Dividir em partes para análise.	15	2	13	5	3		5	4
Cadeia montanhosa onde vivem os xerpas.	14	7	3	10	9		7	10
Hesitar.	1	7	1	11	12		10	4
Marquês de (?): defendeu o Brasil na Questão Christie (1863).	10	12	4	10	8		2	6
Grande ilha marítima brasileira (SP).	7	9	14	10	12		9	10
Direção entre o Norte e o Oeste.	8	5	4	5	2		1	2

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3y4QmTf**

Nível Médio

			6		8			
	6	1		9		5	7	
	9						3	
2								6
	3						2	
5								1
	4						8	
	7	6		2		1	4	
			3		5			

SOLUÇÕES

TEMPEROS
INSULINA
RUBRICAR
SIMPATIA
INCUMBIR
CHARMOSO
SURINAME
TRANCADO
COMANDAR
ACIDENTE
DECOMPOR
HIMALAIA
TITUBEAR
ABRANTES
ILHABELA
NOROESTE

Wayne Shorter 1933 - 2023

Homem que redesenhou o gênero por três vezes criava música no palco

Jazz perde seu criador de caminhos

OBITUÁRIO

JULIO MARIA

Morreu nesta quinta, dia 2 de março, o senhor que carregava nas costas boa parte da história do jazz moderno. Um dos últimos deles. Wayne Shorter tinha 89 anos e estava internado em um hospital de Los Angeles. Ativo por mais de seis décadas, ele esteve em grupos como Art Blakey's Jazz Messengers, o segundo grande quinteto de Miles Davis e o transformador Weather Report. Cada um explorando o jazz por eras e caminhos diferentes.

A causa da morte de Shorter não foi informada, mas a notícia da partida tocou músicos em todo o mundo. Milton Nascimento, que gravou com Shorter o álbum *Native Dancer*, lançado em 1975, escreveu em sua conta no Instagram: "Hoje é um dos dias mais difíceis da minha vida. Dia de me despedir de parte de tudo o que eu sou. Wayne Shorter foi, e sempre será, mais do que um parceiro musical. Desde que nos conhecemos, nunca nos separamos".

Segundo o jornal *The New York Times*, a informação da morte do saxofonista e compositor foi confirmada pelo assessor do músico, Alisse Kingsley. Ao todo, Shorter recebeu 12 estatuetas do Grammy, entre vários outros prêmios. Em 2016, ele falou ao **Estadão** dias antes de chegar ao País para um concerto que faria na Sala São Paulo ao lado do pianista Herbie Hancock. Shorter havia acabado de escrever uma "Carta aos Jovens Músicos", com considerações que achou pertinente fazer depois de perceber as barbaridades que os jovens pensavam. E eis uma de suas falas a este repórter sobre os brasileiros: "Muitos jovens parecem ter uma visão limitada da vida, não conhecem o passado, não sabem de história. E se você não conhece sua história, vai repeti-la sem saber. Certa vez, eu assisti a um programa de TV em que jovens brasileiros não sabiam quem era o compositor Antonio Carlos Jobim. Seria como perguntar aqui nos EUA quem é Humphrey Bogart".

Antes de ser um bom músico, considerava Shorter, é

LIONEL BONAVENTURE/AFP – 13/11/2005

TATIANA CONSTANT/ESTADÃO – 22/9/1992

MURAD SEZE/REUTERS – 7/7/2011

1. Shorter em 2005, no festival francês Jazz in Marciac

2. Com o contrabaixista Ron Carter, em 1992, em São Paulo

3. Com o pianista Herbie Hancock em tributo pelos 20 anos de morte de Miles Davis, no Festival de Istambul, em 2011

preciso ser um bom ser humano. Por quê? "Se você não souber nada sobre humanidade, sua música vai sempre representar algo superficial. Ela será usada apenas para fazer dinheiro e divertir as pessoas", afirmou. E seguiu: "E minha pergunta é: 'para que servem as coisas da vida?' Muitas pessoas pensam que são seres humanos simplesmente porque nasceram. Não, ainda não são! Eu diria que o ser humano é resultado de um processo interno que faz da vida uma aventura, eternamente. É nisso que penso quando eu toco música".

MUNDO. Ainda era 2016, mas Shorter já sentia os perigos dos radicalismos no ar. "O mundo parece estar pior hoje do que nos anos 60 ou 70. Há mais radicalismos ideológicos, dilemas sociais, ódios. Como conseguir inspiração?" Se ela não estiver no presente, que venha do futuro. "Você sabe que Herbie Hancock e eu ensinamos na Ucla (Universidade da Califórnia, Los Angeles), e uma pergunta que os alunos nos fazem frequentemente é: 'No que vocês pensam quando escrevem ou tocam?' E eu respondo: bem, talvez você devesse pensar em como gostaria que o mundo fosse em algum futuro e tentar escrever sua música inspirado por esta ideia."

MIKE BLAKE/REUTERS – 23/2/2000

Saber de si

"Muitos jovens não conhecem o passado, não sabem de história. E se você não conhece sua história, vai repeti-la sem saber"

Wayne Shorter nasceu em Newark, New Jersey, e chegou a servir nas Forças Armadas de seu país antes de se dedicar exclusivamente à música. Com pouco mais de 20 anos, já estava no grupo do baterista Art Blakey, no final dos anos 1950, para logo pular para o quinteto de Miles Davis, nos 60 (sob muita insistência de Miles, que havia perdido John Coltrane), e, enfim, seguir modulando os caminhos no jazz no monumental Weather Report, nos 1970. Com o "Segundo Grande Quinteto de Miles", ao lado dos estelares Herbie Hancock, Ron Carter (baixo) e Tony Williams (bateria), compôs temas como *Prince of Darkness*, *ESP*, *Footprints*, *Sanctuary* e *Nefertiti*, entre vários outros.

As linguagens mais exigentes do jazz e os riscos de torná-lo intransponível aos mais jovens foi outro assunto sobre o qual falamos na conversa de 2016. Afinal, os caminhos propostos por seus projetos nunca foram ao encontro dos discursos sonoros mais imediatos. Se ele não temia criar barreiras com sua sonoridade? "Não, não tenho medo disso. Este desafio é uma bênção, uma aventura." E dizia: "Eu não acho que sou maior ou mais sofisticado do que outros músicos. Herbie e eu nunca ensaiamos, apenas vamos para o palco, como eu gosto de dizer, com os nossos pijamas. E nosso desafio é fazer com que nossa música soe como música".

Como um excelente imitador de Miles Davis que era, Shorter colocou toda a rouquidão que conseguiu na voz e contou uma história para ilustrar seu pensamento: "Um dia, Miles Davis me fez um pedido: 'Hey Wayne, você pode tocar música de um jeito que não soe como música? Você poderia tocar seu instrumento de uma forma como se você não soubesse tocá-lo?' Ele queria que eu tocasse como se fosse uma criança. Herbie e eu temos então o pensamento de Miles, de tornarmos a simplicidade de uma criança mais profunda".

Improviso

Como Herbie Hancock, ele nunca ensaiava, apenas subia ao palco para criar música naquele instante

Simplicidade mais profunda. Isso valeu mais alguma insistência na entrevista. "Não é a simplicidade no sentido superficial, como acontece na música pop (ele canta trechos de uma canção que inventa na hora). Gostou da minha pequena música pop?" (terminou rindo o que, na verdade, parecia uma sinfonia de Vivaldi). "Precisamos de complexidade e de simplicidade, não de simplismos."

VIVER PARA TOCAR. Sobretudo em tempos de Spotify, muitos músicos são precocemente chamados de gênio ou seres iluminados. Alguns milhares de seguidores se tornaram o validador que importa. O que dizer então sobre o ego dos jovens aspirantes a artista? "Eu senti isso também. Ouvia as pessoas se referirem sempre aos artistas como gênios. 'Charlie Parker é gênio', 'Art Tatum é gênio', 'Antonio Carlos Jobim é gênio', 'Milton Nascimento, Elis Regina, são todos gênios'. 'Beethoven é gênio, como ele lutou, como ele sofreu.' Então, se alguém me chama de gênio, eu simplesmente digo que sou um gênio tentando fazer algum dinheiro (e riu bastante). Gênios parecem estar tão distantes das pessoas normais..." Antes de tocar, é preciso viver, e eis a cena da qual Shorter se lembrou: "Certa vez nós nos sentamos em uma mesma mesa – eu, o maestro (venezuelano) Gustavo Dudamel, minha mulher, Herbie Hancock e o (aclamado autor de trilhas sonoras) John Williams. Dudamel só queria saber se, quando acabassem as formalidades, não poderíamos dançar um pouco. Gustavo e sua mulher começaram a dançar muito e John Williams também! É disso que precisamos. Sentir a vida". ●

Repercussão

"Wayne Shorter foi – e sempre será – mais do que um parceiro musical. Desde que nos conhecemos, nunca nos separamos"
Milton Nascimento
Cantor

"Sem as explorações de Wayne Shorter, a música moderna não teria chegado tão fundo"
Prêmio Polar
Justificativa do júri

"Venho escutando muito sua música, muito mesmo. Inclusive sua linda versão de 'Ponta de Areia'... Rest in Power, Wayne Shorter. Um dos grandes"
Rashid
Rapper

Oscar 2023: Veja a lista dos cinemas onde você pode assistir por R$ 10 aos filmes indicados

Show *Lançamento*

Badi Assad e seu disco sobre a humanidade

Cantora e compositora mostra seu novo álbum, que traz as parcerias com Chico César, Dani Black e Alzira Espíndola

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

GAL OPPIDO

'Sem esse mergulho interno e autoconfiança, seremos sempre reféns de outros', afirma a cantora

A cantora e compositora Badi Assad volta à praça com o show de seu mais recente álbum, *Ilha* – criado durante a pandemia. O disco traz parcerias de Badi com os compositores Chico César, Dani Black, Alzira Espíndola, Lívia Mattos, entre outros. Ao **Estadão** ela diz que o álbum se propõe a filosofar sobre a criação de um "novo mundo", ante a ameaça do que ela define como um "naufrágio coletivo da grande embarcação humana".

E aponta caminhos. Na faixa *Ilha do Amor*, parceria com Dani Black, Badi canta que o ser humano precisa se entender para conseguir confraternizar com o próximo. "Sem esse mergulho interno e autoconfiança, seremos sempre reféns de outros e os navios continuarão atracando no fundo do mar." No entanto, acrescenta, "nessa nova terra a humanidade se encontra de igual para igual. Um sonho utópico? Sim, mas uma possibilidade para nossa sobrevivência", diz.

A abertura do show caberá à Orquestra Mundana Refugi, formada por músicos brasileiros, imigrantes e refugiados. Juntos, eles tocarão músicas como *Caravanas*, de Chico Buarque. Badi aborda essas canções: "São músicas que falam sobre povos de outras terras, que tiveram suas vidas naufragadas por capitães de embarcações que achavam ter esse direito." ●

Dom. (5), 18h30. Casa Natura Musical. R. Artur de Azevedo, 2.134, Pinheiros. R$ 30/R$ 120. bit.ly/badiassadnatura

Outros destaques

Letrux
Encerra turnê em SP

A cantora e compositora faz os últimos shows da turnê *Aos Prantos*, baseada em álbum de 2020. Foi com ele que a artista carioca concorreu a um Grammy Latino de melhor álbum de rock em língua portuguesa. No repertório, músicas que contemplam gêneros como a dance music, o rock e o blues, em canções escritas em português, inglês e espanhol.

Hoje (3) e sáb. (4), 22h. Casa Natura Musical. R. Artur de Azevedo, 2.134. R$ 120/R$ 180. bit.ly/letruxturne

FELIPA ÁVILA

Festival GIRLS!
Mulheres no palco

A segunda edição do festival, pensado para amplificar vozes femininas da música nacional e internacional, apresenta shows de nomes como Margareth Menezes, Sandy, Duda Mariah Angeliq, Beat, Rachel Reis e Lexa. No domingo, entre as atrações, estão as cantoras Alcione, Manu Gavassi, Majur, Tinashe e o duo Anavitória.

Sáb. (4) e dom. (5), 12h/22h. Centro Esportivo Tietê. Av. Santos Dumont, 843, na Luz. R$ 480/R$ 960. bit.ly/girlsnopalco

DAVI NASCIMENTO

Fábio Porchat
Novo stand-up

Amante das viagens, o comediante Fábio Porchat usou as que faz pelo mundo para construir o roteiro de seu novo espetáculo de stand-up comedy. Em *História do Porchat*, ele relata encontro com gorilas, massagem na Índia e dor de barriga no Nepal, entre as situações hilárias que viveu.

Estreia hoje (3). 6ª, 21h, sáb., 20h; dom., 18h. Teatro das Artes. Shopping Eldorado. Av. Rebouças, 3.970, Pinheiros. R$ 120/R$ 140. Até 30/4. bit.ly/porchatstandup

Quanto Pior, Pior
De Fernando Lindote

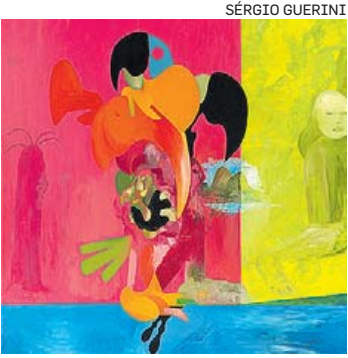
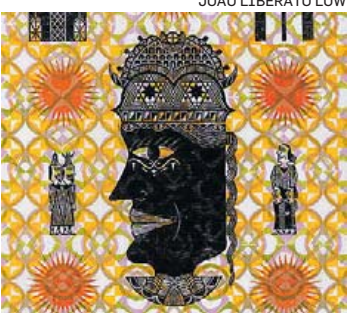
Na mostra Quanto Pior, Pior, o artista gaúcho Fernando Lindote apresenta 26 pinturas produzidas entre 2010 e 2023 que mostram seu interesse pela selva tropical. Entre as obras, com a curadoria de Paulo Miyada e Julia Cavazzini, estão telas como *Três Papagaios (foto)*, *Coração de Escorpião* e *Macunaíara*.

3ª a dom., 11h/20h. Instituto Tomie Ohtake. R. Coropés, 88, Pinheiros. Gratuito. Até 23/4.

SÉRGIO GUERINI

A Geometria e o Sagrado
De Eduardo Ver

A exposição A Geometria e o Sagrado, do artista plástico Eduardo Ver, reúne 16 xilogravuras que têm como inspiração os simbolismos religiosos, principalmente da umbanda, que são rascunhados em papel e depois entalhados em madeira.

Inauguração: 4ª (8). 2ª a 6ª, 11h/19h; sáb., 11h/15h. Galeria Estação. R. Ferreira Araújo, 625, Pinheiros. Gratuito. Até 13/05.

JOÃO LIBERATO LOW

Lauren Jauregui
Show solo

A cantora e compositora norte-americana, de ascendência cubana, que ganhou fama após participar do programa de televisão britânico *The X Factor*, em 2012, traz ao Brasil a turnê *An Evening with Lauren Jauregui* (Uma Noite com Lauren Jauregui). A ex-integrante da banda Fifth Harmony escolheu para cantar em seu repertório *Don't Wanna Say*, *Falling e Scattered*, todas músicas de seu primeiro EP solo, *Prelude*, lançado em 2021.

Hoje (3), 21h30. Audio. Av. Francisco Matarazzo, 694, Água Branca. R$ 350/R$ 500. R$ 350/R$ 500. bit.ly/laurenjaureguishow